



PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR

Licenciatura em Pedagogia

Redenção (CE), Fevereiro de 2024.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA

Ministro da Educação
Camilo Sobreira de Santana

Reitor
Roque do Nascimento Albuquerque

Vice-Reitora
Cláudia Ramos Carioca

Pró-Reitor de Ensino de Graduação
Thiago Moura de Araujo

Diretora do Instituto de Humanidades
Luma Nogueira de Andrade

Coordenador do Curso de Licenciatura em Pedagogia
Evaldo Ribeiro Oliveira

Núcleo Docente Estruturante

Profa. Dr. Evaldo Ribeiro Oliveira (Coordenador do Curso);

Prof. Dr. Luis Eduardo Torres Bedoya;

Profa. Dra. Rosângela Ribeiro da Silva;

Profa. Dra. Fátima Maria Araújo Bertini;

Prof. Dr. Luis Carlos Ferreira;

Prof. Dr. Joserlene Lima Pinheiro;

Prof. Dr. Linconly Jesus Alencar Pereira.

Núcleo Docente Estruturante do Curso de Pedagogia

Conforme Instituído e regulamentado na Unilab por meio da Resolução do Conselho Universitário nº 15/2011, o Núcleo Docente Estruturante – NDE - atualmente é composto pelos membros nomeados por meio da Portaria nº. 67/2023, do Instituto de Humanidades - IH. Sua função precípua é qualificar o envolvimento docente no processo de concepção, consolidação e avaliação do curso. É de sua competência fazer o acompanhamento da formulação do Projeto Pedagógico do Curso, bem como de sua implementação e desenvolvimento. Cabe-lhe, ainda, o papel de instância de aconselhamento e orientação junto à Coordenação do Curso, visando à melhoria do processo formativo do corpo docente, assim como para um melhor desenvolvimento do trabalho docente, articulando ensino, pesquisa e extensão. Atualmente, compõem o NDE do Curso de Pedagogia os professores:

Profa. Dr. Evaldo Ribeiro Oliveira (Coordenador do Curso);

Profa. Dra. Fátima Maria Araújo Bertini

Prof. Dr. Luis Eduardo Torres Bedoya;

Profa. Dra. Rosângela Ribeiro da Silva;

Prof. Dr. Luis Carlos Ferreira;

Prof. Dr. Joserlene Lima Pinheiro;

Prof. Dr. Linconly Jesus Alencar Pereira.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
1.1. Esquema geral de funcionamento do curso	6
2. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA INSTITUIÇÃO	6
2.1. Competências e atribuições	6
2.2. Áreas de Atuação	6
2.3. Presença Regional	7
2.4. Liderança Institucional	7
2.5. Missão, Visão e Atividades	7
2.6. Princípios e Valores	7
2.7. Projeto Pedagógico Institucional (PPI)	7
2.7.1. <i>Inserção Regional</i>	7
2.7.2. <i>Inserção internacional</i>	8
3. PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA	9
3.1. Apresentação	9
3.2. Esquema geral de funcionamento do curso	16
3.3. Formas de Ingresso:	16
3.4. Justificativa Epistemológica do PPC da Pedagogia	17
3.5. Objetivo Geral e Específicos	28
3.6. Histórico da área e aproximações metodológicas	29
3.7. Alguns procedimentos metodológicos de ensino e aprendizagem	35
3.8. Processo de Ensino e de Aprendizagem	36
3.9. Ensino e aprendizagem e o tripé ensino, pesquisa e extensão	37
3.10. Concepções curriculares subjacentes e explícitas no processo de ensino e de aprendizagem	38
3.11. Processo de Ensino e Aprendizagem, as Categorias retiradas da afro-negro- diáspora e a renovação das disciplinas históricas	40
3.12. Princípios Curriculares	44
3.13. Áreas de atuação no Brasil e nos países lusófonos	46
3.13.1. <i>Docência na Educação Básica</i>	46
3.13.2. <i>Gestão de Sistema Educacional Escolar e Não Escolar</i>	46
3.13.3. <i>Atuação em Espaços Não-Escolares</i>	47
3.14. Competências e habilidades a serem desenvolvidas	47
3.14.1. <i>Competências docentes</i>	47
3.15. Perfil do Egresso	48
3.16. Atividades práticas como componente curricular	49
3.17. Estágio Supervisionado (obrigatório e não-obrigatório)	50
4. ESTRUTURA CURRICULAR	53
5. INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR (GRUPOS I, II E III)	56
6. INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR PEDAGOGIA	62
7. FLUXO DE INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	64
8. INFRAESTRUTURA	69

9. INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	71
10. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	73
11. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DAS COMPONENTES CURRICULARES FORMATIVAS ESTRUTURANTES	79
11.1 1º Semestre	79
11.2 2º Semestre	83
12.1. 3º Semestre	88
12.2. 4º Semestre	92
12.3 5º Semestre	96
12.4 6º Semestre	100
12.5 7º Semestre	105
12.6 8º Semestre	109
12 AVALIAÇÃO	115
12.1 Parâmetros basilares	115
12.2 Procedimentos de avaliação do processo de ensino e de aprendizagem	116
12.3 Sistema de auto avaliação do curso	117
13 CORPO DOCENTE	119
13.1 Atuação e formação do coordenador do Curso	119
13.2 Titulação do corpo docente do Curso	119
13.3 Funcionamento do colegiado do Curso	128
13.4 Carta de princípios apresentação do Curso de Pedagogia da Unilab/CE	129
13.5 Atuação do Núcleo Docente Estruturante	130
14 CONDIÇÕES DE OFERTA DO CURSO	133
14.1 Apoio ao discente	133
15 REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	135
15.1. Integralização curricular do TCC	135

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Esquema geral de funcionamento do curso

Denominação do Curso: Licenciatura em Pedagogia;

Duração do Curso: Mínimo: 4 anos (8 semestres).

Máximo: 6 anos (12 semestres);

Regime Letivo: Semestralidade;

Turnos de Oferta: Noturno;

Modalidade: Presencial;

Vagas Autorizadas: 80;

Vagas ofertadas por semestre: 40;

Carga Horária: 3.200 h/a;

Título Acadêmico: Licenciado/a em Pedagogia;

Unidade acadêmica responsável pela oferta: Instituto de Humanidades – IH;

Campus: Auroras, Rua José Franco de Oliveira, s/nº, Redenção, CE, Brasil,

CEP.: 62.790-970.

2. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA INSTITUIÇÃO¹

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB - Unilab foi estabelecida pela Lei nº 12.289, em 20 de julho de 2010, atuando como uma autarquia ligada ao Ministério da Educação e integrando a rede federal de ensino superior.

Nome da IES: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Endereço: Av. da Abolição, 3 - Centro, CEP: 62.790-000, Redenção, CE, Brasil

Documento de criação da IES: Lei Federal nº 12.289, de 20 de julho de 2010.

2.1. COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

A UNILAB é distinguida pela oferta de ensino superior público de qualidade, pesquisa diversificada, extensão universitária robusta, e formação de recursos humanos para o Brasil e países da CPLP, impulsionando o desenvolvimento regional e o intercâmbio global.

2.2. ÁREAS DE ATUAÇÃO

Prioriza-se áreas cruciais como Desenvolvimento Rural, Gestão Pública, Saúde

¹ Referência: PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA INSTITUIÇÃO (2023-2027)

Coletiva, Tecnologias e Desenvolvimento Sustentável, Educação Básica, Humanidades e Letras, estruturadas para atender às demandas locais e internacionais, com 24 cursos de graduação, 8 mestrados e 7 especializações.

2.3. PRESENÇA REGIONAL

Localizada no Maciço de Baturité (Ceará) e Recôncavo Baiano (Bahia), a UNILAB se expande através dos campi Liberdade, Auroras, Malês, conectando-se intrinsecamente com as realidades regionais.

2.4. LIDERANÇA INSTITUCIONAL

O quadriênio 2021-2025, marca o início de uma era de liderança eleita pela comunidade acadêmica.

2.5. MISSÃO, VISÃO E ATIVIDADES

Missão: Formar profissionais para fortalecer a integração Brasil-CPLP e promover desenvolvimento regional e intercâmbio global.

Visão: Aspira a ser um ícone em educação superior, intensificando a internacionalização e impactando positivamente as regiões de atuação e nações da CPLP.

Atividades: Focada em proporcionar educação superior pública, universal e de excelência.

2.6. PRINCÍPIOS E VALORES

Incorpora a internacionalização, integração, excelência, ética, interiorização, respeito à diversidade, inclusão social, pluralismo cultural, inovação e transparência.

2.7. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

O PPI é dinâmico, reflete a visão inclusiva, interiorizada e internacional da UNILAB, e é alinhado com os planos de desenvolvimento, articulando graduação, pós-graduação, extensão, pesquisa e gestão.

2.7.1. Inserção Regional

A UNILAB é um marco no avanço educacional, contrapondo desigualdades e promovendo a educação de qualidade nas regiões do Nordeste, evidenciado pela expansão significativa e o compromisso contínuo com a excelência educacional.

2.7.2. *Inserção internacional*

Na esfera da globalização educacional, a Unilab está entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil, sendo um pilar na amplificação da Cooperação Sul-Sul - uma iniciativa que promove o desenvolvimento mútuo entre nações emergentes frente a desafios compartilhados.

A Unilab, uma instituição em sintonia com os padrões globais, não apenas amplia a acessibilidade à educação superior em áreas menos privilegiadas, mas também fortalece os laços de colaboração com nações africanas. Essa proximidade é catalisada pelo compartilhamento da língua portuguesa, uma ligação cultural que transcende fronteiras.

A migração estudantil africana, um fenômeno global, é vista como uma oportunidade de diversificação do conhecimento e uma alavanca para projetos de desenvolvimento genuínos na África. Territórios como Timor Leste, enriquecidos pela língua portuguesa, enfrentam desafios similares, encontrando na colaboração solidária um meio para superar a escassez de profissionais qualificados.

A Unilab enfrenta o desafio monumental de não apenas expandir a educação superior entre os países parceiros da CPLP, mas também de personalizar seus programas para atender às nuances políticas, econômicas e culturais dessas nações.

Nosso compromisso não se limita ao cenário internacional; estamos igualmente focados em abordar as desigualdades persistentes no acesso ao ensino superior no Brasil. Essa dedicação deriva da necessidade de um exame contínuo e uma reestruturação pedagógica, ajustando-se às dinâmicas educacionais em constante evolução.

A Unilab é um testemunho vivo do potencial transformador da educação, ancorada na missão de não apenas iluminar mentes, mas também de construir pontes de cooperação, inovação e desenvolvimento sustentável entre nações emergentes.

Do exposto, desde sua criação, a instituição se mostra como uma força vital no cenário educacional, oferecendo soluções educacionais avançadas, promovendo a integração Brasil-CPLP, e comprometida com o avanço sustentável das regiões e nações que a serve.

3. PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA

3.1. Apresentação

Apresentamos o Projeto Pedagógico Curricular(PPC) do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UNILAB. Destaca-se que esta é uma atualização realizada na versão de 2016, motivada pelas alterações curriculares no curso do primeiro ciclo (BHU); pela necessidade de reorganização de componentes curriculares, para atendimento a atualização das legislações nacionais e institucionais, pela demanda da comunidade acadêmica, em especial dos discentes da Pedagogia. As atualizações foram realizadas nas ementas e bibliografias, em cargas horárias, no fluxograma e na organização textual. Mantendo-se a fundamentação epistemológica, pedagógica, política, ancorada na perspectiva afrocentrada.

A Licenciatura em Pedagogia UNILAB emerge com a missão de formar pedagogas e pedagogos pautados pelo compromisso de respeitar, valorizar e disseminar os valores e princípios de base africanos e afro-brasileiros.

A oferta de Licenciaturas no Maciço de Baturité e em especial do curso de Pedagogia, coaduna com o cenário local, nacional e internacional que reconhece a importância da formação docente. No caso em tela, ressalta-se ainda que, como a missão da UNILAB está atrelada a descolonização de saberes, fazeres e das relações sociais numa perspectiva de romper com os paradigmas e perspectivas racistas, sexistas e coloniais e na promoção do diálogo intercultural, a Proposta Pedagógica Curricular do curso de Pedagogia da UNILAB aponta para um saber diferenciado, para um pensar e fazer críticos, criativo, antirracista, antissexista, descolonializante e inter-religioso.

Tal desafio transcende a realidade local, pois a integração internacional com os países da lusofonia africana e o Timor Leste exige a leitura destes territórios, suas culturas, seus fazeres e saberes, como a formação de pedagogos que venham a contribuir na construção dos Estados Nações Africanas, recentemente emancipadas, como também com o reconhecimento, afirmação e valorização de suas línguas, culturas, religiões e saberes, e na consolidação dos seus sistemas de educação e de ensino.

Importante explicitar que para dar conta de tão ousada e urgente proposta educacional, o curso de Pedagogia UNILAB está amparado e comprometido por um lado, em legislações brasileiras educacionais de caráter obrigatório, e por outro, por aportes legais que versam sobre as Finalidades da Educação e dos objetivos relativos à formação descolonizadora e não racista de professores/as. Nesse sentido merecem destaque:

- Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

- Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte;
- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;
- Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e africana e a educação das relações étnico-raciais”;
- Parecer CNE/CP nº 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena;
- Parecer CNE/CP nº 27/2001, que dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP nº 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena;
- Parecer CNE/CP nº 28/2001, aprovado em 2 de outubro de 2001 - Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior.
- Resolução CNE/CP nº 01/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena;
- Resolução CNE/CP nº 1/2006, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Pedagogia, Licenciatura;
- Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da língua brasileira de sinais (LIBRAS) nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

A constituição deste documento também se pautou nos princípios de formação em nível superior adotados pela UNILAB em suas Diretrizes Gerais, a saber:

- Desenvolvimento da ciência e da tecnologia, com caráter humano e social;
- Reconhecimento das diferenças como meio de cooperar e integrar;
- Reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial, religiosa, cultural, de gênero, dentre outras;
- Inclusão social com qualidade acadêmica;
- Interdisciplinaridade; Articulação entre teoria e prática;
- Articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Ressalte-se, ainda, que este projeto está de acordo com o Projeto Político Institucional (PPI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNILAB, atendendo ao fortalecimento de cursos de graduação e à integração entre cursos das áreas de conhecimento. De acordo com seu Estatuto, aprovado, em sua última versão, pela RESOLUÇÃO COMPLEMENTAR CONSUNI Nº 3, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020 a UNILAB tem como um de seus objetivos, conforme o inciso VI de seu artigo 2º:

[...] propor soluções para problemas comuns ao Brasil e os demais países da CPLP, com ênfase nos países africanos, com base na pluralidade de temáticas e enfoques, por meio da produção do conhecimento e do acesso livre ao conhecimento produzido

Isto posto, é importante afirmar que estamos amparados pela vocação para a parceria institucional a partir dos acordos internacionais firmados entre o Governo do Brasil com países africanos de língua portuguesa (Timor Leste, Angola, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde). Nesse sentido, o curso de Pedagogia UNILAB compromete-se na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão comunitária com vistas à formação de pedagogos/as capazes da apropriação de seu objeto de estudo, o fenômeno educativo tanto no Brasil quanto nos países parceiros. Um projeto político curricular assim arquitetado reforça o compromisso solidário entre o Brasil e os países, citados anteriormente, no que concerne à excelência na formação em Pedagogia.

Nas Diretrizes Gerais da UNILAB (BRASIL/UNILAB, Diretrizes da Unilab, 2010, p. 15) destaca-se entre as áreas com prioridade de atuação da Universidade:

(iii) A Educação Básica: o domínio da leitura, escrita e operações matemáticas é determinante na promoção da cidadania. Sendo assim, na UNILAB a formação de professores de educação básica terá prioridade, sendo realizada segundo princípios e em ambiente de respeito às diversidades (étnica, religiosa, de gênero etc.), ao pluriculturalismo e ao multilinguismo, e com vistas à promoção da arte e cultura dos países.

Atendendo as diretrizes a Unilab dispõe entre os objetivos institucionais:

[...] a formação de estudantes brasileiros e de países de expressão em língua portuguesa comprometidos com o projeto de cooperação solidária Sul-Sul; promoção de mobilidade acadêmica e intercâmbio com diversas instituições científicas, acadêmicas e culturais (nacionais e internacionais) em todas as áreas do saber, ampliando e potencializando o avanço do conhecimento e da cultura; desenvolvimento de recursos pedagógicos e metodologias interdisciplinares que permitam a apropriação, por docentes e estudantes, das tecnologias da informação e da comunicação em todas as atividades acadêmicas – ensino, pesquisa e extensão; adoção de princípios de gestão que assegurem organização e estrutura acadêmica democráticas e integradoras das diversas áreas do conhecimento; e a continuidade da política de interiorização, expandindo suas atividades pelo Maciço de Baturité e Recôncavo Baiano, atingindo outros municípios dessas regiões. (BRASIL/UNILAB/PDI, 2016-2021, p. 11).

Segundo as Diretrizes Gerais da UNILAB (2010), nos países de expressão portuguesa, à exceção de Portugal e Brasil, é enorme a demanda por educação básica – problema que se estende para os níveis seguintes, em especial o superior. Os demais países da CPLP, à exceção de Macau, não contam com um sistema organizado de educação superior e a pequena parcela da população que o frequenta é parte de uma elite social e econômica. Além disso, em função de diversas questões sócio-políticas, há carência de políticas públicas e institucionais capazes de aproximar as demandas da população de programas e atividades acadêmicas.

Em face dessa situação tornam-se urgentes e extremamente relevantes projetos como o da UNILAB, que estimulam diversas instituições e países a se engajarem e formarem parcerias para promover atividades acadêmicas que derivem ações de ajuda mútua capazes de intervir neste quadro, como assinala o *Plano de Ação da Segunda Década de Educação em África* (2006-2015):

A África entrou no milênio com um déficit educativo a todos os níveis, formal e não formal. Várias conferências de ministros africanos da educação têm reiterado a necessidade de alargar o acesso à educação, melhorar a sua qualidade e relevância, e assegurar equidade (*apud* BRASIL/UNILAB/Diretrizes Gerais, 2010, p. 24).

O campo educacional assume, portanto, prioridade para a melhoria das condições de vida do continente africano, como reitera o documento “*Nova Parceria para o Desenvolvimento de África*”, da União Africana:

[...] os problemas centrais no domínio da educação em África são as débeis infraestruturas e os sistemas inadequados sob os quais a maioria dos africanos recebe a sua formação. Os africanos que tiveram a oportunidade de obter a sua formação noutros lugares fora de África demonstraram a sua capacidade de competir com sucesso. (parágrafo 119) (*apud* BRASIL/UNILAB/Diretrizes Gerais, 2010, p. 24).

Esses dados apontam alguns dos desafios que a UNILAB está disposta a enfrentar, considerados em diversos aspectos do projeto de implantação da Instituição: desde a escolha das áreas e temas para cooperação acadêmica aos mecanismos de acesso, permanência e progressão de estudantes. E está claro que, para conseguir o sucesso da proposta, faz-se necessário tornar a UNILAB foco de produção e irradiação de professores, pesquisadores e extensionistas criativos, inovadores e, acima de tudo, comprometidos com seus locais de origem, em África, Macau e no Brasil. A UNILAB buscará, portanto, formar profissionais e cidadãos aptos a interferir no mundo em que vivem com base na consciência da relevância de seus países na divisão internacional do trabalho, por serem detentores de imensa riqueza natural e cultural, ainda não apropriada total e igualmente por todos os seus segmentos sociais.

Ressaltamos, portanto, a importância da formação de pedagogos na UNILAB ao se propor atender tanto às especificidades da região do Maciço de Baturité, quanto também dos países parceiros, pois os profissionais formados pela UNILAB estarão preparados para atuar em órgãos governamentais e não-governamentais voltados para políticas públicas de desenvolvimento econômico, social, educacional e cultural das regiões e dos países parceiros.

Nesse universo, no curso de Pedagogia da UNILAB foi dada uma atenção particular à lei 10.639/03 que modifica a LDB em 2003, incluindo a obrigatoriedade do ensino da cultura africana e afro-brasileira em todo o sistema de ensino básico do Brasil, dispositivo esse que exige desde então a mudança dos currículos dos cursos universitários, a fim de se preparar os futuros profissionais para a efetiva implementação das Diretrizes da Educação para as Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana que em 2004 vem regulamentar a lei 10.639/03, explicitando propósitos e os encaminhamentos a serem tomados para a lei não ficar letra morta, num país estruturalmente marcado desde seus primórdios pelo racismo social e institucional.

Infelizmente, passados 20 anos da referida lei, são ainda poucos os reflexos dos seus desdobramentos nos currículos das universidades brasileiras, as quais, na sua grande maioria, resistem à mudança de sua estrutura curricular, uma vez que exige o aprofundamento de estudos não propiciados aos docentes em serviço, que foram formados por um currículo com pilares eurocentrados que, de modo assustadoramente hegemônico, coloca a Europa como referência de conhecimento e cultura para o resto do mundo.

Sabemos quais são os efeitos devastadores desse currículo eurocentrado, fruto da colonização portuguesa, dos genocídios físicos, filosóficos e epistemológicos dos índios/as e

negros/as. Assim, os 126 anos que nos separam da Lei Áurea,

[...] não foram suficientes para resolver uma série de problemas decorrentes das dinâmicas discriminatórias forjadas ao longo de quatro séculos de regime escravocrata. Ainda hoje, permanece na ordem do dia a luta pela participação equitativa de negros e negras nos espaços da sociedade brasileira e pelo respeito à humanidade dessas mulheres e homens reprodutores e produtores de cultura (...) Durante quase todo o século XX, quando se operou a expansão do capitalismo brasileiro, nada de realmente relevante foi feito em termos de uma legislação para a promoção da cidadania plena da população negra (CAVALLEIRO, 2006, p. 15).

Somente em 2001, na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância, é que o Brasil pela primeira vez na sua história reconheceu oficialmente a responsabilidade histórica do Estado brasileiro pelo “escravismo e pela marginalização econômica, social e política dos descendentes de africanos” (idem, p. 18).

Lembra Cavalleiro (2006) que o não enfrentamento dessa questão estrutural nas escolas tem levado a perpetuação do racismo, permitindo “que seja transmitida aos(as) alunos(as) uma pretensa superioridade branca, sem que haja questionamento por parte dos profissionais da educação (...)” (idem, p.18) . Ora essa situação não é prejudicial apenas aos 50% de pretos e pardos que configuram a população negra do país, e sim à toda a comunidade escolar, gerando enorme desconhecimento da formação cultural da brasilidade:

Na verdade, o Brasil nos oferece a estranha imagem de um país de identidade inconclusa, já que, ao longo da história de nossa formação, continuamos a nos perguntar a todo momento sobre quem somos, e assim, o brasileiro, por falta de conhecer melhor a sua história, acaba por não ter condições de se identificar consigo mesmo. Na verdade, na escola é negado ao estudante o conhecimento de uma história que efetivamente incorporasse a contribuição dos diferentes estoques étnicos à formação de nossa identidade, com o agravante de que a história parcial ali apresentada como exclusiva é a dos vencedores, dos colonizadores (...) (Moura, 2005, p. 78).

A realidade dos efeitos alienantes da colonização europeia sobre os currículos é problema que afeta também sobremaneira os países africanos, notadamente os da integração lusófona, uma vez que é muito recente a libertação desses países do jugo colonial.

Antes da colonização propriamente dita, acontecerá o tráfico atlântico, fenômeno este que durou 400 anos e afetou negativamente boa parte da África:

O tráfico instaurou um permanente clima de lutas fratricidas. Envolvidos na engrenagem do comércio negreiro, os estratos dirigentes consagravam a maior parte do seu tempo à guerra (...) Esta atmosfera de violência, de ódio, de terror, conduziu a sociedade a uma periclitante posição espiritual e moral (...) (Gueye, 1981, p. 203 *apud* PEREIRA, 2012, p. 59).

Tudo isso gerou devastação demográfica, social e econômica, o que só fez

empobrecer e desmoralizar o continente:

(...) as condições econômicas ligadas ao tráfico de negros não estimularam a formação de capitais e, por isso, o tráfico escravo não favoreceu o desenvolvimento econômico da África. De fato pode-se dizer que as instituições e as práticas nefastas para o desenvolvimento econômico que se reforçaram durante os 4 séculos que durou o tráfico de negros, se tornaram mais tarde em sérios obstáculos à transformação econômica da África” (Inikori, 1981, p. 87 apud Pereira, 2012, p. 61).

Lembra Domingos (2013) que no período colonial os colonizadores europeus tinham acesso privilegiado e quase exclusivo ao sistema de ensino.

As crianças e os jovens africanos negros, para frequentar a escola, deveriam ser assimilados, ou seja, eles tinham que pertencer às famílias que comprovadamente possuísem hábitos europeus ‘cultura civilizada’: saber ler e escrever a língua portuguesa, deixar de falar ‘dialetos’ (as línguas africanas), ser batizados cristãos, não ter práticas culturais africanas (‘primitivas’ e ‘selvagens’) e mostrar ‘bom comportamento’. (...) O africano seduzido pelas ‘vantagens’ da civilização ocidental, se adaptou às novas formas de existência com objetivo supremo de se tornar, senão um europeu, ao menos proprietário parcial ou da parte inteira de seus bens, desses instrumentos e desse prestígio que se fundamenta à sua vista a superioridade do branco” (DOMINGOS, 2013, p. 68).

Os assimilados, identificados com o colonizador, eram poucos, a grande maioria se via simplesmente excluída do sistema. Domingos reconhece que mesmo após a libertação, os sistemas de ensino continuam presos a vários resquícios da colonização. Ressalta ele que “muitas dessas diretivas educacionais, frutos de circunstância, foram assessoradas pelos especialistas e consultores que desconheciam o país e a cultura africana” (2013, p.76). Hoje se coloca a necessidade de uma *africanização* dos programas e de desenvolvimento de um ‘espírito novo’ que envolve inclusive, o estudo das línguas africanas na escola. Domingos considera que muitas instituições de ensino superior e de pesquisa dos países africanos continuam tributários de teóricos que nunca foram educadores na África; muitos nem estiveram lá e por isso desconhecem sua realidade concreta. Dessa forma, em vários desses contextos, a escola ainda se configura como instituição estranha à cultura e realidades locais. Acredita que há necessidade de uma integração da cultura ocidental e das outras não africanas com os conhecimentos tradicionais africanos atualizados pela modernidade em curso.

Hoje, considerando às diretrizes da UNILAB e o seu foco nos países da integração internacional da Lusofonia Afro-brasileira, há de se levar em conta os elementos da história e da cultura que unem fortemente os dois lados do Atlântico, lembrando não somente que o Brasil é o segundo maior país em número de negros após a Nigéria, mas reforçando sobretudo a compreensão dos laços que a história criou e que modificaram as realidades africanas e afrodiáspóricas, configurando novas identidades e novas demandas.

São muitos os passos a serem percorridos para derrubarmos as barreiras

levantadas pelo racismo e a globalização desigual, a fim de gerarmos uma força comum propositiva de um mundo renovado pela afirmação de suas raízes africanas (a África é reconhecidamente berço da humanidade), atualizadas pelos desafios de uma modernidade respeitosa das especificidades internas a cada país envolvido nessa integração. Isso passa não somente pela referência ao português como língua comum, mas sobretudo pelos laços históricos inquebrantáveis que nos espelham uns aos outros e que exigem um novo equilíbrio cultural e político-epistemológico anti-hegemônico.

Temos em nossas mãos uma oportunidade ímpar de começar, e em perspectiva revolucionária, reverter o processo hegemônico que assola nossos sistemas de ensino em ambos os lados do Atlântico e que tanto podam os(as) profissionais que formamos do conhecimento sobre si próprios(as). É nesse sentido que o PPC aqui apresentado pretende contribuir para o estabelecimento do novo equilíbrio político-epistemológico necessário, em consonância com as diretrizes da UNILAB e respeitando a legislação educacional mais ampla, e buscando a complementação ao bacharelado interdisciplinar que a primeira turma de alunas e alunos já efetivaram nesta universidade.

3.2. Esquema geral de funcionamento do curso

O curso de graduação de Licenciatura em Pedagogia, modalidade presencial, turno noturno, tem uma oferta semestral de 40 vagas, anual de 80 vagas e contempla a carga horária de 3.200 horas, sendo aproveitadas do BHU a carga horária de 660 horas de componentes curriculares. Sua duração mínima é de 8 (oito) semestres, e o tempo máximo para integralização é de 12 (doze) semestres.

3.3. Formas de Ingresso:

O curso de graduação em Pedagogia, Licenciatura, se configura em um 2º ciclo formativo da área das Ciências Humanas, sendo o 1º ciclo de formação - Bacharelado em Humanidades com duração de três anos. Para ingressar no curso, o candidato deverá ingressar no 1º ciclo de formação em Humanidades ou ingressar, via SISU - Sistema de Seleção Unificada, contemplando a formação de estudantes oriundos do ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio, no caso dos estudantes brasileiros.

Para o estrangeiro o ingresso se dá por meio do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais - PSEI cuja seleção especial acontece no país de origem. Em especial, a referida forma de ingresso está normatizada na Resolução Nº 22/CONSELHO SUPERIOR PRO TEMPORE, de 11 de novembro de 2011, que dispõe sobre a adoção do Enem e do SISU

e da Resolução Ad Referendum CONSEPE Nº 42, de 22 de novembro de 2019.

Outras formas de ingresso trata-se de admissão solicitada por pessoas já graduadas para o Curso de Licenciatura em Pedagogia da UNILAB, O Sistema de Seleção Unificada (SISU), criado pela Lei Nº 12.711/2012; Os Processos Seletivos relacionados ao Sistema de Seleção Especial Utilizando os Resultados do Enem (SISURE); O Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros (PSEE); Os Processos Seletivos Especiais de Ações Afirmativas, conforme categorias da Resolução CONSUNI/UNILAB Nº 40, de 20 de agosto de 2021; Os processos seletivos para entrada de estudantes transferidos e graduados, quando houver; Outros editais específicos para entrada de estudantes, quando houver. Todos estes processos de seleção serão conduzidos através de editais específicos a ser lançados pela PROGRAD/UNILAB para este fim, de forma a garantir a publicidade e a legalidade.

Do exposto, o Curso de Licenciatura em Pedagogia, definirá semestralmente os quantitativos de vagas a ofertar para cada uma das seguintes formas de ingresso:

- Egressos do Bacharelado em Humanidades;
- O Sistema de Seleção Unificada (SISU), criado pela Lei Nº 12.711/2012;
- Os Processos Seletivos relacionados ao Sistema de Seleção Especial Utilizando os Resultados do Enem (SISURE);
- O Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros (PSEE);
- Os Processos Seletivos Especiais de Ações Afirmativas, conforme categorias da Resolução CONSUNI/UNILAB Nº 40, de 20 de agosto de 2021;
- Os processos seletivos para entrada de estudantes transferidos e graduados, quando houver;
- Outros editais específicos para entrada de estudantes, quando houver.

3.4. Justificativa Epistemológica do PPC da Pedagogia

O Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afro-descendente brasileira até hoje. O Decreto nº1.1331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031-A de 6 de setembro de 1878, estabeleceu que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares.” (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana) (BRASIL, 2004, p.7).

As políticas de exclusão racial, a despeito do fim do trabalho escravizado, perduram até os dias atuais. As desigualdades ocupacionais, locacionais, educacionais, jurídicas e institucionais, conjugadas com o mito de democracia racial, com o de silenciamento do debate e das contribuições negro-africanas, mostram a necessidade de políticas em todos os níveis da sociedade para a efetiva superação do racismo, que deita raiz profunda na sociedade brasileira.

A desigualdade não se reflete apenas nos indicadores sociais, nos desníveis de renda e no impedimento de acesso aos espaços de poder e comando da sociedade brasileira. Ela revela a estrutura social e cultural perversa da sociedade, que extrapola a expressão mais evidente do racismo e se aloja no imaginário, na desqualificação da cosmovisão negro-africana, no afogamento, como política de silêncio articulada cotidianamente, e no não reconhecimento simbólico, filosófico e cosmogônico das tradições, saberes e fazeres do povo negro no Brasil, na África e no mundo:

A desvalorização e a alienação do negro estende-se a tudo que toca a ele: o continente, os países, as instituições, o corpo, a mente, a língua, a música, a arte, etc. Seu continente é quente demais, de clima viciado, malcheiroso, de geografia tão desesperada que o condena à pobreza e à eterna dependência. O ser negro é uma degeneração devido à temperatura excessivamente quente. (MUNANGA, 2001, pp. 21).

O primeiro passo para mudar essa realidade é o entendimento de que há discriminação racial e um processo colonial ainda em marcha no continente africano, americano e asiático e com reflexos, entre outros, nos sistemas de ensino dos países de língua oficial portuguesa, que pode ser afetado pela desvalorização das línguas maternas e pelos processos seculares de exploração. Munanga faz, conforme citado por Jesus abaixo, um balanço arguto desses exercícios de dominação.

Segundo Kabengele Munanga (2001) quanto à escravidão no Brasil, destaca-se uma produção discursiva cheia de estereótipos e preconceitos aliada de uma situação de violento equilíbrio onde prevalece a relação dominante/dominado e um discurso monopolista da “razão”, de “virtude” e “verdade”. A dominação colonial na África utilizou como justificativa a missão colonizadora do ocidente, ou seja, a missão de civilizar os africanos “selvagens” e convertê-los aos costumes do europeu (JESUS, 2012, p.06)

O segundo passo diz respeito à mobilização de recursos teóricos, práticos e políticos para superar esse quadro que, na contramão das lutas no Continente africano, nas Américas e Caribe, foi e permanece hegemonizado pelo eurocentrismo como baliza quase que intocável de privilégios simbólicos e estruturais.

A educação, como reflexo e dimensão das estruturas raciais desiguais, é uma das linhas de força do racismo à brasileira e do projeto colonial. Para superar esta realidade os negros (as), no Brasil, sistematizaram estratégias, nos mais variados contextos históricos, para se contraporem à exclusão dos bancos escolares. Temos um rosário de lutas e experiências educativas e escolares muito bem sucedidas e tenazmente combatidas pelas ações armadas, no caso: os Quilombos, Insurreições e levantes, as Irmandades de Negros e Negras, nas manifestações culturais concebidas pelas matrizes negras e fundamentalmente referenciadas na ancestralidade. E ainda, nos Clubes, Bailes e Entidades da Raça, nos Jornais articulados pelos negros (as), nas denominadas Ligas dos Homens de Cor, nas Bandas de Homens de Cor, nas ações do Teatro Experimental do Negro, (TEN) da Frente Negra Brasileira, do Festival Comunitário Negro Zumbi (FECONEZU), do Teatro Popular Solano Trindade, dos Cadernos Negros, do Quilombo hoje e em inúmeros espaços destinados às artes, à poesia e à socialização, visando as novas noções de cidadania referenciadas na negrura e nas cosmovisões de ancestralidade negro-africana.

Experiências semelhantes e outras de longo alcance e duração foram empreendidas no continente africano, americano e Caribe. Não vamos partir do zero. Temos inúmeras experiências e processos educacionais anteriores aos marcos catalogados pelas historiografias e registros europeus. Alguns, no século XX, são emblemáticos no que toca à excelência acadêmica e à formação de intelectuais brasileiros. Costa e Silva afirma:

É necessário e urgente que se estude no Brasil, a África – pregava, incansável, na metade do século XX, mestre Agostinho da Silva. Foi sob seu acicate que se criou o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia, a cuja sombra se moveu uma geração de interessados na África e em sua História, alguns dos quais atravessaram o Oceano e foram estudar e lecionar em Dacar, Ibadan, Ifé, Kinshasa. Cito alguns nomes: Yeda Pessoa de Castro, Júlio Santana Braga, Guilherme Castro, Vivaldo Costa Lima e Paulo Fernando de Moraes Faria. (Costa e Silva, 2003, pp.238)

Para o projeto da UNILAB é necessário um balanço crítico que considere a realidade brasileira e dos negros(as), mas as teses da unidade na diversidade (Diop, 1964) e da África e da Diáspora como Sexta Região desse continente são instrumentos políticos e, sobretudo, recursos teóricos e metodológicos para ampliar os enfoques e para assegurar, na construção e discussão curricular do Curso de Pedagogia, uma visão de todo e produções teóricas referenciadas nas dinâmicas sociais, políticas e organizacionais desses povos na África e na Diáspora.

Alguns intelectuais negro-africanos recapturam esta perspectiva, sublinhando a presença imanente desse processo duplo significativo na compreensão da África e Diáspora. Assim, Bokolo, num diálogo com intelectuais brasileiros e na apresentação dos volumes que

tratam da História da África, enfatiza que a história do continente não pode ser contada apenas “de dentro”. O pensador africano salienta, com outras palavras, que as diásporas se constituem como territórios e parte do continente africano. Romper com a abordagem de “dentro apenas” tem significados políticos e metodológicos extremamente relevantes para a ruptura com as historiografias e interpretações que desconsideram as dinâmicas dos contatos e das contribuições negro-africanas para os territórios diaspóricos e para a História do Ocidente. A metáfora da dialética do lado de dentro da porteira, a África, e do lado de fora, a Diáspora, assume, assim, um lugar privilegiado como chave interpretativa. Desse modo, a África revela as diásporas e as Diásporas revelam a África.

O reconhecimento da Diáspora, como Sexta Região Africana, não deve ser apenas um recurso teórico e geográfico. A concepção recupera um sentido de unidade do continente africano e, muito especialmente, atribui à diáspora as exigências de agente ativo e desse modo:

As necessidades africanas requerem uma ampla reflexão sobre como fortalecer a União Africana, destacando ainda a importância de se adotar a Diáspora como Sexta Região Africana. A seu ver, este projeto deve estar focado na capacidade que os países e populações da Diáspora têm de ajudar os africanos a enfrentarem suas limitações atuais e fazerem face ao impacto negativo da globalização (II CIAD, 2006, p.47).

A unidade, África – Diáspora, pressupõe o comprometimento e a solidariedade que possibilitam o entendimento do papel do Brasil, da Lei 10.639 e da UNILAB. Acrescentemos a noção de diversidade e na conjugação dialética delas, unidade e diversidade, então, teremos a parêntese irreduzível que capta a complexidade da unidade na diversidade (Diop, 1964).

O contingente de africanos, deslocados para o país, é um dado a ser considerado nas formulações teóricas e nas delimitações orientadoras das políticas públicas e das relações de cooperação e intercâmbio com a África e a diáspora. Afinal, não podemos abstrair a “importância da população de origem africana, que chega a quase 150 milhões; sendo que 87 milhões se encontram no Brasil, representando 48% da população, em 2004.” (p.50 fonte?) Há, nas noções enredadas e assentadas pelas dinâmicas políticas e de solidariedade, a necessidade de um novo pacto no qual a África e a sua Sexta Região não seriam tão-somente anunciadas e sim enunciadoras de comandos articuladores e articulados a serviço dos lugares e dos povos constituintes da África e da diáspora.

Os projetos seculares de opressão a que foram e estão submetidos os africanos e os negros nas Seis Regiões da África têm, antes e pós-trabalho escravizado, uma base comum.

É o que diz a argumentação de Noureini Tidjani-Serpos, Diretor-Geral Adjunto para a África da UNESCO, quando enfatiza “que o desenvolvimento da África depende, antes de tudo, de seus recursos humanos, portanto da expansão da educação nos níveis primário e secundário, mas também nos planos técnico e universitário. Com relação ao pacto entre a África e a Diáspora, considerou que o mesmo deve ser pensado com base em uma história comum.” (p. 38). A história comum, podemos inferir, diz respeito também aos valores cosmogônicos e a uma complexa e profunda comunicação jamais interrompida nos lugares e na tessitura entre a África e da sua contraparte, isto é, a Sexta Região.

Respeitando este sentido, as políticas governamentais e os novos paradigmas anunciam uma noção de unidade, na diversidade, via pacto político, e de efetiva relação entre o continente africano e a diáspora, que tem por objetivo:

Fortalecer os vínculos do Brasil e da América do Sul com o continente. Conforme ressaltado pelos presentes, o Presidente brasileiro tem-se batido por uma mudança de paradigma nas relações políticas e geográficas internacionais, acentuando as relações Sul-Sul e incentivando as parcerias baseadas na solidariedade e reciprocidade de interesses. No plano interno, deu início a mudanças de fundo, promovendo a adoção de ações afirmativas para a melhor integração dos marginalizados, incluindo os afro-brasileiros. (p.48)

Relevar as contribuições africanas e dos negro-africanos na diáspora implica no aprofundamento dos contatos, na valorização histórica dessas tessituras e na apropriação de conceitos que terão lugar decisivo nas formulações e aplicação da Lei 10.639 e na definição do papel da UNILAB como instituição de ensino, pesquisa e extensão voltada para a redefinição de processos educativos, de trocas que, na senda da solidariedade, fertilizem “a emergência de maior conhecimento mútuo, intercâmbio artístico e intelectual necessário para a afirmação das nossas percepções afro-diaspóricas e afro- centradas” (p.54).

Na senda da ajuda mútua e num campo de valorização humana e conceitual, os países que falam oficialmente o português se constituem num outro importante núcleo de unidade, cujo reconhecimento fundamentou a política de criação da UNILAB:

Ao propor a criação da UNILAB o governo brasileiro abre-se, portanto, a países, territórios e comunidades da África, além de Ásia e Europa, que adotam como língua oficial ou se expressam em língua portuguesa. E, fundamentada nos princípios de apoio e ajuda mútua, visa criar e consolidar espaços de formação, produção e disseminação de conhecimento com relevância social. Esta integração pode, no médio e longo prazo, ser estendida a outros parceiros, **mas estará voltada prioritariamente aos países africanos, em atenção às suas demandas de promoção do desenvolvimento nacional descentralizado** (Grifo nosso) (Diretrizes Gerais da UNILAB, p. 06).

Vale reter, do texto acima, o lugar especial do Brasil, e a importância da UNILAB como um dispositivo político, no que tange aos países africanos, na medida em que as diretrizes dizem que a relação, a despeito de outros parceiros e relevando os países da

integração internacional da lusofonia afro-brasileira, será “voltada prioritariamente aos países africanos, em atenção às suas demandas de promoção do desenvolvimento nacional descentralizado.” Ao aceitar o desafio, considerando o continente africano e a diáspora, a UNILAB tem como mediação, para as relações entre os negros referenciados nas Américas, Caribe e África, a existência de “uma história de base comum” ou intercambiável e que suscita ações, políticas e processos educacionais encruzilhados. (p.54 -58)

O cantor e compositor Gilberto Gil, no ano de 2006 e na função de Ministro da Cultura, delimita o processo dialógico de modo metonímico e apresenta a parte, a cidade de Salvador, como referência ao lugar e ao conceito encruzilhado das “culturas africanas, caribenhas e americanas”. (p.54) O Brasil e as suas instituições, avulta neste sentido a UNILAB, funcionariam, na encruzilhada, como canais e como a própria comunicação, ou seja, como veículos e mensagens pelos quais “o conhecimento mútuo, o intercâmbio artístico e intelectual seriam potencializados para a afirmação das nossas percepções do continente africano e das várias Áfricas da Diáspora africana” (p.54).

Conceitos e teorias são imprescindíveis no processo de reconhecimento das sistematizações oriundas da África e da Diáspora. Mas devemos bradar pela necessidade urgente de renovação das disciplinas históricas, pois o conhecimento “construído pelas ciências sociais deverá ter em conta as características da diversidade cultural, das temáticas, das abordagens dos países africanos e da Diáspora a partir da sua realidade e a partir da sua cultura. A mera transplantação de uma ciência social ocidental não nos serve porque não nos explica “(p.62).

Não podemos relegar as concepções históricas eurocêntricas, os apagamentos e o silêncio criminoso das produções técnicas, científicas, filosóficas, matemáticas e artísticas elaboradas, desde os primórdios dos tempos, pelos povos e civilizações africanas. Tais apagamentos são largamente difundidos no ensino de história, matemática, artes, ciências, filosofia e no conjunto de disciplinas tradicionalmente ofertadas no âmbito do ensino ministrado no território brasileiro. O mesmo ocorre na África e na Diáspora. É bom considerarmos, a propósito da reversão desse quadro de ignorância construída e e/ou pré-estabelecida, as produções do intelectual e professor Henrique Cunha Junior que destroça e põe a nu a perversidade sistêmica e epistemológica dessa orientação de base racista e mantenedora do epistemicídio das populações negro-africanas.

Também fazemos uma digressão sobre a história da matemática e questionamos as informações sobre as origens gregas da matemática e da filosofia. Mostramos que matemáticos como Tales de Mileto, tido como grego, não nasceu e nem viveu na Grécia. Tales se incorpora a nosso estudo mais tarde pelo seu postulado sobre as retas paralelas. Mileto é parte da Jônia, que hoje é a Turquia. Na mesma linha

exemplificamos como Ptolomeu, nascido em Ptolomelomeia, cidade do vale do Nilo. Como também da grande matemática e filósofa Hipatia, que é Egípcia e figura na história como grega. Estes erros são devidos à história da cidade egípcia de Alexandria que foi dominada pelos gregos deste o século III antes de Cristo até a invasão romana, restando neste período como colônia da Grécia, sem, contudo transformar os seus habitantes em Gregos. Seria como dizer que Tiradentes, figura histórica brasileira fosse um herói português, pois nasceu num período que o Brasil era colônia de Portugal. Trata-se de um reaproximar da história escrita e mostrando os inconvenientes da ideologia do eurocentrismo, da ideia de ocidente, sociedade ocidental e tendo a Grécia como marco de fundação, retirando a Etiópia, Núbia e Egito da história. (Cunha, 2013, p. 104 -105).

No mesmo diapasão, a propósito das referências comuns, da afirmação da identidade e da renovação das disciplinas considerando a realidade africana e da diáspora, o eminente professor Paulin Houtondji discorre de modo didático, explicitando:

Como a diversidade cultural deve orientar o saber filosófico e que nós, africanos da Diáspora e do continente, teremos como, também, nos entender a partir de nossas referências comuns. Também o papel do conhecimento tradicional foi colocado em discussão, ou seja, as ciências sociais, as ciências humanas, levando em consideração a tradição, mas sem fazer desta tradição algo voltado para o conservadorismo, mas sim para a afirmação da nossa identidade (p.62).

O reconhecimento e a superação das desigualdades raciais, do racismo, são exigências para a renovação das disciplinas históricas, como o é igualmente a efetiva aplicação da Lei 10.639/2003.

É necessário também lutar por uma história não territorial do Brasil, que deve ser estendida até o Atlântico Sul para considerar as influências africanas em seu destino em todos os períodos de sua história. Isso explica a decisão recente de tornar obrigatório o ensino da cultura africana, a fim de lutar contra as raízes do racismo no sistema educacional, em resposta às reivindicações do movimento negro no Brasil (p.70).

Assim, são muito oportunas as formulações da professora Petronilha Gonçalves. A pesquisadora, no seu emblemático balanço a respeito da Lei, dirige o seu enfoque para a construção democrática, para a responsabilidade de todos os brasileiros. Razão pela qual, no dizer dela, a Lei é fator:

Não apenas de igualdade racial, mas da própria construção da justiça e da democracia no Brasil. Para ela, a lei 10.639/03, que preconiza a adoção dessa temática no ensino básico em todo o país, precisa ser encarada como responsabilidade de todos os brasileiros, independente de pertencimento étnico-racial. Fundamental em sua apresentação foi a crítica dos argumentos contrários à lei: ao contrário, diz ela, de "trazer problemas raciais", é o pleno conhecimento dessa história que pode levar à efetiva igualdade, a partir da autovalorização do ser humano negro e da desmistificação da superioridade (um desvio moral e na consciência social) "branca". (p. 64)

Por outro lado, a aplicação da Lei 10.639 não se resume ao combate ao racismo antinegro, ela recomenda de modo implícito, no seu escopo, e explícito, nas Diretrizes, a

quebra dos paradigmas do universal, da cristalização e sinônimo do homem e dos valores Ocidentais brancos apenas. Para ela, a apresentação da África e da Diáspora como parte da cultura humana, é algo que os docentes e discentes, e o conjunto da população brasileira, africana e da diáspora, têm direito e necessidade. A sonegação dessa perspectiva tem implicações danosas do ponto de vista social, no trabalho intelectual e mais ainda no processo de sistematização de conhecimento e de limitação do alcance teórico, conceitual, ontológico e identitário.

Visando à construção de currículos significativos do ponto de vista da luta antirracismo e de rompimento com a afonia em torno do continente africano, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia deverá mobilizar recursos humanos, teóricos e práticos para se contrapor ao racismo e aos efeitos na sistematização de conhecimento e na organização do sistema interno da UNILAB. Para tanto é necessário considerar que “o neocolonialismo e seus mecanismos de dominação econômica e cultural constituem- se num entrave à soberania e ao desenvolvimento dos povos no continente africano.” (p. 67).

O currículo será, então, o artefato para o reconhecimento e para a superação dessa realidade reatualizada pela:

perenidade do racismo, do neocolonialismo, da necessidade de descolonização entre setores significativos da própria intelectualidade africana, assim como de seus congêneres no Brasil. É necessário, afirmaram, mais do que a utilização de novas metodologias e de historiografia mais bem fundadas em pesquisas - documentais e outras - criteriosas. Uma historiografia que priorize visões do protagonismo africano deve ser enfatizada. Não é mais possível que os livros didáticos em África e na Diáspora continuem enfatizando a historiografia "clássica" em que os povos do continente africano só "entram na história" a partir do tráfico e de suas relações com os europeus. Isso não quer dizer que o tráfico atlântico deva ser menosprezado, ou que os processos cruciais que levaram ao enfraquecimento e pauperização material, moral e espiritual no continente africano não devam ser estudados com a devida atenção. Ao contrário, foi amplamente partilhada a visão de que, neste momento do "Renascimento Africano", intervenções de poderes políticos, desavisadas, desinteressadas ou mesmo contrárias à liberdade de pesquisa e ao "remeximento" de "verdades" e agentes históricos consolidados têm sido altamente danosas. Constituem, mesmo, uma temeridade e um desserviço às possibilidades de melhor conhecimento e de desenvolvimento dos povos em África e na Diáspora. (p. 66).

O Renascimento Africano, articulado a partir da porteira de dentro, a África, e da porteira de fora, a Diáspora, está em marcha e tem como tarefa central a superação do “Racismo –Colonialismo - Neocolonialismo – Descolonização” (p.67). Fica também muito bem explicitada a noção de unidade política, conceitual e de centralidade de renovação das disciplinas históricas a partir da compreensão da África, da Diáspora, do colonialismo e do neocolonialismo. Mas o que seria, então, este objeto? O objeto seria a África e a Diáspora como um sistema dinâmico. A partir do reconhecimento dos objetos, na dinâmica das relações

sociais e etnicorraciais, seremos alertados para as relações que existem entre os lugares que, a rigor, materializariam a África e a Diáspora, pois os lugares empiricizariam estas realidades.

Acrescentaríamos, aqui, que a renovação das disciplinas para o entendimento do racismo, da África e da Diáspora é uma questão impostergável, “até aqui negligenciados pela historiografia fundada sobre as fontes escritas, cuja crítica sistemática deve ser buscada” (p.70).

É preciso, em consequência, liberar nosso corpo e liberar nossa mente da carapaça de ideias errôneas imposta pelo Ocidente, durante séculos de dominação, que nos considera uma raça à parte da condição humana. O ensino da história africana na África, assim como nos outros países da Diáspora africana, deve enfatizar numerosos desafios na produção de uma história continental que levaria em consideração as experiências da Diáspora africana na América, na Europa e na Ásia.

É necessário relacionar a história da África com a da Diáspora e por isso participar, a partir desta base, da elaboração da história da humanidade e da história universal, para destacar a contribuição da África e evitar toda e qualquer futura marginalização no âmbito da globalização. Isso não exclui os desafios cotidianos sobre a importância da contribuição das mulheres como a rainha NdateYalladuWaaló, o papel da resistência dos escravos Maaron no Suriname, a implantação das instituições do Código Indígena em Angola, a celebração da nossa africanidade, a restauração da África no centro do sistema atlântico e dos estudos do movimento das populações nas duas margens do Atlântico. O controle de nossa agenda científica passa pela reabilitação das línguas africanas. Os historiadores devem privilegiar certos temas como a biografia de personalidades marcantes, o movimento das ideias e dos povos, tais como a história dos Iorubá e de sua Diáspora pelo mundo.

Como escrever a história de um longo período levando em consideração apenas as continuidades, se as rupturas permanecem como principal desafio à espera dos historiadores - e do conjunto dos cidadãos - para marcar tanto sua autonomia quanto às suas capacidades a definir livremente seu destino? (p.70).

A África e a Diáspora se completam e se fazem e se refazem, continuamente, em relações dialógicas que são verdadeiras redes encruzilhadas. Nestes nós encruzilhados, um dos problemas mais decisivos a ser superado diz respeito à naturalização, como modelo e referência quase inquestionável, da cultura racional do Ocidente. Posição que se reflete, de modo agudo, na desconsideração das artes referenciadas na antropogênese e cosmogênese negro-africanas. Desse modo, é imprescindível que a articulação entre mito e conceito, por exemplo, deva ser buscada por uma nova leitura e com chaves interpretativas exatamente

como se dá na África e na Diáspora. Isto é, devemos propor uma senha interpretativa que se fundamente, para evitar qualquer tipo de marginalização, numa cosmovisão africana. É o que sugere, de modo didático, a concepção de inseparabilidade entre cultura religiosa e arte. Numa síntese:

Na concepção africana, que foi preservada plenamente na cultura dos segmentos africanos em países da América, cultura religiosa e arte estão intrinsecamente ligadas. São planos de uma mesma visão de mundo, mais que isso, são dimensões de um mesmo modo de se viver a vida e entender a realidade. A visão de mundo africana se expressa, até os dias de hoje, tanto na África como na Diáspora, através de meios materiais e meios imateriais. Isso inclui as artes plásticas, a música, a dança, a literatura e a poesia, as artes dos sabores e odores - a culinária —, a estética do ambiente e do vestuário. E mais que isso: no plano ético, os valores fundamentais que norteiam a conduta e dão sentido à vida, como a própria alegria de viver, a importância do respeito aos mais velhos, e o sentimento que reforça a vida comunitária. Nascida do mesmo arcabouço constitutivo da religião, a arte africana, nos dois lados do Atlântico, se expressa por movimentos, ritmos, cores, pulsares, que são condutores de energia, o axé, que alimentam o poder, conduzindo a fruição da estética negra revelada através de fontes materiais e imateriais da memória ancestral. As artes produtoras dos objetos sagrados e utensílios usados nos rituais religiosos, assim como as expressões musicais e poéticas, extravasam os limites do culto e são recriadas e reelaboradas pelos artistas como produtos de uma arte sem fronteira, objetos de arte nacional e internacional, que contribuem decididamente na constituição da identidade de nossas nações. Basta se pensar na música de países como o Brasil, Cuba, Haiti, Trinidad e Tobago. Lembremo-nos do samba e do carnaval do Brasil, da música do Caribe, da feijoada, do acarajé, do uso peculiar das cores que nos vestem no dia a dia. Das artes plásticas, com artistas emblemáticos como Mestre Didi, Rubem Valentim, Emanuel Araújo (p.72-73).

A UNILAB instala sua sede na região do Maciço de Baturité, território ainda carente de instituições de ensino superior. Com a implantação do Curso de Pedagogia pretende-se promover a dinamização da área da educação, bem como a ampliação do acesso ao ensino superior.

O incremento da área de educação é a interiorização do ensino superior público, gratuito e de qualidade, com especificidade na Pedagogia, é fundamental para o desenvolvimento dos/as sujeitos da educação (educandos/as, professores/as e gestores educacionais) e estratégico em termos territorial, do Ceará e do Maciço de Baturité. Este território do Maciço de Baturité ocupa uma área de 4.820 Km² e, no que concerne ao planejamento macrorregional, abrange treze municípios: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Itapiúna, Guaramiranga, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção. Para efeitos deste documento, foram incluídos outros dois municípios: Guaiuba e Caridade, ambos filiados à Associação dos Municípios do Maciço de Baturité (AMAB). A região possui, ainda, vários distritos e vilas originários da época de colonização da região, os quais guardam referências de grande importância para as tradições e para o patrimônio

histórico do Ceará.

Instalada nesse território a UNILAB tem como compromisso social promover ações voltadas para o desenvolvimento de programas/projetos de pesquisa e extensão articulados ao processo de ensino-aprendizagem, referenciados na realidade internacional, nacional e, mas também na realidade local do (Maciço de Baturité). Desse modo, a criação de um curso de Pedagogia poderá resultar na melhoria do ensino e da aprendizagem na educação básica, principalmente se observarmos que os índices de analfabetismo funcional² no Ceará são ainda maiores do que os percentuais do país, como ilustra o gráfico 1.

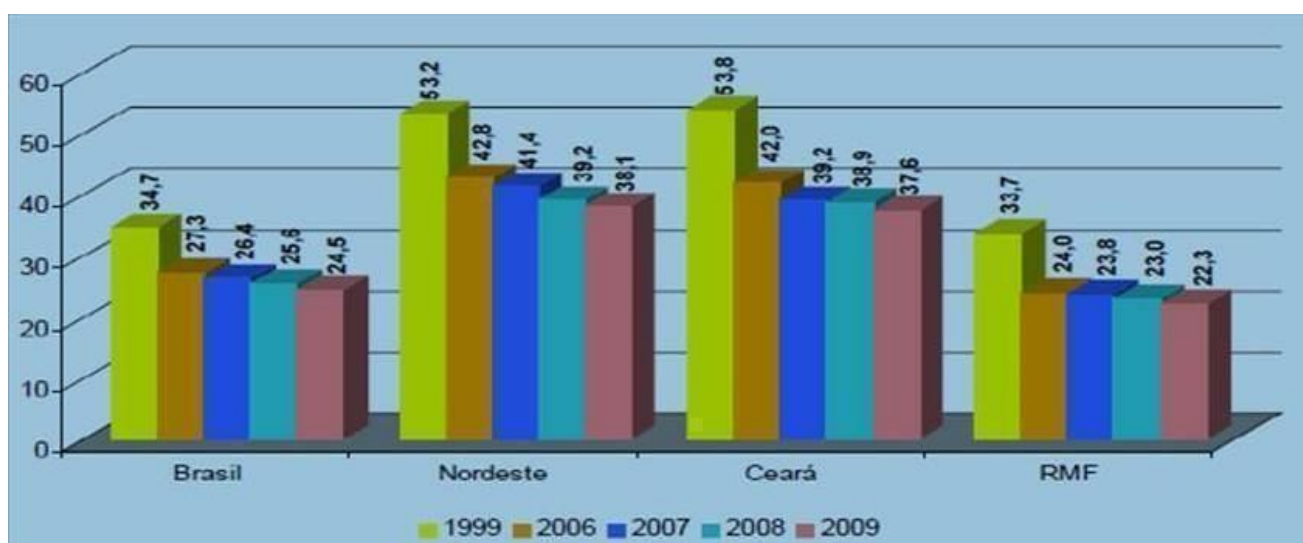


Gráfico 1: Percentual de analfabetismo funcional entre adultos – pessoas com 25 anos ou mais (%). Fonte: Ipece (2010, p. 48).

Cumprir a opção da Unilab em adotar uma política afirmativa para a inserção de estudantes oriundos da escola pública no ensino superior, ação efetivada desde o seu primeiro processo seletivo, em 2010. Porém, somente em 2021, por meio da Resolução 40/2021, aprova e institui regulamentação do Programa de Ações Afirmativas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, que entre outras coisas prevê, processos seletivos específicos com a “finalidade de promover o ingresso e a permanência de indígenas, negros, quilombolas, ciganos, povos e comunidades tradicionais,

² É considerada analfabeta funcional “a pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever, não tem as habilidades de leitura, de escrita e de cálculo necessárias para viabilizar seu desenvolvimento pessoal e profissional” (IPM, 2010, p. 04). Informação disponível em: http://www.ipm.org.br/download/inaf_brasil2009_relatorio_divulgacao_final.pdf. O Instituto Paulo Montenegro, organização não lucrativa vinculada ao Ibope, em parceria com a organização não governamental Ação Educativa, fornece informações sobre as práticas de leitura, escrita e matemática dos brasileiros com idade entre 15 e 64 anos de idade.

refugiados, pessoas com deficiência, pessoas com identidades trans e pessoas em situação de privação de liberdade ou egressas do sistema prisional” (UNILAB, Resolução 40/2021)

3.5. Objetivo Geral e Específicos

O objetivo geral do curso de Licenciatura em Pedagogia da UNILAB é formar para o exercício da Pedagogia, no sentido da produção e disseminação de conhecimento, na perspectiva de uma epistemologia da África e de suas diásporas, anti-racista e anti-colonial, promotora da efetiva valorização dos saberes científicos e ancestrais, com ênfase nos países que compõem a Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

Os Objetivos específicos são:

- Propiciar o estudo da Pedagogia como a ciência da educação em geral, respeitando o foco dado pelo presente projeto pedagógico, com esteio nas Diretrizes Curriculares da UNILAB, ao optar pela centralidade da África e suas Diásporas;
- Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão tendo como foco a centralidade da África e de suas Diásporas, priorizando os países da Integração – UNILAB;
- Priorizar a problemática educacional da África e de suas Diásporas nas componentes curriculares, sobretudo dos países da integração – UNILAB;
- Formar para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos;
- Capacitar para a gestão de processos escolares e não escolares;
- Considerar na formação a capacidade de desenvolver atividades pedagógicas não formais, em especial as que acontecem nos países da Integração – UNILAB;
- Promover em todo o currículo a educação das relações étnico-raciais em consonância com a Lei 10.639/2003 bem como a cultura indígena considerando a Lei 11.645/2008.

Na formação acadêmica, propõe-se no currículo do curso a inclusão dos conhecimentos referentes à Educação Ambiental nos países da Integração, Gestão de Processos Educacionais, Religiosidade de Matriz Africana no Brasil, Religiosidades Tradicionais nos países Africanos da Integração, Sexualidade, Gênero e Educação, Fundamentos Filosóficos e Práticos da Capoeira, Fundamentos Filosóficos e Práticos do

Samba, Educação Indígena, Educação Quilombola, Tradição Oral Africana, Autobiografia e Educação, entre outras, as quais poderão ser aprofundadas na Pós-graduação.

3.6. Histórico da área e aproximações metodológicas

A África e a Diáspora são bases teóricas e metodológicas indispensáveis para a construção do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, que se estrutura a partir do pressuposto de que o Ensino, a Extensão e a Pesquisa são atividades acadêmicas dialogicamente necessárias no cotidiano dos docentes e dos discentes. Há aqui uma relação dialética entre os recursos teóricos internos do Curso de Pedagogia, Ensino, Extensão e Pesquisa, com os recursos materiais, humanos e imateriais da África e da Diáspora, cuja significação, de modo encruzilhado, necessita das teorizações do geógrafo e filósofo Milton Santos, que nos ensina que os recursos materiais e imateriais são totalidades. Podemos nos referir da mesma forma no tocante à África e à Diáspora e por isso:

O valor real de cada um não depende de sua existência separada, mas de sua qualificação geográfica, isto é, da significação conjunta que todos e cada qual obtém pelo fato de participar de um lugar. (...) A definição conjunta e individual de cada qual depende de uma dada localização. Por isso a formação socioespacial e não o modo de produção constitui o instrumento adequado para entender a história e o presente de um país. Cada atividade é uma manifestação do fenômeno social total. E o seu efetivo valor somente é dado pelo lugar em que se manifesta, juntamente com outras atividades (SANTOS, 2002 p.132).

Acrescentemos, então, no caso do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UNILAB, que o método, o caminho, é, a rigor, uma encruzilhada da África e da Diáspora. Encruzilhada entendida como espaço e conceito no qual coexistem, num embate por hegemonia, as inúmeras vozes, identidades, sujeitos e autorias oriundas dos vários países de língua oficial portuguesa, da África, das diásporas negro-africanas e dos brasileiros de diversos estados e localidades. Numa síntese, podemos dizer que a encruzilhada, espaço e conceito, é “artefato social” e lugar, considerando esta dimensão, para o entendimento, entre outras, da realidade social, étnicorracial e histórica da África, da Diáspora, do mundo e das sociedades. A concepção de currículo, como artefato social, cultural, tem a finalidade de revelar os processos de interação de todas as práticas, reflexões e embates educativos, não é por outra razão o uso do conceito e do lugar encruzilhado (SILVA, 1996 e FREIRE, 1987).

Outro ponto nuclear para a estruturação do presente Projeto passa pela compreensão da educação como especificidade humana. Observando esta delimitação, a educação como especificidade humana, temos que ela não se limita aos espaços educativos

formais, o que alarga a noção dos processos educativos para os espaços não formais e informais, implicando igualmente numa formação destinada a tais espaços e, na contramão, na incorporação das sistematizações produzidas e expandidas pelos currículos não formais dos movimentos negros, sociais, populares e culturais. Neste tocante, a Lei nº 10.639/03, oriunda das formulações históricas dos Movimentos Negros Brasileiros, é a empiricização das possibilidades efetivas e, sobretudo, encruzilhadas dos processos educativos formais e não formais.

A educação como especificidade humana pode, também, ser vista como um processo pelo qual as visões eurocêntricas serão refutadas. Denominador comum dos povos e dos lugares, a educação como especificidade humana é mais um instrumento para dar visibilidade à história dos processos educativos e para outros paradigmas educacionais, segundo os lugares.

O trabalho interdisciplinar é outro ponto chave para a construção do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UNILAB. É didática e complementar, a propósito, a noção de trabalho interdisciplinar defendida por Milton Santos e Paulo Freire. Freire, advogando a necessidade de compreensão do homem e da sociedade, é contrário à fragmentação das disciplinas. Freire propõe, no conjunto da sua obra, sob a égide de uma compreensão de base sistêmica e epistemológica, uma visão holística. Decorre dessa posição a sua crítica aos “conteúdos, que são apresentados como retalhos da realidade, desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação” (FREIRE,1997, p.57).

O geógrafo Milton Santos (2000, p.50) por sua vez, apresenta uma noção de trabalho interdisciplinar em cuja base está confiada a análise e o entendimento do homem/mulher, do mundo e da metadisciplina:

A ideia da metadisciplina é a seguinte: existem várias disciplinas, a geografia, a sociologia, a antropologia, a economia”. Cada disciplina possui um módulo que a identifica e a distingue das demais. O que faz com que uma disciplina se relacione com as demais é o mundo, o mesmo mundo que, no seu movimento, faz com que a minha disciplina se transforme... Todas as disciplinas têm sua relação com o mundo. Quando no processo de informá-la, colocamos o mundo dentro de uma disciplina, e dele fazemos a inspiração mãe, temos a metadisciplina. Por isso, o mundo é que permite que se estabeleça um discurso inteligível, um canal de comunicação entre as disciplinas. A interdisciplinaridade não é algo que diga respeito às disciplinas, mas à metadisciplina. Uma geografia, uma sociologia, uma economia, uma antropologia que não tenham o mundo como inspiração na produção própria de conceitos, não se prestam a nenhum trabalho interdisciplinar. Este não é o resultado de trabalhar juntos, mas da possibilidade de um discurso intercambiável, com a fertilização mútua de conceitos que, apesar dos jargões respectivos, não serão impenetráveis... A metadisciplina é a filosofia particular a cada disciplina que lhe permite conversar com as outras.

A partir das formulações de Freire e Santos, um dos objetivos é considerar, de modo interdisciplinar, as formulações e as sistematizações dos Movimentos Negros Brasileiros no tocante ao advento da Lei nº 10.639/03 e igualmente considerar a importância dos Movimentos Negros Brasileiros no que tange aos processos de implementação, de acompanhamento e de aplicação, no cotidiano da UNILAB e nos processos de ensino e de aprendizagem, da referida Lei. Delimitado assim o ângulo de abordagem, podemos afirmar que há currículos expandidos pelos Movimentos Negros Brasileiros em oposição aos currículos tradicionalmente ofertados pelos sistemas de ensino municipais, estaduais e nacional (ANTONIO, 2014).

O segundo objetivo é problematizar a centralidade de uma noção de trabalho interdisciplinar que possa, de acordo com o escopo da Lei 10.639, dar um sentido de conjunto para a atuação sem, no entanto, desconsiderar o caráter específico de cada disciplina, que deve passar, necessariamente, por um processo de renovação. O terceiro objetivo visa à empirização, no cotidiano escolar e no currículo, dos valores linguísticos, culturais, artísticos, teóricos e conceituais sistematizados pela África e pela diáspora negra, o que inclui as produções teóricas, políticas e curriculares dos Movimentos Negros, diaspóricos e as manifestações culturais e cosmogônicas negro- africanas.

De acordo com as noções delineadas até aqui, mais uma vez devemos insistir na relevância, hoje, do papel dos Movimentos Negros Brasileiros, da história comum, do pacto ativo e da unidade na diversidade como motores da visibilidade intelectual, artística e humanística da África e da Diáspora, do trabalho interdisciplinar, da renovação das disciplinas e da cosmogonia de matriz negro-africana na construção curricular. Tratando de currículo, não basta falar de conteúdos ou do papel isolado das disciplinas, se desejamos aprofundar o processo de conhecimento desse aspecto da realidade total.

É a partir dessa realidade que a proposta curricular do Curso de Pedagogia da UNILAB dialogará, entre outros estudiosos, com as formulações teóricas de Paulo Freire e do geógrafo –filósofo Milton Santos para a construção de noções transitivas de trabalho interdisciplinar, de educação informal, não formal e, numa rede encruzilhada, o Projeto Pedagógico será o espaço de efetiva empirização da noção de currículo em expansão, em cuja sistematização estarão confiadas as teorias, políticas e cosmogonias negro/a – brasileiro/a das diásporas negro/a africano/a.

No que toca à educação não formal, que dará sustentação para as noções de currículos em expansão e/ou expandidos pelos movimentos sociais, temos que, no dizer de Paulo Freire, ensinar é uma especificidade humana, exige comprometimento, intervenção no

mundo tomada consciente de decisões e, por fim, ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica (FREIRE, 1997, p.103).

Se ensinar é uma especificidade humana, cabe-nos, a partir dessa compreensão, entender que a educação, o ato de ensinar e a aprendizagem não se confinam à escola e podem acontecer em outros momentos e espaços da vida social os quais devem, na perspectiva do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, constituir-se como “novo objeto de estudo” (JANELA, 1983, p.86).

A educação, do ponto de vista que aqui, na UNILAB, nos interessa, é a atividade que se realiza em espaços cada vez mais amplos, e que se chamará de educação não formal ou não escolar, isto é, o momento no qual a construção ou reconstrução do ato de ensinar e de aprender se dará com espontaneidade e com conteúdo didático e finalidades delimitadas pelas forças sociais. Tal compreensão possibilita-nos pensar numa sociologia da educação não formal como nos propõe o autor citado. É possível propor uma sociologia da educação (não-escolar) que estude como se caracterizam os contextos educativos informais, mas sobretudo, não formais, enquanto instâncias de reprodução ou mudança social (JANELA, 1983). É válido também esclarecer que a educação formal se caracteriza:

Por uma sequência e fica restrita à escola. Já a educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado. Por último, a educação não-formal (que é a que nos interessa), embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização, distintas, porém das escolares, e possa levar a um certificado, diverge ainda da educação formal no que respeita à não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto (JANELA, 1983, p.87)

Outro dado importante a considerar é a diversidade de possibilidades educativas, como observa Janela, não organizadas que se escondem sob a designação de educação informal. O que o autor discute, e vai ao encontro da relação dialógica entre educação formal e não formal, é a possibilidade de estabelecer um campo ou um contexto para o desenvolvimento de estudos nessa área, a partir, sobretudo, de contextos onde possam ocorrer processos relevantes de educação e aprendizagem.

Dentro dessas delimitações, o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UNILAB dará espaço ao que se poderia chamar de currículo dos lugares e igualmente do currículo em expansão (ANTÔNIO, 2014).

Os currículos expandidos têm como base a força dos lugares. O Dia Nacional da Consciência Negra, o 20 de Novembro, é emblemático a propósito dessa dialética de Expansão e dos Lugares. A proposta circulou a partir dos lugares, das reentrâncias da

sociedade, dos corpos, das palavras assentadas pela religiosidade, pelas palavras de Axé, até a expansão efetiva para o aparato legal, para as instâncias dos governos e finalmente, para os sistemas de ensino. Os pontos de força são as horizontalidades, ou seja, a comunicação e a solidariedade. Mas os currículos em Expansão e dos Lugares são modalidades distintas que se opõem à ordem global eurocêntrica. É crucial, para efetivarmos o exercício dessas dialéticas, compreendermos a genial formulação de Milton Santos a propósito de uma ordem global e uma ordem local:

A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade. (...) A ordem global e a ordem local constituem duas situações geneticamente opostas, ainda que em cada uma se verifiquem aspectos da outra. A razão universal é organizacional, a razão local é orgânica. No primeiro caso prima a informação que, aliás, é sinônimo de organização. No segundo caso, prima a comunicação.

A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função e a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a copresença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade.

A ordem global é “desterritorializada”, no sentido de que separa o centro da ação da sede da ação. Seu “espaço”, movediço e inconstante, é formado de pontos, cuja existência funcional é dependente de fatores externos. A ordem local, que “reterritorializa, é o espaço banal, espaço irreduzível (T. dos Santos, 1994. 75) porque reúne numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas e formas geográficas. O cotidiano imediato, localmente vivido, traço de união de todos esses dados, é a garantia da comunicação. Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente (Santos, Milton, 2002. p.339).

O currículo dos lugares é orgânico, horizontal, permite a comunicação e incide no cotidiano e no corpo. “É o lugar que permite a atualização do real: fora dos lugares, produtos, inovações, populações, dinheiro, por mais concretos que pareçam, são abstrações” (*apud* Claval, 2004. p. 29). É o lugar que permite também a atualização dos currículos. O currículo dos lugares “tem duas dimensões que pedem uma análise cuidadosa, a primeira e data pela África e pela Diáspora, que podemos dizer que é global, que traz heranças, histórias, ciências, memórias, viço ancestral e dimensão ontológica e uma cosmovisão negro africana global, comum, em cujo conteúdo está contido o cabedal da significação, a segunda dimensão é a local, que lhe dá o seu aspecto concreto” (*apud* Claval, 2004, p.27) e atualizado pelo cotidiano e pela corporeidade.

Milton Santos chama a atenção para a inseparabilidade de pessoa e espaço. No dizer do geógrafo, o “cotidiano é a quinta dimensão do espaço” (SANTOS, 1996, p.38).

Freire se expressa de outro modo e diz que “o corpo é o que eu faço, quer dizer, o que eu faço, faz o meu corpo”. (*apud* MOACIR, GADOTTI, 2010, p. 140) Podemos nos

expressar de outro modo, concordando com Freire, encruzilhando a relação com a análise de [Milton Santos e enfatizar que a realidade sócio espacial revela o corpo ou falar ainda que o corpo é a própria expressão sócio espacial. Desse modo, o currículo dos lugares atualiza a realidade dinâmica, em movimento, da África, da Diáspora, das relações étnicorraciais, da aplicação da Lei 10.639, do Maciço do Baturité e dos currículos expandidos pelos movimentos sociais africanos, brasileiros e outros afro- diaspóricos.

No que tange aos currículos expandidos, podemos ainda nos expressar de outra forma e dizer que há uma didática não formal orientada pelos Movimentos Negros Brasileiros, e suas experiências históricas que têm agido como novos campos de lutas sociais no que diz respeito a sistematizações de artefatos políticos, culturais e curriculares para a superação do racismo, dos currículos silenciadores das negruras, dos seus sujeitos e das suas autorias (ANTÔNIO, 1997).

Pode afirmar-se, assim, processos não formais na dialética do currículo e, conforme as sistematizações do geógrafo –filósofo Milton Santos, considerando que o currículo abriga, a partir dos lugares, a renovação das disciplinas. Ainda na senda das genuínas formulações de Santos, destacamos o debate no qual o geógrafo propõe a renovação das disciplinas considerando o estágio ou estado atual da globalização: “Ciência, tecnologia e informação são a base técnica da vida social atual e desse modo devem participar das construções epistemológicas renovadoras das disciplinas históricas” (SANTOS, 1996, p.44).

Podemos dizer que o sistema racista é uma das expressões do sistema social hegemônico, logo o seu entendimento e a sua superação devem participar da renovação das disciplinas. Concretamente as disciplinas precisam assegurar no cotidiano da UNILAB a materialização da Lei nº 10.639/03 e igualmente dos currículos expandidos pelos movimentos sociais africanos, brasileiros e afro-diaspóricos de modo geral. As disciplinas históricas participam de modo privilegiado desse processo epistemológico de renovação considerando nas suas formulações e reformulações o entendimento do sistema racista e (neo)colonial, isto é, assim elas contemplam a compreensão da realidade concreta do racismo, a saber, as desigualdades ocupacionais, locacionais, educacionais, institucionais e jurídicas, decorrentes dessa problemática estrutural.

Fica assim, a partir dessas bases teóricas, esboçadas as noções de currículos em expansão, de metadisciplina e de renovação das disciplinas históricas, visando à efetiva aplicação da Lei 10.639 e da empirização, no sistema interno da UNILAB e do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, dos lugares negro-africanos (ANTÔNIO, 2014).

3.7. Alguns procedimentos metodológicos de ensino e aprendizagem

É válido também mencionar que o currículo dos lugares, expandido para África e Diásporas como metodologia da encruzilhada, onde as metadisciplinas de Milton Santos se encontram e se concretizam para além dos prédios da Unilab. Isto posto, podemos apontar como estratégias metodológicas ativas para o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem:

- Aulas expositivas dialogadas;
- Oficinas pedagógicas;
- Seminários;
- Leitura orientada;
- Aula passeio;
- Rodas de capoeira e samba em contexto pedagógico;
- Palestras;
- Aula não-formal com os movimentos sociais;
- Atividades de pesquisa;
- Trabalhos individuais e em grupos;
- Estudos dirigidos;
- Atividades de extensão;
- Dramatização etc.

Além dos dispositivos metodológicos para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem, cabe acrescentar a importância da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). A sociedade do conhecimento a qual vivemos experimenta tempos de grande revolução tecnológica e informacional, tendo o advento da internet como seu maior expoente. José Carlos Libâneo (2007) adverte que não é necessário entender as TICs como ameaça a à educação escolar, ao contrário. As Tecnologias da Informação e da Comunicação se convertem na sociedade do conhecimento em indispensáveis aliadas para a renovação dos conteúdos e a interação entre os sujeitos da relação pedagógica: professor-conteúdo-aluno. Libâneo aponta alguns objetivos para a utilização das TICs nas ações pedagógicas:

- a) Favorecer domínio de estratégias de aprendizagem, capacidade de transferência e comunicação do aprendido, análise e solução

de problemas, capacidade de pensar criticamente etc.

- b) Possibilitar a todos oportunidade de aprender sobre mídias e multimídias e interagir com elas.
- c) Propiciar preparação tecnológica comunicacional, para desenvolver competências, habilidades e atitudes para viver num mundo que se “informatiza” cada vez mais.
- d) Aprimorar o processo comunicacional entre os agentes da ação docente-discente e entre estes e os saberes significativos da cultura e da ciência (Idem, p. 68, 69).

É *mister* salientar que as novas tecnologias perpassam todo o processo de ensino e aprendizagem. O Instituto de Educação a Distância (IEAD) disponibiliza formação aos professores, funcionários e estudantes e disponibiliza aos docentes a utilização do ambiente virtual de aprendizagem – MOODLE, em todos os semestres do curso.

Outro recurso tecnológico e comunicacional é o oferecido pelo sistema de gestão acadêmica – Sigaa – onde se dispõe de inúmeros recursos de acesso à tecnologia da informação, entre eles o armazenamento de informações sobre as componentes curriculares e sobre os conteúdos ministrados, criando ainda a possibilidade de interação total entre docentes e discentes por mensagens de texto dentro do ambiente.

3.8. Processo de Ensino e de Aprendizagem

As considerações aqui apresentadas têm a finalidade de enfatizar que o objetivo da proposta de ensino e de aprendizagem, além de detalhar um caminho conectado ao ensino, à pesquisa e à extensão, articulados teoricamente e decididamente em torno da África, da Diáspora, das relações étnico raciais, dos lugares, das diversidades de gênero, sexualidades, geração, linguísticas e outras, tem no seu propósito norteador a firme intenção de esboçar um projeto de trabalho a ser desenvolvido especialmente a partir da discussão curricular.

Por outro lado, a discussão curricular será sugerida de modo subjacente, no interior da abordagem e não de modo linear. Sendo assim, julgamos oportuno, para o enfoque dialógico do ensino e da aprendizagem, descrever, de forma breve e indicando a relação com o contexto da UNILAB e com o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, um sentido interdisciplinar que possa ser relacionado às experiências de pesquisa, ensino e extensão. Entretanto, não haverá também uma abordagem sistemática do ensino, da pesquisa e da extensão, mas sim um enfoque relacional.

A abordagem relacional é indispensável na medida em que o ensino e a aprendizagem se configuram: na escola numa relação triádica entre alunos, materiais educativos e professores; na família e sociedade com a sociabilidade; e nos movimentos sociais na interação coletiva que demarca sua existência e sobrevivência.

3.9. Ensino e aprendizagem e o tripé ensino, pesquisa e extensão

É válido então dizer, no que tange ao tripé ensino, pesquisa e extensão, que no exercício de suas funções, a UNILAB deve ministrar ensino, realizar pesquisas e estender suas atividades à comunidade mais ampla onde está inserida. As comunidades do Maciço do Baturité e a mais ampla, Brasil, África, contexto diaspórico negro- africano e de língua oficial portuguesa, deverão, no interior da UNILAB ou nos espaços da sociedade civil e Redes de Ensino Municipal e Estadual, ministrar cursos e processos educativos, promovendo uma relação dialógica efetiva da UNILAB com e para as comunidades e das comunidades com e para a UNILAB, rompendo com as hierarquizações e com as trocas de mão única. O ensino e a pesquisa, considerados inicialmente como atividades dirigidas à formação de profissionais de nível superior, são indissociáveis dos cursos de extensão e também das relações dialógicas com as manifestações culturais, os movimentos sociais, os seus ícones e, de modo especial, com a educação informal e não formal.

Podemos enfatizar que começa aí o comprometimento da UNILAB com a realidade social que a cerca. O comprometimento pode ser medido pela atuação de seus profissionais em proveito da população e, em particular, de suas camadas mais pobres, o que releva a importância das questões étnicorraciais, de classe, de gênero, de geração e do mundo entendido a partir dos lugares. Assim, a análise do ensino, da extensão e da pesquisa, comprometida com a realidade social e com a construção identitária afinada com os interesses e realidade da dinâmica negro-africana no Brasil e diásporas, tem como principal objetivo sistematizar, a partir dessa mesma realidade, meios práticos e teóricos capazes de revelar uma organização curricular de encruzilhada do ponto de vista sócio-espacial e mais ainda no tocante ao trabalho pedagógico e intelectual.

Numa síntese, o currículo tem que instituir um sentido substantivo no que toca à África, à diáspora negra, à comunidade de língua oficial portuguesa, à diversidade e ao imaginário brasileiro. A universidade deverá, por exemplo, deslocar-se para as escolas do Maciço de Baturité para realização de seminários, oficinas, encontros literários, de produção didática e artística no âmbito das disciplinas ministradas, que todas possuem um percentual significativo de aulas práticas. O inverso também deverá acontecer, com a participação das

comunidades escolares vizinhas nas disciplinas do currículo para trocas formativas e construção coletiva de conhecimento sobre temas de interesse comum.

Dessa forma espera-se fomentar uma interação profícua Universidade-Comunidade que contribua para a educação das relações étnicorraciais e outras temáticas correlatas. Essa interação se estenderá também aos movimentos sociais e grupos culturais, dando-se especial atenção aos eventos produzidos no decorrer do semestre letivo.

É, sobretudo por meio de projetos dessa natureza, que integram a dimensão educativa formal, a informal, a não formal, a pesquisa, o ensino e a extensão e a relação dialógica com África, a Diáspora, os movimentos negros, sociais e culturais, que a UNILAB se integra à comunidade, levando-lhe, a partir da criação de banco de dados e do registro da base material e imaterial da cultura afro-brasileira e popular, por exemplo, o benefício de sua atuação e vitalizando-se com o sistema de trocas que estabelece. No caso em questão, o processo de ensino e aprendizagem, feito através das relações com países africanos e populações negro-africanas e comunidades que falam oficialmente o português no mundo, deixa aberta a possibilidade para futuras pesquisas e para a melhoria do ensino formal e não formal e, sobretudo, para a ampliação do olhar a propósito da África, da Diáspora e da realidade brasileira.

O projeto de ensino e de aprendizagem, relevando o papel da extensão e da educação não formal, parte assim dos problemas, ou melhor, da solução encaminhada pela comunidade negra, pelos pobres, pelos Movimentos Sociais, pelos Movimentos Negros/as e intelectuais, comunidades diaspóricas, indígenas, gênero, LBBTQIAPN+ (Lésbicas; Gays; Bissexuais; Transgêneros; Queer; Intersexo; Assexuais, agênero ou aromânticos; Pansexuais e polisssexuais; Não-binários) e outras. Nesse processo, ficará sempre assegurado um retorno à universidade: ou através dos benefícios sociais que produz, ou pelos novos conhecimentos que elabora, ou pelos recursos materiais que pode auferir.

3.10. Concepções curriculares subjacentes e explícitas no processo de ensino e de aprendizagem

Uma proposta preliminar visando ao entendimento do processo de ensino e de aprendizagem, coerente com as Diretrizes Gerais da UNILAB, deve considerar a centralidade da África e da Diáspora, a aplicação das Leis 10.639 e 11.645, a superação das desigualdades raciais, de gênero, LBBTQIAPN+o currículo negro e currículo indígena em expansão, a encruzilhada como conceito e lugar, o currículo dos lugares, a educação informal, não formal, os movimentos sociais e negros, as relações Sul-Sul, a consideração dos hipertextos teóricos

e conceituais das diásporas negro-africanas, a articulação de uma federação dos lugares e mais ainda, uma tessitura entre os lugares constituintes do Maciço do Baturité, dos países de língua oficial portuguesa e das diásporas negro/a-africanas.

Refletir sobre a proposta curricular do presente documento requer um certo esforço para o entendimento de nossas escolhas político-ideológicas no âmbito das teorias curriculares. A partir da exposição preliminar da proposta curricular em tela, apresentamos anseios, suleamos caminhos, apontamos perspectivas, delineando assim nossas escolhas no âmbito da formação de professores a ser mobilizada pel@s docentes do curso de Pedagogia. O exercício supracitado se configura em um suleamento de práticas pedagógicas e de um currículo historicamente organizado.

Para o pesquisador Tomaz Tadeu da Silva (2011), no âmbito das teorias curriculares, ou das perspectivas curriculares é necessário refletir acerca de por que “esses conhecimentos” e não “aqueles” devem ser selecionados em um currículo. Segue a nos advertir que a raiz de uma teoria curricular é a questão da identidade. Ao pensarmos em currículo o relacionamos quase de imediato ao conhecimento e esquecemo-nos de que o conhecimento que constitui o currículo está profundamente relacionado ao que somos e ao que nos tornamos. “Talvez possamos dizer que, além de uma questão de conhecimento, o currículo é uma questão de identidade” (SILVA, 2011).

Isto posto, salientamos que na atualidade, podemos identificar as teorias curriculares como tradicionais, críticas e pós-críticas. No tocante ao corpus curricular que delineia a formação docente dinamizada pelo curso de Pedagogia é possível perceber a influência mais expressiva das teorias pós-crítica na dinâmica das práticas de eu corpo de formadores, uma vez que tais teorias ou perspectiva posiciona em alto relevo os conceitos político-ideológicos tais como identidade, alteridade, diferença, subjetividade, significação e discurso, saber-poder, representação, cultura, gênero, raça, etnia, sexualidade, multiculturalismo.

Expressamo-nos especialmente a partir de um currículo pós-crítico também pelo fato deste considerar em seu discurso as relações de gênero, as Pedagogias feministas, o currículo como narrativa étnica e racial, o pós-modernismo, as teorias pós-colonialistas, a Pedagogia como ciência, como cultura e a cultura como Pedagogia. Contudo, também caminhamos na tessitura de uma teoria crítica do currículo ao refletir sobre o mesmo a partir de sua conversão em uma Pedagogia dos conteúdos, como uma construção social, em uma política cultural e contra a mera construção técnica.

Ao fazer uma escolha das narrativas curriculares dando ênfase as epistemologias

do Sul, sobretudo as africanas em diálogo com as afro diaspóricas e latino-americanas, o curso de Pedagogia da UNILAB não desconsidera as contribuições epistêmicas e curriculares europeias e estadunidenses, tanto que as mesmas estão presentes na literatura formativa do curso. A ênfase se justifica pela razão de existir da UNILAB, pelos países parceiros que fazem parte da comunidade acadêmica e pelo combate ao euro-centrismo responsável pelo apagamento das contribuições históricas, culturais, conceituais, intelectuais, populares etc, caras a formação nos espaços acadêmicos.

O objetivo, então, é revelar as populações, os sujeitos e mais ainda as autorias e as bases de aproximação e de distanciamento que, de modo dialético, promovem o encontro, a solidariedade e um mútuo contínuo de aprendizagem e ensino que potencializam as tessituras entre a África e a Diáspora, assentadas na unidade- diversidade, história comum, e na igualdade de direitos, de acesso e de difusão dos bens materiais e culturais dos lugares e dos países oficialmente presentes no projeto da UNILAB.

3.11. Processo de Ensino e Aprendizagem, as Categorias retiradas da afro-negro- diáspora e a renovação das disciplinas históricas

Considerando os estudos de gêneros discursivos de Bakhtin que dizem, entre outras coisas, "que todas as esferas de atividade humana estão sempre relacionadas com a língua e que a utilização da língua efetua-se na forma de enunciados orais e escritos", a relação, longe da afonia historicamente instalada nos contatos culturais e acadêmicos a respeito dos aportes linguísticos, culturais, filosóficos, artísticos e científicos, legados pelos intelectuais africanos e das diásporas negras, deve tratar dos conteúdos, dos estilos e construção composicional à moda de Bakhtin e presentes, de modo diferenciado, nas ações dos movimentos negros, numa nova historiografia sistematizada por militantes e intelectuais antirracismo. É preciso buscar, no entanto, uma base sistêmica e epistemológica para promover a ancoragem, no cotidiano escolar e no processo de ensino e aprendizagem, desses valores e aportes. Assim, o currículo em expansão, um hipertexto dos Movimentos Negros, é o resultado das contribuições cruzadas ou encruzilhadas de diversas conexões que, no limite, retratam cada esfera de atividade humana e a complexidade linguística, social, cultural e política das populações negras no mundo.

No que toca à argumentação sistematizada por Bakhtin, temos então que cada esfera de atividade elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso. As estabilidades constituem, a partir das novas relações definidas pelos movimentos negros brasileiros, por exemplo, o novo ou os novos gêneros

discursivos que redefinem textos, autorias e também o próprio olhar sobre os povos africanos e da diáspora. A proposta de análise a partir do currículo em expansão, pensada assim, é bem representativa da dinâmica das relações étnico-raciais brasileiras, da história comum africana e diaspórica, da tese de unidade na diversidade e do pacto ativo delimitado pela parêntese África – Diáspora. Por causa dessa especificidade, o novo gênero discursivo, a cultura negra em expansão, alarga as fronteiras: temos as palavras, as imagens, as artes, as tradições culturais, as literaturas e outros recursos em "pé de igualdade" nesse novo texto, o hipertexto dos povos negros- africanos, um híbrido por natureza. Temos também um artefato social duplamente instituído, isto é, a UNILAB é a encruzilhada ou o campo polifônico delimitado para a circulação do hipertexto e, na mesma razão, o grande texto se configura, como sugerem as Diretrizes Gerais da UNILAB, como a cultura em expansão referenciada preferencialmente a partir dos povos africanos e principalmente por sugerir o trabalho interdisciplinar.

Estamos diante de um novo modo de conhecer os países africanos, os territórios, os povos, o Maciço do Baturité, o complexo linguístico e os aportes culturais da negrura. No entanto, as novas relações acadêmicas, de circulação de ideias, de pesquisas comumente arquitetadas e principalmente, a comunicação com o próximo, trazem também impasses no plano conceitual e igualmente no plano operacional e na relação dialógica com outras dimensões discursivas, históricas, identitárias, etc.

Existem ainda o acesso e a difusão desiguais desse currículo em expansão. Em outros termos, como pensar e materializar um currículo capaz de lidar de modo teórico- prático de forma interdisciplinar com a totalidade subjacente no projeto político pedagógico de uma instituição que pretende aproximar, no trabalho intelectual e curricular, as realidades distintas e o complexo linguístico-cultural, étnico racial, gênero, sexualidades e social marcados por aproximações flagrantes e por singularidades de igual envergadura?

No tocante ao grande texto, a própria cultura diaspórica em expansão, Milton Santos, pensando o papel limitante das chamadas disciplinas, dos campos específicos, etc., fala e nos ensina "que cada disciplina possui um módulo que a identifica e a distingue das demais" (SANTOS, 2000, p.).

O discurso intercambiável, a partir do qual as disciplinas serão renovadas, é que possibilita a relação interdisciplinar que só poderá ser construída relevando o entendimento do mundo e, no caso das relações étnico-raciais, do racismo à brasileira e da superação da afonia em torno da África e da Diáspora.

O discurso intercambiável é o meio pelo qual vamos adentrar nas sendas das relações étnico-raciais, nas sendas da cultura em expansão, ou seja, do hipertexto tecido pela

cooperação, pela solidariedade e pelo intercâmbio cultural, literário, político e humano. Considerando o exposto, todas as disciplinas, conforme os dispositivos das Leis 10.639 e 11.645 se transformam em meta disciplinas, a partir da realidade concreta das relações étnico-raciais e da existência sistêmica de um trabalho articulado do ponto de vista teórico, epistemológico e curricular instituído, sempre transitivamente, sob a égide de um conjunto multifacetado de possibilidades humanas, inclusive com o intercruzamento de questões de raça e gênero/sexualidades, a exemplo de mulheres negras e homens e mulheres negros/as LGBTQIA+ que no contexto social são duplamente inferiorizados/as.

De modo didático e para entender e não limitar a discussão ao determinismo postulado pela simples troca de informação, é preciso estabelecer uma verdadeira base de comunicação. Em outros termos, é necessário propor uma leitura-análise não das trocas acadêmicas em si, mas do fenômeno cultural, literário, teórico, didático e acadêmico em profundidade e revelar, no conjunto das disciplinas e nos currículos, a força do currículo em expansão, e na mesma esteira os comandos e/ou as relações de poder.

O hipertexto, a relação dialógica envolvendo pesquisas e estudos a partir das relações étnico-raciais e o intercruzamento de questões de raça e gênero/sexualidades como artefato social, é espaço para autorias e disputas em todas as esferas. É lugar para embates e hierarquias, pois há comando e mando no processo. Queremos dizer, com outras palavras, que os processos de comunicação, de pesquisa e de intercâmbio, quaisquer que sejam as áreas, são indissociáveis dos sistemas de ações, isto é, da política ou das relações sociais.

As estabilidades, dadas pelo texto/hipertexto produzido pelos movimentos sociais brasileiros, a cultura em expansão, devem ser vistas como reveladoras da produção histórica da realidade. Desse lugar enfatizamos que a relação humana, cultural e teórica tem um eixo inspirador de um método para entender a cultura em expansão e os novos sujeitos. Método considerado a partir do intercâmbio como um todo. Por outro lado, a expansão tem como base modelizante a língua, ou seja, os gêneros primários, simples e marcados pela oralidade e largamente utilizados nos espaços banais do cotidiano de milhões de brasileiros. Não foi desse modo que o currículo em expansão, delineador do 20 de Novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, adentrou os espaços escolares? Os gêneros secundários, complexos, por sua vez, marcam o lugar desse hipertexto, desse híbrido que é uma expansão que não retorna, no entanto, para a base modelizante, a língua. O acabamento, o processo dialógico e/ou a expansão, se dá nos novos espaços de convivência, de troca intelectual, de pesquisas sistemáticas e de materialização, no cotidiano da UNILAB, dos processos de ensino e de aprendizagem.

A questão é que a cultura negro-africana em expansão, um todo, passa a ser o suporte e quadro de formação profissional ampliado para o delineamento de um pedagogo de mente descolonizada e escritor de sua própria história e da história de seu país. Para tanto apostamos na renovação dos conteúdos minimizando a fragmentação curricular ao passo que a formação visa o entendimento da educação em perspectiva epistêmica africana e afro-brasileira. Nesse sentido orienta-se a partir do conceito de metadisciplinas no horizonte sistematizado pelo geógrafo e filósofo Milton Santos. O suporte e quadro de vida, África-Brasil, Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Angola, Timor Leste e Portugal, relações étnico-raciais, por ser uma totalidade, mudam a relação do homem/mulher com o mundo e com o/a outro/a.

Dentro desses limites, como ficam os enunciados e os gêneros do discurso antirracismo sistematizados pelos movimentos negros brasileiros? Igualmente, como ficam as componentes curriculares impactadas pelas Leis 10.639 e 11.645 e pela África e sua Sexta Região? E o letramento a considerar além dos ditos clássicos da área, as relações étnico-raciais? Como fica o entrecruzamento de questões de raça e gênero/sexualidades, geracional, deficiência e outras no universo tradicional da formação docente? O desafio, aqui proposto, é construir, no trabalho docente e na pesquisa em torno da aplicação da regulação, mas com a nossa ênfase/narrativa curricular com e considerando de modo subjacente o currículo em expansão, o currículos dos lugares, os enunciados, os gêneros de discursos e a relação interdisciplinar, capaz de revelar os novos sujeitos e as autorias desse processo na dinâmica da parilha de ensino e aprendizagem para uma formação em Pedagogia para atuação em primeira instância em África, sobretudo nos países de língua portuguesa e no Brasil.

Assim, acreditamos, será possível revelar também as identidades transitivas da afro descendência presente em nossa brasilidade e outras apontadas acima e a UNILAB, por sua vez, revelará, então, a organização curricular capaz de enfrentar as leituras e interpretações que não se limitam a um ensino unidimensional ou centro hegemônico, eurocêntrico, machista, sexista, homofóbico, lesbiofóbico, transfóbico do que se concebe como Brasil. Aliás, é o que nos informam as Diretrizes da UNILAB. Nesse sentido a formação em Pedagogia será responsável pela construção do conhecimento descentrado dos saberes europeus. Quando nos denominamos afrocentrados nos caracterizamos como um curso que pretende partir em primeiro lugar dos conhecimentos em educação elaborados ao menos nos países da integração UNILAB em África (uma vez que não há como contemplar os saberes de todo o continente). Em segundo lugar priorizamos os conhecimentos em educação pertinentes ao universo diaspórico negro, com ênfase no Brasil. Em terceira instância

pretendemos contemplar os saberes ditos “clássicos ou universais” elaborados pelo pensamento educacional europeu. Toda essa dinâmica se converte em um esforço de nos educar da porteira de dentro, ou seja, a partir da lógica do colonizado, o que está em plena consonância com os propósitos políticos e acadêmicos da UNILAB

Em outra perspectiva, se faz necessário que o corpo docente do curso de graduação em Pedagogia se aproxime dos saberes africanos e negros diaspóricos em educação, uma vez que nossa tradição acadêmica em geral priorizou a edificação do pensamento europeu, tão enraizado em nossa formação, tornando necessário o entendimento da nova lógica epistemológica, pedagógica, metodológica necessária ao exercício da docência no referido curso.

Saber sobre a educação em África, sobre o pensamento africano e negro diaspórico numa perspectiva de descolonização do saber para formar quadros profissionais para África e suas diásporas é o grande propósito do curso de graduação em Pedagogia da Unilab. Finalmente há grande variação do conteúdo da educação de uma sociedade para outra já que acompanha os interesses em valores, objetivos, metas, traços culturais. A Pedagogia é a intervenção na prática educativa, orientando, dando sentido, pesquisando, definindo sua intencionalidade, o aspecto ético e normativo. Mais uma vez se justifica a intenção de construir metas formativas capazes de educar prioritariamente a partir da perspectiva de África e de suas diásporas.

3.12. Princípios Curriculares

Os princípios curriculares, de acordo com a apresentação, a justificativa, a metodologia e os processos de ensino e aprendizagem orientadores do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da UNILAB, dizem respeito à totalidade dos processos educacionais. Assim, o primeiro princípio curricular apresentado é a aproximação epistêmica com o continente africano e suas diásporas, tendo como ponto de partida a aplicação da Lei 10.639/2003, que mobiliza orientações e chaves interpretativas eficazes para apontar a centralidade da discussão das relações étnico- raciais e igualmente do rompimento da afonia em torno da história, dos aportes teóricos, científicos e culturais da África e da Diáspora. Conforme as Diretrizes Curriculares nacionais para o ensino da História e da cultura africana e afro-brasileira:

É preciso ter clareza que o Art. 26A acrescido à Lei 9.394/1996 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas (BRASIL, 2004, p.17).

A unidade na diversidade (Diop,1964) é outro princípio motor fundamental para a construção curricular afinada com a realidade dos países da integração. A história comum, global, da África, da Diáspora e o seu reconhecimento na história geral do Ocidente e da humanidade, terá como contraparte a tese da unidade na diversidade, o que possibilitará, sem a desconsideração à história comum, global, a emergência dos currículos dos lugares, isto é, da dialética da diversidade na unidade.

O currículo deverá, permanentemente, estar comprometido com a compreensão e explicitação da realidade educacional dos discentes (egressos) do curso de Pedagogia da UNILAB, e considerar suas vinculações históricas com o contexto local, nacional e internacional. Buscará, ainda, comprometer-se com a busca de uma eficiência técnica fundamentada nos aspectos éticos e políticos, da crítica e da transformação social. Numa síntese, temos os seguintes princípios curriculares orientadores:

- Aplicação da Lei 10.639/03 e 11.645/08;
- Valorização do corpo e da realidade;
- Valorização da ancestralidade africana;
- Conceito de currículos expandidos pelas lutas antirracismo no âmbito global e nos lugares, unidade na diversidade e os currículos dos lugares;
- Reconhecimento da história comum dos povos da África e da Diáspora
- Pertinência e relevância social da formação para o desenvolvimento social, político, econômico e filosófico, dos países da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira numa perspectiva de transformação equitativa e ecologicamente sustentável, respeitosa dos valores comunitários ancestrais atualizados pela modernidade em curso;
- Respeito e valorização das diferenças e das diversidades culturais;
- Formação crítico-reflexiva ancorada na dialogicidade;
- Relação teoria-prática: Articulação dos conhecimentos teóricos, com os saberes construídos na prática social, cultural, política e profissional;
- Integração entre ensino, pesquisa e extensão como forma de conhecimento e de intervenção na realidade social;
- Interdisciplinaridade e circularidade dos saberes;
- Currículo decolonial;
- A pesquisa como princípio educativo;
- O desenvolvimento social, político, econômico e filosófico, dos países da

Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira numa perspectiva de transformação equitativa e ecologicamente sustentável, respeitosa dos valores comunitários ancestrais atualizados pela modernidade em curso;

- Promoção da integração entre os alunos e as alunas das diversas nacionalidades e etnias representadas, respeitando a diversidade cultural a partir de um currículo em diálogo constante com as especificidades internas aos países da Integração e deles entre si.
- Valorização do trabalho pedagógico é o foco formativo do profissional da educação, tanto em espaços escolares quanto não escolares;

3.13. Áreas de atuação no Brasil e nos países lusófonos

O Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto de Humanidades e Letras da UNILAB, delinea-se a partir de uma formação arraigada nos princípios democráticos, estabelecidos na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 e nas Diretrizes da UNILAB em sua totalidade, mas sobretudo no tocante ao foco prioritário dado à África, o que fora apropriado por esse projeto pedagógico em perspectiva epistêmica sobre o Continente e suas Diásporas.

Respaldando-se no amparo legal, em conformidade com o que institui a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 compete ao portador de diploma de Graduação Licenciatura em Pedagogia, grau Licenciatura da UNILAB as seguintes áreas de atuação:

3.13.1. Docência na Educação Básica

- Educação Infantil
- Anos Iniciais do Ensino Fundamental
- Educação de Jovens e Adultos

3.13.2. Gestão de Sistema Educacional Escolar e Não Escolar

Conforme a Resolução CNE/CP nº 1/06, compreende participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

- Planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de

tarefas educacionais;

3.13.3. Atuação em Espaços Não-Escolares

- Conforme a Diretrizes Nacionais do Curso de Pedagogia, art. 5º, item IV: “trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo”.(Diretrizes Nacionais do Curso de Pedagogia, 2006)
- Planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não escolares;
- Produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico em contextos escolar e não escolar.

3.14. Competências e habilidades a serem desenvolvidas

O Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto de Humanidades da UNILAB, imprime à formação a busca pela superação da fragmentação e da superficialidade do conhecimento e do trabalho pedagógico, na medida em que propõe um currículo sem pretensões universalistas do saber. Em outra direção, o curso em tela assume um compromisso epistêmico com a África e suas Diásporas, ou seja, com uma formação capaz de exercitar a descentralização do pensamento eurocentrado, promovendo assim a descolonização das mentes através de suas práticas pedagógicas e curriculares coerentes com o presente projeto pedagógico.

Assim, espera-se que as Competências e Habilidades a serem desenvolvidas nos licenciados pelo Curso Pedagogia do IHL - UNILAB devam ser da seguinte ordem:

3.14.1. Competências docentes

- Planejar, executar e avaliar atividades de ensino na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos;
- Demonstrar capacidade crítico-reflexiva sobre sua prática docente articulando teoria e prática nas diversas situações envolvendo o ensino e

a aprendizagem;

- Compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social e moral;
- Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no sistema regular, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- Domínio dos fundamentos epistemológicos e metodológicos que orientam a ação docente na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos;
- Utilizar a criatividade no desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem;
- Ser capaz de desenvolver práticas pedagógicas e curriculares com esteio nas necessidades educacionais da África e de suas diásporas, com ênfase nos países da integração;
- Capacidade para assumir com profissionalismo funções na gestão educacional, escolar e não escolar;
- Competência para planejar, executar, coordenar e avaliar projetos e experiências educativas não escolares.

3.15. Perfil do Egresso

- O curso de Pedagogia, grau Licenciatura, do Instituto de Humanidades e Letras da UNILAB, ao delimitar o perfil do profissional, busca atender em primeira instância as possibilidades apresentadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. Em seguida também leva em consideração as Diretrizes da UNILAB no tocante a integração internacional, com ênfase nos países africanos. Nessa direção o Projeto Pedagógico do Curso – PPC estabelece as opções pela docência na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos, além da Gestão Educacional (em espaços escolares e não escolares) na perspectiva da África e de suas Diásporas, com ênfase nos países da integração UNILAB. A formação acadêmica guiada por esse suporte orienta a atuação do egresso do Curso de Pedagogia que deverá estar apto a atuar como:
 - **pedagogo** produtor e disseminador de conhecimentos, na perspectiva de

uma epistemologia da África e de suas Diásporas, antirracismo e anticolonial e promotor da efetiva valorização dos saberes científicos e ancestrais, com ênfase nos países da integração da UNILAB;

- **docente** na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos, em instituições públicas e privadas de ensino, a partir de princípios éticos e capaz de articular teoria e prática no exercício bem sucedido da docência;
- **gestor de processos educativos** com o compromisso de atuar com autoridade e segurança nas atividades de coordenação, planejamento, organização, além de avaliação de programas e projetos pedagógicos escolares e não- escolares;
- **agente social e político** capaz de entender, contemplar e respeitar sempre em sua atuação, as diferenças étnico-racial, de gênero, sexualidade, religião, faixas geracionais, ambiental-ecológica, de classes sociais, entre outras;
- **empreendedor da pesquisa científica**, principalmente nas áreas fundamentais de sua formação, que são a Pedagogia na perspectiva epistêmica da África e de suas Diásporas, a docência, além da investigação sobre outros campos de atuação que se alinham a sua formação inicial.

3.16. Atividades práticas como componente curricular

A Resolução do CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). instituiu a integralização de 400 horas de prática como componente curricular na carga horária dos cursos de graduação plena.

O Parecer CNE/CP 28/2001, por sua vez, aborda, entre outros tópicos, a prática como componente curricular, ressaltando que

A prática não é uma cópia da teoria e nem esta é um reflexo daquela. A prática é o próprio modo como as coisas vão sendo feitas, cujo conteúdo é atravessado por uma teoria. Assim, a realidade é um movimento constituído pela prática e pela teoria como momentos de um dever mais amplo, consistindo a prática no momento pelo qual se busca fazer algo, produzir alguma coisa e que a teoria procura conceituar, significar e com isto administrar o campo e o sentido desta atuação (PARECER CNE/CP 28/2001, p. 9).

Em acordo com a presente Resolução, este projeto político-pedagógico articula as dimensões teóricas e práticas do currículo com vistas à construção de competências e habilidades necessárias ao futuro pedagogo. Isto posto fica estabelecido a realização de atividades práticas no interior de todas as componentes curriculares, pela simples realização de seminários que representam o exercício da prática pedagógica ou a realização de oficinas formativas temáticas. Atividades práticas referente ao mundo do trabalho pedagógico em escolas, associações, organizações não governamentais e governamentais, nas ações dos movimentos sociais, em aulas passeio nos quilombos, assentamentos, e onde houver possibilidade prática do exercício pedagógico que possibilite a relação da prática com a teoria seja no interior das componentes curriculares previstas nas ementas, seja na realização de projetos de extensão e ou interdisciplinar ou nos momentos de avaliação da aprendizagem.

O Fluxo de Integração Curricular apresenta as componentes curriculares com as suas devidas cargas horárias organizadas em torno de 25% de ações pedagógicas relacionadas às discussões teóricas previstas nos Planos de Curso. Desse modo, todas as componentes foram contempladas no fluxograma, perfazendo um total de 855h ao longo do percurso formativo do licenciando, conforme estabelece o Art. 15 da Resolução.

Com base no Parágrafo 4º, da Resolução CNE/CP 2/2019 as práticas “consistem no planejamento de sequências didáticas, na aplicação de aulas, na aprendizagem dos educandos e nas devolutivas dadas pelo professor”. Sendo assim, cada docente deverá explicitar em seu Plano de Curso como irá desenvolver a prática em cada uma das componentes curriculares considerando as possibilidades presentes nesse PPC, mas também criando outras ações práticas a partir da Ementa de cada componente curricular. Desta forma pretendemos não cair na mera teorização sem relação com a prática pedagógica escolar e/ou não escolar.

3.17. Estágio Supervisionado (obrigatório e não-obrigatório)

O Curso de graduação em Pedagogia – Licenciatura, prepara o futuro pedagogo para atuar nos mais diversos espaços que necessite do trabalho pedagógico. Como orienta a Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de maio de 2006 compete ao portador de diploma de Graduação em Pedagogia, grau Licenciatura atuar como docente na educação básica (educação infantil e ensino fundamental I), Gestão de sistema educacional escolar e não escolar, planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas educativas e não escolares, produtor e difusor do conhecimento, agente intercultural (em comunidades quilombolas, indígenas ou de populações de etnias e culturas específicas). Nesse sentido o estágio

supervisionado deverá atender ao conjunto das atuações do/a pedagogo/a em formação oferecendo plenas condições do exercício reflexivo sobre a profissão de pedagogo e a oportunidade da dinâmica teórica e prática do fazer pedagógico em seus aspectos didáticos e científicos.

Compreende-se à docência como base para qualquer que seja o trabalho do pedagogo. Apesar do exposto, o curso oferecerá ao discente a possibilidade de experimentar em situação de estágio todas as atuações da profissão como pedagogo.

A Resolução nº 87/2021 do CONSEPE/UNILAB atualiza as diretrizes para o Estágio Supervisionado nos Cursos de Graduação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), substituindo a anterior Resolução nº 15/2016/Consuni. Conforme o Art. 4º desta nova resolução, o Estágio Supervisionado é definido como uma componente curricular estratégica, proporcionando aos discentes dos cursos de graduação a imersão em ambientes de trabalho pertinentes à sua formação. Este estágio tem como objetivo principal a prática profissional reflexiva, alinhada com a missão da UNILAB, contribuindo significativamente para o desenvolvimento técnico, científico, cultural e interpessoal dos estudantes.

Com esta atualização, o estágio supervisionado visa fomentar a construção de uma identidade profissional robusta, por meio da interação com diferentes sujeitos e contextos. Essa interação se estende tanto no âmbito dos países participantes da UNILAB, com especial atenção para as nações africanas, quanto nos países da diáspora, com destaque para o Brasil. O estágio deve ser uma experiência rica em prática reflexiva, análise crítica das teorias em relação à realidade observada em contextos educacionais formais e não formais.

As atividades do estágio supervisionado englobam uma série de etapas práticas e teóricas, realizadas tanto no Brasil quanto nos países de origem dos estudantes. Estas atividades incluem:

- Discussões de textos teóricos em encontros organizados.
- Sessões de orientação, que podem ser presenciais ou via meios digitais, e até mesmo à distância, se necessário.
- Elaboração de projetos de estágio, planejamento de aulas, avaliação, adaptação e criação de materiais didáticos.
- Observação prática do funcionamento das escolas, incluindo rotinas, projetos pedagógicos e serviços oferecidos.
- Coparticipação em atividades escolares e em sala de aula, como participação em reuniões de pais e mestres, elaboração de exercícios e

implementação de partes da aula.

- Atividade de regência, focada na prática do ensino.
- Implementação de projetos em comunidades quilombolas, indígenas e em populações étnicas específicas na África.
- Elaboração e apresentação de um relatório final de estágio.

Estas atividades são fundamentais para a formação integral dos discentes, garantindo uma experiência de estágio rica e diversificada, em consonância com os valores e objetivos da UNILAB.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 02/2019, que atualizou os critérios para estágios supervisionados em cursos de licenciatura, e em alinhamento com a RESOLUÇÃO CONSEPE/UNILAB Nº 87, de 10 de junho de 2021, estabelecem-se as seguintes diretrizes:

Quanto ao funcionamento e acompanhamento do estágio obrigatório, será designado um professor coordenador de estágio com responsabilidades específicas, incluindo:

- I. Prospecção ativa de locais apropriados para estágio e estabelecimento de parcerias e convênios relevantes.
- II. Coordenação do processo de formalização de convênios com a colaboração da Pró-reitoria de Relações Institucionais e demais setores relevantes.
- III. Divulgação de oportunidades de estágio à comunidade acadêmica.
- IV. Organização de oportunidades de estágio, agrupamentos de estudantes estagiários e orientadores, em cada período letivo.
- V. Supervisão da elaboração e execução dos planos de estágio, com o apoio dos orientadores.
- VI. Aprovação e homologação de relatórios de atividades dos estagiários, após a devida avaliação.

O acompanhamento e a avaliação do estágio supervisionado obrigatório são processos contínuos que envolvem a participação ativa de supervisores, orientadores e coordenadores de estágio, com foco em:

- i. Adesão aos procedimentos estabelecidos na Resolução, no Projeto

Pedagógico de Curso (PPC) e em normativas complementares.

- ii. Avaliação do desenvolvimento das atividades do estagiário em alinhamento com o plano de estágio.
- iii. Análise do comportamento e conduta do estagiário, incluindo responsabilidade, ética e comprometimento.
- iv. Avaliação detalhada dos relatórios de estágio.

É importante ressaltar que a UNILAB mantém convênios com o Estado do Ceará, municípios do Maciço e redes de ensino municipal e estadual, proporcionando uma ampla gama de oportunidades para estágios. Os estágios supervisionados nos cursos de Pedagogia da UNILAB devem abranger a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos e a Gestão Escolar. Estes estágios serão realizados em escolas e instituições de ensino regulamentadas, oferecendo aos estagiários a oportunidade de desenvolver uma reflexão crítica sobre a profissão pedagógica em todos os seus aspectos, bem como de experimentar a dinâmica teórica e prática do fazer pedagógico.

Para implementar os componentes curriculares do estágio supervisionado, serão estabelecidas parcerias entre escolas públicas, organizações governamentais e não governamentais, garantindo uma formação abrangente e alinhada com as diretrizes atuais.

4. ESTRUTURA CURRICULAR

Apresentamos aqui a matriz curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia, consolidada em conformidade com a Resolução CNE/CP Nº 2 de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) que orienta que a estrutura curricular estruturada na carga horária dos cursos de licenciatura a seguinte distribuição:

- Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.
- Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e

objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

- Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:
a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola e; b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início.

O fluxo de Integralização Curricular da Licenciatura em Pedagogia é de, no mínimo, 3200 horas-aula, distribuídas em Matriz Curricular semestral com tempo mínimo de 4 anos (quatro anos) a ser integralizada. O PPC do curso de Pedagogia não prevê a oferta de componentes curriculares à distância.

A matriz curricular atende ao princípio da interdisciplinaridade uma vez que é atravessada pelos saberes africanos e de suas diásporas na construção do conhecimento sobre educação, assim como todas as disciplinas dialogam por pretenderem a descolonização do pensamento, além da conexão com o mundo imediato, a realidade, por meio, por exemplo, de ações de extensão. Nas palavras de Milton Santos, a interdisciplinaridade só é possível a partir da dinâmica das metadisciplinas. A oferta das componentes curriculares será feita pelo Instituto de Humanidades, com caráter voltado ao ensino e ligado diretamente à Pró-Reitoria de Graduação. Somado a isso, o curso desenvolverá atividades e eventos ligados às demais pró-reitorias e seus núcleos, como projetos, eventos e atividades de extensão e pesquisa.

O projeto curricular do curso de Pedagogia prioriza a carga horária prática em todas as componentes curriculares teóricas, de modo a privilegiar a teoria em consonância com a prática na formação do curso. A tendência é formar com esteio em teorias que defendem a relação intrínseca entre teoria e prática, o que vem sendo elaborado desde os anos 1980, por pesquisadores como - Donald Schon: professor prático-reflexivo; Gimeno Sacristan: currículo em ação; Maurice Tardif: Ampliação do espaço de formação do professor para a prática; Perrenoud: novas competências para o professor; práticas pedagógicas e curriculares populares, como as desenvolvidas pelos movimentos sociais de maioria afrodescendente (CUNHA JÚNIOR, 2010), movimentos quilombolas e indígenas, onde se aprende a partir da cosmovisão de base africana e indígena priorizando o contato com as tradições orais, a natureza, as comunidades populares, etc.

No que concerne a carga horária de atividades de extensão, o curso de Licenciatura em Pedagogia garante 10% de sua carga horária para ações de extensão, como

orienta a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Resolução CONSEPE/UNILAB No.81, de 20 de abril de 2021 que estabelece as normas e diretrizes que norteiam as atividades e ações de Extensão, envolvendo as seguintes atividades a serem comprovadas pelos estudantes: Participação em projeto ou programa de extensão, Participação em curso de extensão, Participação em atividades de extensão, Facilitação ou monitoria de curso ou atividade de extensão.

No que se refere à avaliação das ações de extensão, de acordo com a Resolução CNE/CES n.º 07, de 18 de dezembro de 2018, será feita, de acordo com o Artigo 11 da referida Resolução, seminários de extensão no curso de Pedagogia, com o objetivo de publicizar e promover um diálogo acerca da extensão no curso de Pedagogia.

Os discentes que ingressarem diretamente no curso de Pedagogia, deverão cumprir a carga horária de 240 horas referente ao núcleo comum da Unilab e também às 420 horas referente ao núcleo obrigatório de conhecimento em humanidades, totalizando 660 horas.

O planejamento e organização para cumprir esta carga horária deverá ser realizado pelo discente, com a orientação da Coordenação do Curso.

5. INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR (GRUPOS I, II e III)

Fluxo de Integralização Curricular			
GRUPOS I, II e III			
	Componente Curricular	Carga horária	Semestre
Grupo 1 Base Comum – Conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos	Inserção à Vida Universitária	15	1º
	Sociedades, diferenças e direitos humanos nos espaços lusófonos	60	1º
	Leitura e Produção de Texto I	60	1º
	Leitura e Produção de Texto II	60	1º
	Iniciação ao pensamento científico: problematizações e epistemologias	45	1º
	Experiência, prática e significado	60	2º
	Expressões artísticas e estéticas contemporâneas	60	2º
	Estrutura e relação social	60	2º
	Estudos das performances culturais	60	2º

	Linguagem, pensamento crítico e interculturalidade	60	2°
	Identidade e poder	60	2°
	Território e poder	60	2°
	Filosofia da ancestralidade	60	3°
	Antropologia e Sociologia da Educação nos países da integração	60	3°
	História da educação nos países da integração	60	3°
	Fundamentos Teóricos e Práticos da Capoeira e do Samba e o Ensino de Ginga	90	3°
	Psicologia Afrocentrada da Educação, do Desenvolvimento e da Aprendizagem	90	3°
	Total de Carga horária do Grupo I - Base Comum – Conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos	1020	

	Componente Curricular	Carga horária	Semestre
Grupo II Conteúdos específicos da área	Organização da educação básica nos países da integração	60	4º
	Língua brasileira de sinais – LIBRAS	60	4º
	Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva nos países da integração	60	4º
	ação, gênero e sexualidades nos países da Integração	60	4º
	Literatura Negra e Educação: poéticas e práticas afrocentradas	60	4º
	Didática nos países da integração	90	5º
	Educação escolar Quilombola	60	5º
	Educação Infantil nos países da integração	90	5º
	Metodologia de pesquisa em educação nos países da integração	60	5º
	Fundamentos da Gestão Educacional nos Países da Integração	60	5º

	AfroLetramento e Bilinguismo na Educação Básica nos Países da Integração	90	6º
	Políticas educacionais curriculares e descolonização dos currículos nos países da integração	60	6º
	Ensino da Etnomatemática nos países da integração	60	6º
	Educação de Jovens e Adultos nos países da integração	60	6º
	Manifestações Culturais e Religiosas Africanas e Afro-Brasileira	60	7º
	Ensino da Arte africana e afro-brasileira	60	7º
	Ensino das ciências naturais nos países da integração	60	7º
	Ensino da História e Geografia nos países da integração	60	7º
	Trabalho de Conclusão de Curso I	105	7º
	Autobiografia e Educação	60	8º
	Pesquisa e prática da atuação do Pedagogo/a em ambientes não escolares nos países da integração	60	8º
	Educação Escolar Indígena	60	8º

	Trabalho de Conclusão do curso II	105	8°
	Total de Carga horária do Grupo II - Conteúdos específicos da área	1.560h	

	Componente Curricular	Carga horária	Semestre
Grupo III - Prática Pedagógica, distribuídas em Prática como Componente e Curricular (PCC) e Prática de Estágio	Estágio em Educação Infantil	105h	6°
	Estágio em Gestão Educacional nos países da integração	105h	7°
	Estágio nos anos iniciais do ensino fundamental nos países da integração	105h	8°
	Estágio em Educação de Jovens e Adultos nos países da integração	105h	8°
	Sub-Total – Grupo III – Estágios	420h	
	Sub-total - Grupo III - Prática como Componente Curricular (A Prática como Componente Curricular (PCC) está contemplada em disciplinas do Grupo I e II)	435h	
	Total - Grupo III - Prática Pedagógica (A Prática como Componente Curricular (PCC) está contemplada em disciplinas do Grupo I e II)	855h.	

	CARGA HORÁRIA MÍNIMA EM ATIVIDADES COMPLEMENTARES	200	
	CARGA HORÁRIA TOTAL	3200	

6. INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR PEDAGOGIA

1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°
Inserção à Vida Universitária 15h	Experiência, prática e significado 60h	Filosofia da ancestralidade 60h	Organização da educação básica nos países da integração 60h	Didática nos países da integração Unilab (90h)	Políticas educacionais curriculares e descolonização dos currículos nos países da integração Unilab 60h	Manifestações Culturais e Religiosas Africanas e Afro-Brasileira 60h	Pesquisa e prática da atuação do Pedagogo/a em ambientes não escolares nos países da integração Unilab 60h
Sociedades, diferenças e direitos humanos nos espaços lusófonos 60h	Expressões artísticas e estéticas contemporâneas 60h	Antropologia e Sociologia da Educação nos países da integração 60h	Língua brasileira de sinais – LIBRAS 60h	Educação escolar Quilombola 60h	Ensino da etnomatemática nos países da integração Unilab 60h	Ensino de Geografia e História nos países da integração Unilab 60h	Pesquisa autobiográfica em Educação para os países da integração 60h
Leitura e Produção de Texto I 60h	Estudos das performances culturais 60h	História da educação nos países da integração 60h	Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva nos países da integração Unilab 60h	Metodologia de pesquisa em educação nos países da integração Unilab 60h	Afro letramento e bilinguismo na educação básica nos países da integração (90)	Ensino da Arte africana e afro-brasileira 60h	Educação Escolar Indígena 60h

Identidade e poder 60h	Linguagem, pensamento crítico e interculturalidade 60h	Fundamentos Teóricos e Práticos da Capoeira, Samba e Ensino de Ginga (90)	Educação, gênero e sexualidade nos países da integração Unilab 60h	Fundamentos da gestão 60h	Educação de Jovens e Adultos nos países da integração Unilab 60h	Ensino das ciências naturais nos países da integração Unilab 60h	Estágio nos anos iniciais do ensino fundamental nos países da integração Unilab 105h
Estrutura e relação social 60h	Leitura e Produção de Texto II 60h	Psicologia Afro centrada da Educação, do Desenvolvimento e da Aprendizagem (90)	Literatura Negra e Educação : poéticas e práticas afrocentradas 60h	Educação Infantil nos países da integração Unilab (90)	Estágio em Educação Infantil 105h	Estágio em Gestão Educacional nos países da integração Unilab 105h	Estágio em Educação de Jovens e Adultos nos países da integração Unilab 105h
Iniciação ao pensamento científico: problematizações e epistemologias 45h	Território e poder 60h					Trabalho de Conclusão do Curso I (105h)	Trabalho de Conclusão do curso II (105h)
300	360	360	300	360	375	450	495

7. FLUXO DE INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

	SEMESTRE	COMPONENTE	TEO	PRA	CH	PRÉ-REQUISITO
NÚCLEO OBRIGATÓRIO COMUM DA UNILAB	1º	Inserção à Vida Universitária	15	0	15	Não
	1º	Sociedade, diferença e direitos humanos nos espaços lusófonos	60	0	60	Não
	1º	Leitura e Produção de Texto I	60	0	60	Não
	1º	Identidade e poder	60	0	60	Não
	1º	Estrutura e relação social	60	0	60	Não
	1º	Iniciação ao pensamento científico: problematizações e epistemologias	45	0	45	Não
		SUB-TOTAL	300	0	300	

	SEMESTRE	COMPONENTE	TEO	PRA	CH	PRÉ-REQUISITO
NÚCLEO OBRIGATÓRIO DE CONHECIMENTOS EM HUMANIDADES	2º	Experiência, prática e significado	60	0	60	Não
	2º	Expressões artísticas e estéticas contemporâneas	60	0	60	Não
	2º	Estudos das performances culturais	60	0	60	Não
	2º	Linguagem, pensamento crítico e interculturalidade	60	0	60	Não
	2º	Leitura e Produção de Texto II	60	0	60	Leitura e Produção de Texto I
	2º	Território e poder	60	0	60	Não
		SUB-TOTAL	360	0	360	

		COMPONENTE	TEO	PRA	CH	PRÉ-REQUISITO
3º SEMESTRE		Filosofia da ancestralidade	50	10	60	Não
		Antropologia e Sociologia da Educação nos países da integração	50	10	60	Não
		História da educação nos países da integração	50	10	60	Não
		Fundamentos Teóricos e Práticos da Capoeira, Samba e Ensino de Ginga	40	50	90	Não
		Psicologia Afrocentrada da Educação, do Desenvolvimento e da Aprendizagem	70	20	90	Não
		SUB-TOTAL	260	100	360	

		COMPONENTE	TEO	PRA	CH	PRÉ-
--	--	------------	-----	-----	----	------

					REQUISITO
4° SEMESTRE	Organização da educação básica nos países da integração	50	10	60	Não
	Língua brasileira de sinais – LIBRAS	60	0	60	Não
	Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva nos países da integração Unilab	50	10	60	Psicologia Afrocentrada da Educação, do Desenvolvimento e da Aprendizagem
	Educação, gênero e sexualidade nos países da integração Unilab	50	10	60	Não
	Literatura Negra e Educação: poéticas e práticas afrocentradas	40	20	60	Psicologia Afrocentrada da Educação, do Desenvolvimento e da Aprendizagem
	SUB-TOTAL	250	50	300	

	COMPONENTE	TEO	PRA	CH	PRÉ-REQUISITO
5° SEMESTRE	Didática nos países da integração	60	30	90	História da educação nos países da integração
	Educação escolar Quilombola	40	20	60	Organização da educação básica nos países da integração
	Educação Infantil nos países da integração	70	20	90	Psicologia Afrocentrada da Educação, do Desenvolvimento e da Aprendizagem
	Metodologia de pesquisa em educação nos países da integração	60	0	60	Filosofia da ancestralidade
	Fundamentos da Gestão Educacional nos Países da Integração	40	20	60	História da educação nos países da integração
	SUB-TOTAL	270	90	360	

	COMPONENTE	TEO	PRA	CH	PRÉ-REQUISITO
--	-------------------	------------	------------	-----------	----------------------

6º SEMESTRE	AfroLetramento e Bilinguismo na Educação Básica nos Países da Integração	60	30	90	Não
	Estágio em Educação Infantil	30	75	105	Educação Infantil nos países da integração Didática nos Países
	Políticas educacionais curriculares e descolonização dos currículos nos Países da integração	50	10	60	Didática nos Países da integração
	Ensino da Etnomatemática nos países da integração	40	20	60	Didática nos países da integração
	Educação de Jovens e Adultos nos países da integração	60	0	60	Didática nos países da integração
	SUB-TOTAL	240	135	375	

7º SEMESTRE	Estágio em Gestão Educacional nos países da integração	30	75	105	Fundamentos da Gestão Educacional nos Países da Integração
	Manifestações Culturais e Religiosas Africanas e Afro-Brasileira	40	20	60	Didática nos países da integração
	Ensino da Arte africana e afro-brasileira	40	20	60	Didática nos países da integração
	Ensino das ciências naturais nos países da integração	40	20	60	Didática nos países da integração
	Ensino da História e Geografia nos países da integração	40	20	60	Didática nos países da integração
	Trabalho de Conclusão de Curso I	105	–	105	Metodologia de pesquisa em educação nos países da integração
	SUB-TOTAL	295	155	450	

	COMPONENTE	TEO	PRA	CH	PRÉ-REQUISITO
8º SEMESTRE	Autobiografia e Educação	50	10	60	Não
	Pesquisa e prática da atuação do Pedagogo/a em ambientes não escolares nos países da integração	35	25	60	Não
	Estágio nos anos iniciais do ensino fundamental nos países da integração	30	75	105	Ensino das ciências naturais nos países da integração; AfroLetramento e Bilinguismo na Educação Básica nos Países da Integração;
	Estágio em Educação de Jovens e Adultos nos países da integração	30	75	105	Ensino das ciências naturais nos países da integração; AfroLetramento e Bilinguismo na Educação Básica nos Países da
					Integração;
	Educação Escolar Indígena	40	20	60	Didática nos países da integração; Políticas educacionais curriculares e descolonização dos currículos nos países da integração
	Trabalho de Conclusão do curso II	105	–	105	Trabalho de Conclusão de Curso I
	SUB-TOTAL	290	205	495	Trabalho de Conclusão de Curso I
	SUBTOTAL GERAL	2265	735	3000	
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES			200	
	ESTÁGIOS			420	
	CARGA HORÁRIA TOTAL			3200	

Obs: As atividades de extensão do curso de Pedagogia contabilizam 320 horas e estão diluídas nas disciplinas
A carga horária de estágios esta inserida na horas teoricas e práticas

8. INFRAESTRUTURA

O curso dispõe de uma sala para a sua Coordenação, que é compartilhada com a Coordenação dos Cursos de Licenciatura em História e Sociologia e o Bacharelado em Antropologia. A Unilab disponibiliza para o curso 15 (quinze) salas de aulas no *Campus* dos Auroras. A Universidade possui um serviço regular e gratuito de transporte, intercampi, com viagens no início e fim do turno noturno. O Curso dispõe ainda de salas de aula com acessibilidade, bem como equipada com recursos didáticos audiovisuais.

A universidade ainda dispõe da Coordenação de Assistência à Saúde Estudantil (COASE) vinculada à Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas Estudantis (PROPAE), em atendimento ao decreto de Lei da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2010) e ao Decreto no. 5.296/2004. Esta estrutura-se a partir do Núcleo de Assistência à Saúde do Estudante – NUASE, do Setor de Acessibilidade – Seace e do Núcleo Interdisciplinar de Atenção às Subjetividades – NIAS. Este tem atuado junto à comunidade acadêmica mediante palestras, consultas públicas das demandas etc.

A universidade dispõe de três laboratórios de informática, um em cada campus, que funciona nos três turnos para acesso dos discentes. Conta ainda com duas bibliotecas e acervo temático bibliográfico.

O curso conta com apoio dos Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – LIFEs, que constituem-se em espaços e recursos didáticos de formação docente, que devem proporcionar o diálogo entre os diferentes cursos de Licenciatura e promover o desenvolvimento de metodologias voltadas para a inovação de práticas pedagógicas e aprendizado/utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação. São voltados para o ensino e aprendizagem de saberes do ofício da docência vivenciados na prática de professores e discentes da educação básica e superior das cidades no entorno do Maciço de Baturité. Este tem por finalidade ser um espaço de referência para o desenvolvimento de metodologias voltadas para a inovação de práticas pedagógicas e aprendizado/utilização das novas tecnologias da comunicação e da informação nos cursos de Licenciatura; ser um *lócus* de aplicação teórica, metodológica e prática de atividades de formação de professores, em que as competências e habilidades dos currículos dos Cursos de Licenciatura possam ser experienciadas; oferecer suporte para a realização de cursos, oficinas, *workshops*, ou seja, atividades que potencializem a formação docente, qualificando-a, e a construção da cidadania e da autonomia dos sujeitos envolvidos; entre outros. Para ilustrar, citamos I Jornada Interdisciplinar Formação Intercultural, Linguagem, Ciência e Prática Pedagógica, realizado em 2015.

O curso participa do Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com o Projeto “Saberes Docentes, Formação Interdisciplinar e Intercultural na Unilab”, numa perspectiva multidimensional, contemplando as dimensões curricular, acadêmica e de formação, com o objetivo de desenvolver o Núcleo de Ensino Interdisciplinar, que atenda os cursos de Licenciaturas da universidade. Em parceria com o Prodocência temos realizado Formações de Arte e Educadores Interculturais, dentre elas, destaca-se a Oficina de Produção de Material Didático “A Matemática na cultura africana através de Jogos”, através da confecção de três jogos de origem africanas, são eles: Bezette, Seega e OURI. Esta oficina foi ministrada pelo professor convidado da Escola Livre Waldorf Micael de Fortaleza, João Batista de Carvalho Lopes, no *Campus* da Liberdade, em Redenção/CE.

Há a necessidade de criação de espaços físicos na UNILAB para o funcionamento das múltiplas atividades a serem desenvolvidas pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia, bem como para abrigar as demandas de extensão comunitária que se apresentam na dinâmica curricular do curso.

Um importante passo realizado, visando amparar as práticas dos discentes, neste sentido, consiste na organização de equipamentos lúdicos formativos nominados por brinquedoteca. Esse equipamento se revela necessário, segundo as normas federais, principalmente pela demanda de local de arquivo, construção dos materiais didáticos e disponibilidade de empréstimo, a ser utilizados pelos discentes em suas atividades de estágio nas escolas da região do Maciço de Baturité. A Brinquedoteca se constitui como um equipamento pedagógico necessário nos cursos de Pedagogia, enquanto um laboratório de práticas de ensino. Esse é um espaço de múltiplas utilidades como: arquivo dos jogos didáticos, que devem estar à disposição dos alunos estagiários para uso em suas regências; local de elaboração de recursos didáticos a serem utilizados nas salas de aula de Educação Infantil, nas escolas dos anos iniciais do ensino fundamental e nas aulas do EJA; também como espaço a ser usado com laboratório de pesquisa por professores e alunos da UNILAB.

Outras demandas que ainda merecem maior atenção no tocante a infraestrutura/espaços são: sala de atendimento psicopedagógico; sala/laboratório de arte, com espaço aberto e coberto para o jogo da capoeira e outras práticas de formação; sala para abrigar de forma segura os equipamentos utilizados pelos docentes que ministram as diversas componentes curriculares; e a fundação de escola experimental.

O curso ainda demanda, por conta de suas especificidades curriculares, de instrumentos musicais em geral e instrumentos musicais para a prática pedagógica da capoeira

e do samba, dentre outras; figurino para utilização em teatro e manifestações culturais; livros infanto-juvenis. Com o passar do tempo o curso certamente apresentará outras demandas visando sua constante ampliação no que diz respeito à busca de uma formação de excelência.

Há ainda o incentivo aos docentes ligados ao curso para elaboração de projetos para órgãos de fomento à pesquisa e que prevejam tais apoios em seu delineamento orçamentário, principalmente no que se refere à infraestrutura e da busca institucional por editais. Sem esquecer, claro, o auxílio interno-institucional para tornar viável a criação de tais espaços físicos e de materiais, bem como a aquisição de equipamentos necessários à execução das propostas dos grupos de estudos e de extensão.

9. INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

Em cumprimento ao que estabelece:

- a *Resolução CNE/CES N.º 2*, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, no Brasil;
- A RESOLUÇÃO N.º 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 (*) Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)
- o *Parecer CNE/CES n.º 136*, de 4 de junho de 2003, que trata da orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação;
- a *Resolução CNE/CP n.º 1*, de 15 de maio de 2006 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Licenciatura em Pedagogia.
- O *Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei n.º 13.005*, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- Resolução CNE/CES n.º 07, de 18 de dezembro de 2018.

Quadro 1: Componentes curriculares obrigatórias e optativas do BHU a serem aproveitadas³:

³ Faz-se necessário destacar que a carga horária de 40 horas aproveitadas referem-se ainda ao currículo trimestral do Bacharelado em Humanidades.

Cód.	Componente	CH
AHL0003	Inserção à Vida Universitária	40
AHL0001	Sociedade, História e Cultura nos Espaços Lusófonos	40
AHL0005	Leitura e Produção de Texto I	40
AHL0010	Leitura e Produção de Texto II	40
AHL0004	Iniciação ao Pensamento Científico	40
AHL0006	Tópicos Interculturais nos Espaços Lusófonos	40
AHL0002	Estrutura e Dinâmica das Soc. Escravistas I	40
AHL0007	Estrutura e Dinâmica das Soc. Escravistas II	40
BHU0019	Filosofia I	40
BHU0021	Sociologia I	40
AHL0025	Cultura Afro-Brasileira	40
IHL0024	História das Ideias Políticas e Sociais	40
AHL0020	Educação e Sociedade I	40
AHL0030	Educação e Sociedade II	40
AHL0001 8	Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Humanidades	40

Cód.	Componente optativas	CH
	Educação, gênero e etnia	40
	Educação Intercultural	40
	Educação em direitos humanos	40
	Filosofia, ancestralidade e religiosidade africana e afro-brasileira	40
	Seminários temáticos em educação	40
	Arte e educação	40

Aos/As estudantes exige-se a apresentação, com sucesso, perante banca de três professores, entre os quais obrigatoriamente estará o professor da disciplina TCC II, cursada pelo estudante, de um Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido sob a orientação de um professor orientador, em procedimento regulamentado pelo **Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso** estabelecido neste documento.

Os casos não contemplados nas situações acima serão estudados individualmente pela Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação do Currículo, formada pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

10. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O estudante deverá obrigatoriamente desenvolver atividades complementares na forma de atividades acadêmico-científico-culturais. Essas atividades perfazem um total de 200 h/a, que deverão ser cumpridas obrigatoriamente pelos estudantes no universo do curso de Pedagogia. Essas atividades deverão permitir ao estudante vivenciar, no decorrer de todo o curso, atividades diferenciadas, de forma que busque um aprofundamento em áreas de interesse e atenda a mudança expressiva no perfil estudantil. Dessa forma, serão consideradas no cômputo das horas as seguintes atividades, desde que reconhecidas, supervisionadas e homologadas pelo Colegiado e Coordenação do Curso: participação em eventos de caráter científico e/ou culturais e/ou sociais como seminários, congressos, com ou sem apresentação de trabalhos; monitorias; participação em projetos de pesquisa e de extensão, cursos de aprendizagem de novas tecnologias aplicadas ao saber/fazer da área da educação.

Essas atividades deverão permitir ao estudante vivenciar, no decorrer de todo o curso, atividades diferenciadas, conforme estabelece a Portaria no. 383/2010 (SESU/MEC), que possibilitam adquirir diferentes conhecimentos profissionais indispensáveis ao exercício da prática docente. Elas constituem espaços curriculares que visam assegurar a seguinte diretriz para a formação de professores, da educação básica:

[...] é preciso instituir tempos e espaços curriculares diversificados como oficinas, seminários, grupos de trabalho supervisionado, grupos de estudo, tutorias e eventos, atividades de extensão, entre outros capazes de promover e, ao mesmo tempo, exigir dos futuros professores atuações diferenciadas, percursos de aprendizagens variados, diferentes modos de organização do trabalho, possibilitando o exercício das diferentes competências a serem desenvolvidas. (BRASIL Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara Superior de Ensino. *Parecer CNE/CS 009/2001*, de 8 de maio de 2001 [Brasília], 2001. p.39).

No tocante as atividades de extensão do curso, considera-se o novo Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado em junho de 2015, que prevê 10% da carga horária de todos os cursos de graduação destinada à realização de atividades de extensão e que no caso do curso de Pedagogia se converte em 320 hs.

Para fins de registro no histórico escolar do estudante devem considerar-se as seguintes atividades de extensão exercidas ou participadas durante a Licenciatura em Pedagogia:

QUADRO 2: Ações de extensão, por equivalência de carga horária integralizada e cargas horárias mínima e máxima em cada bloco

Atividades de extensão		CH Mínima	CH Máxima
Participação em projeto ou programa de extensão	80 h / semestre	-	320
Participação em curso de extensão	direta	-	320
Participação em ações de extensão	direta	-	320
Facilitação ou monitoria de curso ou atividade de extensão	4 h / hora	-	320

Total	-	320	-
--------------	---	------------	---

No que se refere às atividades Complementares a Resolução n° 20/2015 da Unilab dispõe sobre normas gerais dos cursos de Graduação. Considera-se Atividades Complementares as práticas acadêmicas que têm por objetivo diversificar o processo de ensino-aprendizagem, propiciando vivências significativas por meio da participação do estudante em espaços de formação social, humana e cultural: articulando teoria e prática, contribuindo, assim, para sua formação profissional e cidadã ampla, bem como a compreensão ampla dos processos históricos culturais e sociais. São, então, consideradas Atividades Complementares para efeito de integralização curricular as ações de ensino, pesquisa e extensão, conforme as especificações nos grupos descritos no quadro abaixo:

QUADRO 3: Atividades complementares, por equivalência de carga horária integralizada e cargas horárias mínima e máxima em cada bloco

Atividade	Equivalência	CH Mínima	CH Máxima
Atividades de formação social, humana e cultural		20	100
Participação em eventos artísticos e culturais — visitação a exposições museológicas, participação em festivais e mostras culturais e em grupos artísticos, participação em cursos de arte de curta duração (dança, música, teatro, cinema, quadrinhos etc.)	direta	-	100

Apresentação ou organização de eventos artísticos e culturais — curadoria de exposições, organização de festivais e mostras culturais, organização e facilitação de cursos de arte de curta duração (dança, música, teatro, cinema, quadrinhos etc.), atuação ou direção de espetáculos teatrais ou musicais, exposição de trabalhos artísticos em mostra ou exposição individual ou coletiva (artes plásticas ou audiovisual)	20 h / temporada	-	100
--	------------------	---	-----

Atividade	Equivalência	CH Mínima	CH Máxima
Participação em eventos desportivos, da Unilab e outros de natureza pública como atleta ou técnico	direta	-	100
Atividades de iniciação científica, tecnológica ou de formação profissional		20	100
Iniciação à docência — participação em programas PIBID, Residência Pedagógica participação em programa oficial de	60 h / semestre	-	100

monitoria (como bolsista ou voluntário)			
Iniciação à pesquisa — participação em programas PIBIC, PET ou PIBIT (como bolsista ou voluntário), participação em Grupos de Pesquisa sediados na Unilab	60 h / semestre	-	100
Participação em congressos, encontros e colóquios acadêmicos	direta	-	100
Apresentação de trabalhos em congressos, encontros e colóquios	20 h / trabalho	-	100
Publicação de resumos ou resumos expandidos em eventos acadêmicos	40 h / trabalho	-	100
Publicação de trabalhos completos em anais de eventos acadêmicos, artigos de periódicos acadêmicos (constantes da base de dados Qualis da Capes), capítulos de livros em editora universitária ou com conselho editorial	80 h / trabalho	-	100
Participação em cursos de formação acadêmica, minicursos, oficinas e outras formas	direta	-	100

de formação acadêmica complementar			
Facilitação de cursos de formação acadêmica, minicursos, oficinas e outras formas de formação acadêmica complementar	4 h / hora	-	100

Atividade	Equivalência	CH Mínima	CH Máxima
Participação em bancas de defesa de graduação ou pós-graduação	2 h / evento	-	100
Participação em programas PBIDIN e PROBTI	60 h / semestre	-	100
Participação em atividades associativas e de cunho comunitário		-	100
Participação em Órgãos Colegiados da Unilab	30 h / semestre	-	100
Participação em comissões de trabalho da Unilab	20 h / comissão	-	100
Participação em entidade estudantil	40 h / semestre	-	100
Participação em organizações da sociedade civil — participação em associações, movimentos populares, sindicatos, partidos políticos e demais organizações da sociedade civil.	40 h / semestre	-	100

Total	-	400	400
-------	---	-----	-----

11. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DAS COMPONENTES CURRICULARES FORMATIVAS ESTRUTURANTES

11.1 1º Semestre

Nome da Disciplina: Inserção à vida universitária	Carga-Horária: 15h
<p>Ementa: A Unilab: criação, diretrizes, estrutura e funcionamento. O regime letivo e o regramento sobre avaliação e controle de frequência. Direitos e deveres do estudante de graduação. Elementos fundamentais do projeto pedagógico curricular do curso e seu fluxograma.</p> <p>Bibliografia Básica: UNILAB. Resolução 27/2014: normas gerais para regulamentar a avaliação da aprendizagem nos cursos de graduação presencial da UNILAB. UNILAB. Guia do Estudante de Graduação da UNILAB. Disponível em http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/06/GUIA-DO-ESTUDANTE-UNILAB.pdf UNILAB. UNILAB. Diretrizes Gerais, junho de 2010. PPC do Curso de Bacharelado em Humanidades.</p> <p>Bibliografia Complementar BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. BRASIL. Lei de Criação da UNILAB, nº 12.289, de 20 de julho de 2010. UNILAB. Estatuto. UNILAB. Regimento Geral.</p>	
Nome da Disciplina: Sociedade, diferença e direitos humanos nos espaços lusófonos	Carga-Horária: 60h

Ementa: Temporalidades do processo colonial nos países de língua portuguesa (práticas, trocas e conflitos culturais – ocupações e resistências). Movimento Pan-africanista, Negritude; Relações étnico-raciais e racismo; Movimento Negro e Indígena no Brasil e as políticas de ação afirmativa. Gênero, sexualidade. Movimentos Feministas e LGBTT. Tolerância religiosa. Direitos Humanos. Diferenças e Desigualdades. Cultura afro-brasileira.

Bibliografia Básica:

CARNEIRO, Sueli. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

EDEM KODJO E DAVID CHANAIWA. Pan-africanismo e libertação (Cap.25). In: História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em:

<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/events/historia-geral-da-africa>

KI-ZERBO, Joseph. et al. Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Construção da nação e evolução dos valores políticos. In: História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 16. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/events/historia-geral-da-africa>

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 10ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar:

DAMATTA, Roberto. “Digressão a Fabula das três raças, ou problema do racismo à brasileira”. In: . Relativizando. Uma introdução à Antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. pp.58-85.

MARCONDES, Mariana (org.). Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013. 160p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3039>

MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil. 3ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SUÁREZ, Mireya. Desconstrução das Categorias “Mulher” e “Negro”. Brasília, Série Antropologia, nº 133, 1992. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie133empdf.pdf>

Nome da Disciplina: Leitura e Produção de texto I

Carga-Horária: 60h

Ementa: Reflexões sobre as noções de língua, variação linguística e preconceito linguístico. A universidade como esfera da atividade humana. Leitura na esfera acadêmica: estratégias de leitura. Gêneros acadêmicos (leitura e escrita na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros): esquema, fichamento, resenha, resumo (síntese por extenso), memorial e seminário. Normas da ABNT.

Bibliografia Básica:

ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. 5. ed. São Paulo: Parábola, 2005. DISCINI, N. Comunicação nos textos: leitura, produção e exercícios. São Paulo: Contexto, 2005.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007

Bibliografia Complementar:

FONTANA, N. M.; PAVIANI, N. M. S.; PRESSANTO, I. M. P. Práticas de linguagem: gêneros discursivos e interação. Caxias do Sul, R.S: Educs, 2009.

MACHADO, A. R. (Org.). Resumo. São Paulo: Parábola, 2004. Resenha. São Paulo: Parábola, 2004.

Trabalhos de pesquisa: diários de leitura para a revisão bibliográfica. São Paulo: Parábola, 2007

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.

Nome da Disciplina: Identidade e poder

Carga-Horária: 60h

Ementa: Marcadores identitários: raça, classe, etnia, gênero e sexualidade. Globalização e Transnacionalismos. Diáspora. Desigualdade, diferença e conflito. Colonialismo. Emancipação e Direitos.

Bibliografia Básica:

CARNEIRO, Sueli. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo, Selo Negro Edições, Coleção Consciência Negra em Debate, 2011.

COOPER, Frederick; SCOTT, Rebecca J.; HOLT, Thomas C. Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

Bibliografia Complementar:

BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte, UFMG, 2010.

GILROY, Paul. O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34, 2012. HALL, Stuart. Identidade Cultural na Pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOBSBAWN, E. J. Nações e Nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990. LEITE, Fabio. A Questão Ancestral: África negra. São Paulo: Casa das Áfricas, 2008.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da; BASTOS, Liliana Cabral. Estudos de Identidade: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PINHO, Osmundo; VARGAS, João Helion Costa (orgs.). Antinegritude: o impossível sujeito negro na formação social brasileira. Cruz das Almas, BA: Ed. UFRB, 2016.

SAID, Edward. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o Subalterno Falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014

Nome da Disciplina: Estrutura e relação social	Carga-Horária: 60h
<p>Ementa:</p> <p>Introdução às ciências sociais e humanas. Compreender as relações de poder entre as produções de conhecimento ocidental e não ocidental. Estrutura, função e relação social. Condicionamento e autonomia social. Permanência e mudança social. Sociedade, indivíduo, classe, casta, estamento, comunidade, grupo, família.</p> <p>Bibliografia Básica: DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico. São Paulo: EDIPRO, 2012. DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia. Petrópolis: Vozes, 2014. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2017. POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de São Paulo, 2011. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São Paulo; Editora Cortez. 2017. THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 2001.</p> <p>Bibliografia Complementar: DOSSE, François. História e Ciências Sociais. Bauru: EDUSC, 2004. FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2014. FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes, volumes 1 e 2. São Paulo: Globo, 2008 FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Classes, raças e democracias. São Paulo: Editora 34, 2012. MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2016. MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010. MAUSS, M. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac e Naify, 2003. RADCLIFFE-BROWN, A. R. Estrutura e função na sociedade primitiva. Petrópolis: Vozes, 2013. THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa (volumes 2 e 3). São Paulo: Paz e Terra, 2012.</p>	
Nome da Disciplina: Iniciação ao pensamento científico: problematizações e epistemologias	Carga-Horária: 45h

Ementa: A especificidade do conhecimento científico. Introdução ao pensamento histórico- filosófico relacionado à ciência. Origens do conhecimento, epistemologia e paradigmas científicos. A barreira científica e a representação do outro. O silenciamento da história e do protagonismo do Outro: bárbaros, asiáticos, africanos, americanos. Subaltern Studies. Novas episteme da ciência: visibilidade, problematização e conceitualização em pesquisas interdisciplinares. Do lusotropicalismo à lusofonia.

Bibliografia Básica:

CHALMERS, A. F. O que é a ciência afinal?. São Paulo: Brasiliense, 2017
 KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo, Perspectiva, 2006.
 SAID, Edward. Orientalismo. O oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Bibliografia Complementar:

ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento. Fragmentos Filosóficos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.
 CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2008. DECARTES, René. Discurso do método. Porto Alegre: L&M PM, 2013.
 FEYERABEND, Paul K. Contra o método. São Paulo: UNESP, 2007. 374 p. ISBN 9788571397385 (broch.).
 GALILEU. Ciência e fé: cartas de Galileu sobre o acordo do sistema copernicano com a Bíblia. São Paulo: Ed. UNESP. 2019
 SANTOS, Boaventura. A gramática do tempo para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

11.2 2º Semestre

Nome da Disciplina: Experiência, prática e significado	Carga-Horária: 60h
---	---------------------------

Ementa:. A complexidade da vida social. Experiência, ação, interpretação, interação, prática e significado. Protagonismo histórico e memória social. Consenso, dissenso, silenciamentos.

Bibliografia Básica:

APPIAH, Kwame Anthony. Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1997.
 BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. [8. ed. rev.]. São Paulo: Brasiliense, 2014.
 HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2017.

Bibliografia Complementar:

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2011.
 HAMPATE BA. Tradição Viva. In: KI-ZERBO, Joseph; UNESCO. História geral da África I: Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Cortez, 2010. Brasília, DF: UNESCO
 LOWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses sobre o conceito de história. São Paulo: Boitempo, 2005
 MBEMBE, Achille. África insubmissa: cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial. Luanda: Mulemba; Mangualde: Pedago, 2013.
 SAHLINS, Marshall David. Cultura e razão prática. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2003.
 SIMMEL, G. Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2006.

Nome da Disciplina: Expressões artísticas e estéticas contemporâneas

Carga-Horária: 60h

Ementa:. Apresentar e problematizar em formato estético-conceitual a multiplicidade contemporânea de poéticas e do pensamento em artes, marcadamente a partir da década de 1960 até os dias atuais, considerando os contextos sociopolíticos e suas implicações no período de seu surgimento. Promover a interdisciplinaridade e interculturalidade crítica entre as diversas linguagens artísticas, problematizando as relações entre elas e suas interlocuções com o mundo vivido.

Bibliografia Básica:

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. [8. ed. rev.]. São Paulo: Brasiliense, 2014.
 CAUQUELIN, Anne. Arte contemporânea: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
 OSTROWER, Fayga. Universos da arte. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013.
 TEJO, Cristina (org.). Uma história da arte? Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2012.

Bibliografia Complementar:

AMORIM, Sara Passabon. A performance bantu do caxambu: entre a ancestralidade e a contemporaneidade. Vitória, ES: Cousa, 2017.
 CASCUDO, Luís da Câmara. Made in África: (pesquisas e notas). São Paulo: Ed. Global, 2002.
 GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2019.
 LEVI-STRAUSS, Claude. O pensamento Selvagem. 12. Ed. Campinas: Papirus. 1989. VERGER, Pierre Fatumbi. A vida em sociedade: olhar a África e ver o Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

Nome da Disciplina: Estudos das performances culturais	Carga-Horária: 60h
<p>Ementa:</p> <p>Problematização e vivência das performances musicais, corporais e da oralidade presentes nas culturas e manifestações populares do Nordeste brasileiro, africanas e afro-brasileiras, indígenas e latino-americanas. Complexificar as categorias de jogo e “brincadeira”, fomentando a pesquisa e a produção de saberes numa dinâmica relacional entre culturas.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <p>ANTONACCI, Maria Antonieta. Memórias ancoradas em corpos negros. São Paulo: EDUC, 2013. LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogia da sexualidade. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo Espiral: Poéticas do Corpo-tela. São Paulo: Encruzilhada, 2021. MUNANGA, Kabengele. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Ed. Global, 2016.</p> <p>Bibliografia Complementar</p> <p>AMORIM, Sara Passabon. A performance bantu do caxambu: entre a ancestralidade e a contemporaneidade. Vitória, ES: Cousa, 2017. CASCUDO, Luís da Câmara. Made in África: (pesquisas e notas). São Paulo: Ed. Global, 2002. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2019. LEVI-STRAUSS, Claude. O pensamento Selvagem. 12. Ed. Campinas: Papirus. 1989. VERGER, Pierre Fatumbi. A vida em sociedade: olhar a África e ver o Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.</p>	
Nome da Disciplina: Linguagem, pensamento crítico e interculturalidade	Carga-Horária: 60h

Ementa:

Essa componente curricular objetiva abordar, à luz de uma perspectiva interdisciplinar, a linguagem como fenômeno social. Assim, analisaremos os conceitos de proposição, argumento, discurso, referência, verdade e demonstração. O uso da razão e a possibilidade de formulação e problematização de argumentos. A teoria dos atos de fala e o papel desempenhado pela linguagem e interculturalidade no âmbito da UNILAB. A reflexão teórico-crítica da estética, da ética e da cidadania na contemporaneidade. A subjetividade nos espaços interculturais. A interculturalidade como apreço pelas diferenças e respeito aos mais diversos modos de vida.

Bibliografia Básica:

BHABHA, Homi K. O Local da Cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001
FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador, EDUFBA, 2008
TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

Bibliografia Complementar:

COSTA, C. F. Filosofia da linguagem. Zahar, 2011
DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.
FOUCAULT, M. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Martins Fontes, 2007.
FREUD, Sigmund. Escritos sobre a psicologia do inconsciente: volume I: 1911-1915. Rio de Janeiro: Imago, 2004.
HEGEL, G.W.F. Cursos de estética: volume IV. São Paulo: EDUSP, 2004.
JORGE, Mauro Antônio Coutinho. Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan: vol.1: as bases conceituais. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

Nome da Disciplina: Leitura e Produção de Texto II**Carga-Horária:** 60h

Ementa:

Reflexões sobre as noções de texto e discurso e a produção de sentido na esfera científica. A pesquisa científica: ética e metodologia. Leitura na esfera acadêmica: estratégias de leitura. Gêneros acadêmicos (leitura e escrita na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros): projeto de pesquisa, resumo (abstract), monografia, artigo, livro ou capítulo de livro, outras modalidades de produções científicas, artísticas e didáticas (ensaio, relatório, relato de experiência, produção audiovisual etc.).

Bibliografia Básica:

FRANÇA, J. L. et al. Manual para normalização de publicações técnico-científicas. 7ed. B.H: Ed. UFMG, 2004.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ed. São Paulo: Atlas, 2010. KOCH, I. G. V. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar:

KOCH, I. V. O texto e a construção dos sentidos. 9ed. São Paulo: Contexto, 2007. MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. SP: Cortez, 2001.

MANDRIK, D.; FARACO, C. A. Língua portuguesa: prática de redação para estudantes universitários. 10ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade. São Paulo: Parábola, 2010.

Nome da Disciplina: Território e poder

Carga-Horária: 60h

Ementa: Espaço: dimensões, escalas, processos e agências. Territórios, fronteiras, deslocamentos. Estado, Nação, região. Urbano e/ou rural. Meio ambiente.

Bibliografia Básica:

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Lisboa: Edições 70, 2005.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

ELIAS, Norbert; NEIBURG, Frederico (Org.). Escritos & ensaios: 1- estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2006.

QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. São Paulo: Editora 34, 2003.

WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade na história e na literatura. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

Bibliografia Complementar

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2015.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa: Edições 70, 2021.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. Antropologia e direito: temas antropológicos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio Alves. Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa. Salvador: EDUFBA, 2014.

SODRÉ, Muniz. O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

APPIAH, Kwame Anthony. Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

11.3 3º Semestre

Nome da Disciplina: Filosofia da Ancestralidade	Carga-Horária: 60
<p>Ementa: Problematização das filosofias africanas e afro-brasileiras na Educação. Conceitos essenciais à cosmovisão africana e afro-brasileira. Valores civilizatórios africanos e afro-brasileiros na educação. Religiosidade e tradições africanas e afro-brasileiras. Exu; para além do bem e do mal. Filosofia na perspectiva da cosmovisão africana e afro-brasileira. Desdobramentos pedagógicos e teórico--práticos. laboratório de dispositivos de apreensão da filosofia da ancestralidade na educação</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <p>OLIVEIRA, Eduardo D. Epistemologia da Ancestralidade. In: <i>Entrelugares Revista Eletrônica de Sociopoética e abordagens afins</i>. Vol 1, número 2. Marco/agosto de 2009. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/eduardo_oliveira_-_epistemologia_da_ancestralidade.pdf Acesso: 12/12/2023</p> <p>OLIVEIRA, Eduardo. Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira. Coleção X. Volume III, Rio de Janeiro: Apeku, 2021. (Trilogia da ancestralidade).</p> <p>LEITE, Fábio. A questão ancestral: Notas sobre ancestrais e instituições ancestrais em sociedades africanas: ioruba, agni e senufo. Revista África, São Paulo, n. 7, p. 133-135, 1984. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/afrika/article/view/90898. Acesso em: 01 mar. 2024.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>MACHADO, Adilbênia Freire. Ancestralidade e encantamento como inspirações formativas: filosofia africana mediando a história e cultura africana e afro-brasileira. 2014. 240 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade</p>	

Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/16155>. Acesso em: 03 mar. 2024

LIMA, Ivan Costa; PEREIRA, Linconly de Jesus Alencar. Religiões de matrizes africanas em Marabá (PA): ações nos espaços públicos, afirmando identidades negras. Dossiê: Religião, identidade e diferença: perspectivas decoloniais. Vol. 14, n. 31, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/nupem/issue/view/278> Acesso: 13/12/2022.

VERGER, Pierre. *Lendas Africanas dos Orixás*. Salvador: Corrupio, 1997.

Nome da Disciplina: Antropologia e Sociologia da Educação nos países da integração

Carga-Horária: 60

Ementa: Antropologia e Sociologia da Educação em perspectiva decolonizadora, afrocentrada. Saberes para a formação docente. Educação, cultura e sociedade: interfaces e articulações. Fundamentos antropológicos da educação. Afrocentricidade, alteridade, etnicidade, racismo, diferenças sociais no campo das relações étnico-raciais e de gênero. Estudos de antropologia africana e brasileira na contemporaneidade. Pesquisa etnográfica em educação. Fundamentos sociológicos da educação. Educação e ações afirmativas. Violência no âmbito escolar, desdobramentos racistas, gendrados e interseccionais, implicações educacionais e pedagógicas. Movimentos sociais e educação. Estudos de sociologia da educação Brasil-África. Laboratório de práticas de pesquisa em antropologia e sociologia da educação.

Bibliografia Básica:

LUZ, Narcimária Correia do Patrocínio. *Descolonização e educação: diálogos e proposições metodológicas*. Curitiba: Editora CRV, 2013.

PEREIRA-TOSTA, Sandra. Antropologia e educação: culturas e identidades na escola. *Magis. Revista Internacional de Investigación en Educación*, vol. 3, núm. 6, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2810/281021734010.pdf> Acesso: 13/12/2023

GOHN, Maria da Glória. *Sociologia da Educação: campo de conhecimento e novas temáticas*. Educação & Linguagem • v. 15 • n. 26 • 95-117, 2012 Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/3376>. Acesso: 13/12/2023

OLIVEIRA, Amurabi. *Etnografia e Pesquisa Educacional a partir de Antropologia Interpretativa* Revista Eletrônica de Educação, v. 14, 1-12, 2020 Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2795> Acesso: 13/12/2023

ASSANTE, Molefi, Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.) *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 93-110 (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira).

DOMINGOS, Alberto Bive. A contemporaneidade da educação africana: o presente a despeito do passado e da cultura. *Que perspectivas? Revista Educação e Políticas em Debate* – v. 6, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/46777> Acesso: 13/12/2023.

Bibliografia Complementar:

KRUPPA, Sonia M. Portella. *Sociologia da Educação-2da edição* São Paulo, Cortez, 2016. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3163493> Acesso: 13/12/2023

FREITAS, Marcel de Almeida. Antropologia e Educação escolar: a educação indígena, o combate à misoginia, à lgbtftfobia e à discriminação contra a cultura afro-brasileira. *Educação em Revista* n. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/RVjv8kqPkd4PPCgtjhwwpp/> Acesso: 13/12/2023

LIMA, Ivan Costa. **As pedagogias do Movimento Negro no Rio de Janeiro e Santa Catarina (1970-2000):** implicações teóricas e políticas para a educação brasileira. 2009. 318 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3134>. Acesso em: 01 mar. 2024.

FERRETTI, Sérgio F. Sincretismo e hibridismo na cultura popular. *Revista Pós Ciências Sociais* v.11, n. 21 UFMA. 2014. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/2867> Acesso: 13/12/2023

MUNANGA, Kabengele. Antropologia africana. Mito ou realidade? *Revista de Antropologia*, v. 26, p. 151-156, 1983. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111048> Acesso: 13/12/2023

MUNANGA, Kabengele. Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas, in SILVA, Petronilha; SILVÉRIO, Valter (org.). *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, pp. 115-128. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/educacao_acoes_afirmativas.pdf Acesso: 13/12/2023

NOGUEIRA, Renato. Afrocentricidade e Educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado. In: Revista África e Africanidades Ano 3 n. 11 Novembro 2010. Disponível em: https://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/01112010_02.pdf Acesso:13/12/2023

PASSOS, Almerison Cerqueira. O bullying escolar no Brasil: reflexões gendradas e a emergência de olhares interseccionais. REBEH v.2 n.6, 2019. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/227> Acesso: 13/12/2023

Nome da Disciplina: História da Educação nos países da integração	Carga-Horária: 60h
<p>Ementa: A história da educação nos países da integração UNILAB. Os processos educativos seculares na África, na CPLOP e na Diáspora. A história da educação no contexto colonial e pós- colonial. A História e a História da Educação no concerto da CPLOP: pan-africanismo, negritude, quilombismo, poder negro, TEN, Frente Negra, Lei 10.639 e a História encruzilhada da África e da Diáspora. Histórico da Educação étnico racial no Brasil</p> <p>Bibliografia Básica: CABRAL, Amílcar. <i>Arma da Teoria</i>. Lisboa: Seara Nova, 1978. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/1980/arma/index.htm Acesso: 13/12/2023 CURTIN, P. D. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral. In: ZERBO, Joseph Ki (Ed.) <i>História Geral da África</i>. Metodologia e Pré-história da África. 2. Ed.rev. Brasília: UNESCO, 2010 p.1v DAVISON, Basil A.; ISSACMAN, Allen F.; PÉLISSIER, René. Política e Nacionalismo nas Áfricas Central e Meridional. In: BOAHEN, Adu (Ed.) <i>História Geral da África: História Geral da África, África sob dominação colonial, 1880-1935</i>. 2ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p787-832.7v GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento Negro e Educação. Revista Brasileira de Educação, n. 15, set./out./nov./dez., 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8rz8S3Dxm9ZLBghPZGKtPjv/?format=pdf&lang=pt Acesso: 13/12/2023 RIBEIRO, Matilde. Políticas de promoção da igualdade racial: impulso às ações afirmativas e à educação étnico-racial. Revista Pedagógica, Chapecó, v.16, n.33, p. 109-126, Jul./Dez. 2014. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/2845 Acesso: 13/12/2023</p> <p>Bibliografia Complementar CUNHA Jr, Henrique. <i>Ntu. Introdução ao pensamento filosófico Bantu</i>. In: Revista Educação em Debate. v.59. ano 32. Fortaleza>Editora UFC, 2010.p.81-92. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15998/1/2010_art_hcunhajunior.pdf Acesso: 13/12/2023. GAJARDO, Marcela. Ivan Illich. Recife: Editora Massangana, 2010. 150 p. (Coleção Educadores). Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=205229&co_midia=2. Acesso em: 01 mar. 2024. RODRIGUES, Casimiro Jorge Simões. As vicissitudes do sistema escolar em Moçambique na 2.ª metade do Século XIX – hesitações, equilíbrios e precariedades. Doutorado em História. História de África, Lisboa, 2007. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/handle/10451/547 Acesso: 13/12/2023 SAVIANI, Demerval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/1356 Acesso: 13/12/2023. SAVIANI, Demerval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382 Acesso: 13/12/2023.</p>	

Nome da Disciplina: Fundamentos Teóricos e Práticos da Capoeira, Samba e Ensino de Ginga.	Carga-Horária original: 90h
<p>Ementa: As origens africanas da capoeira e do samba. Estudo das interlocuções entre samba, capoeira e manifestações culturais africanas da África e da Diáspora. A Ginga como elemento de navegação social na capoeira e na vida. Ginga, movimento, espaço e corpo. A capoeira e o samba e a polissemia entre a dança, a</p>	

luta, o teatro e o jogo. Expressões da Cosmovisão Africana na Capoeira: Circularidade, Sacralidade, senhoridade, Mestria, Oralidade, Musicalidade, Transversalidade, Alacridade, Brincadeira, Iniciação, Segredo, comunalidade. Identidade e gênero, na capoeira e no samba. Perspectivas historiográficas, éticas e estéticas da capoeira, samba e da ginga. Desdobramentos pedagógicos da capoeira e do samba para a Educação Escolar nos países da Integração. Laboratório de prática e compreensão da filosofia da capoeira e do samba para a educação no contexto dos países da integração.

Bibliografia Básica:

ABIB, P. R. J. **Capoeira Angola**: cultura popular e o jogo dos saberes na roda. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 12, n. 1, p. 171–176, 2006. DOI: 10.20396/resgate.v12i13.8645622. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645622>. Acesso em: 4 mar. 2024.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig, e Luiz Renato Vieira. “Mitos controversias e fatos: construindo a História da capoeira”, Revista Estudos Afro-asiáticos, 34: 81-121, 1998. Disponível em: beribazu.files.wordpress.com Acesso: 12/12/2023.

SODRÉ, Muniz. Samba, o dono do corpo. Rio de Janeiro: Codrecri, 1979

Bibliografia complementar:

ABIB, Pedro Rodolpho Jungers; CASTRO, Luís Vitor; SOBRINHO, José Sant’anna. Capoeira e os diversos aprendizados no espaço escolar. Revista Motrivivência nº 14, ano XI, Florianópolis: Ed da UFSC, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/5169> Acesso: 13/12/2023.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. Capoeira identidade e gênero: Ensaio sobre a história social da capoeira no Brasil. Salvador: UFBA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/126/3/Capoeira%20identidade%20e%20genero.pdf> Acesso: 13/12/2023.

SODRÉ, Muniz. Mestre Bimba: corpo de mandinga. Rio de Janeiro: Manati, 2002.

TAVARES, Júlio. Educação através do corpo. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 25. Rio de Janeiro, 1977. pp. 216- 221. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat25_m.pdf Acesso: 13/12/2023.

TINHORÃO, José Ramos. Pequena história da música popular brasileira. Petrópolis: Vozes, 1974.

VIANNA, Hermano, 1995, O Mistério do Samba. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Nome da Disciplina: Psicologia Afrocentrada da Educação, do Desenvolvimento e da Aprendizagem

Carga-Horária: 90h

Ementa: Fundamentos da Psicologia Afrocentrada na Educação: o Desenvolvimento e a Aprendizagem a partir dos conceitos de pessoa, da noção de Tempo – Corpo e das relações entre rituais de iniciação (nascimento e morte), sacralidades e saberes ancestrais. A Psicologia Afrocentrada e suas possíveis relações com os conceitos da Psicogênese da Pessoa Completa de Henri Wallon, a Teoria da Psicologia Genética de Jean Piaget e da Teoria Sociocultural de Vygotsky. A Psicologia Afrocentrada e a Educação para as relações étnico-raciais na Escola.

Bibliografia Básica:

BENDO, M. D. L. Tchikumbi - Ritual de Iniciação Feminina: Relações de Poder entre Homem e Mulher em Cabinda, Angola. UNILAB. Monografia de Conclusão de Curso. São Francisco do Conde, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/xmlui/handle/123456789/1651?show=full> Acesso: 13/12/2023.

BENTO, M. A.; CARONE, I. Psicologia Social do Racismo - Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

DIOP, Cheikh Anta. A Unidade Cultural da África Negra. Esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica. Coleção: Rer África. Portugal: Pedagogo, 2014. FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas; tradução de Renato da Silveira. 1 ed. Salvador : Edufba, 2008. Tradução de: Peau noire, masques blancs. 194 p.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A noção de pessoa na África Negra. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html> Acesso: 07 jun. 2022.

MENDES, V. V. Rituais de Iniciação do Povo Manjaco da Guiné-Bissau: Adivinho/Napene e Régulo/Namantch. UNILAB. Monografia de Conclusão de Curso. São Francisco do Conde, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/716> Acesso: 13/12/2023.

NOGUEIRA, Simone Gibran. **Psicologia crítica africana e descolonização da vida na prática da capoeira Angola**. 2013. 235 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17017>. Acesso em: 01 mar. 2024.

Bibliografia Complementar

BERTINI, F.M.A. O Compromisso Ético-Político do Ensino de Psicologia na UNILAB. In: UNILAB 10 anos: Experiências, Desafios e Perspectivas de uma Universidade Internacional com a África e Timor-Leste no interior da Bahia e do Ceará – volume I. Disponível em: <https://unilab.edu.br/2021/08/30/e-books-unilab-10-anos-experiencias-desafios-e-perspectivas-de-uma-universidade-internacional-com-a-africa-e-o-timor-leste-no-interior-da-bahia-e-do-ceara/> Acesso: 13/12/2023.

Conselho Federal de Psicologia (Brasil). Psicologia brasileira na luta antirracista: volume 1. Disponível: <https://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-brasileira-na-luta-antirracista-volume-1/> Acesso: 13/12/2023.

Conselho Federal de Psicologia e Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. — Brasília: CFP, 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/cfp/comissao-de-direitos-humanos/> Acesso: 13/12/2023.

Conselho Federal de Psicologia (Brasil). Psicologia brasileira na luta antirracista: Prêmio Profissional, volume 2. Conselho Federal de Psicologia e Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. — Brasília: CFP, 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-2-luta-antirracista-final.pdf> Acesso: 13/12/2023.

Dossiê Temático "Psicologia e Relações Raciais: Questões Epistêmicas e Embates Sociais" V. 16 N. Edição Especial (2023): Revista Da ABPN | Setembro - 2023. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/issue/view/58> Acesso: 13/12/2023.

GUZZO & LACERDA. Psicologia Social para a América Latina – o resgate da Psicologia da Libertação. Campinas: Ed Alínea, 2009, p. 199-220

NOBLES, W. Sakh Sheti – retomando um foco psicológico afrocentrado. In: E. L. Nascimento: Afrocentricidade: uma abordagem inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 277-298.

DIAS, Carlos Amaral. Subsídios para a compreensão de alguns aspectos do Ideal do Eu da criança africana. Disponível em: https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/1936/1/1978_4_57.pdf Acesso: 13/12/2023.

12.2 4º Semestre

Nome da Disciplina: Organização da Educação Básica nos países da integração

Carga-Horária: 60h

Ementa: Abordagem dos novos paradigmas da educação básica a partir dos sistemas de ensino dos países da integração UNILAB. Os contextos, as relações étnico-raciais e de gênero na análise organizacional da

educação básica nos países da integração. A relação do sistema interno, o curricular, a sistematização do conhecimento e a organização das unidades escolares e das redes de ensino. A relação organização básica, os sistemas técnicos e científicos informacionais e a globalização. Legislação Educacional. Laboratório de Práticas

Bibliografia Básica:

AGUIAR, M. Â. **A formação do profissional da educação no contexto da reforma educacional brasileira.** In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). *Supervisão educacional para uma escola de qualidade.* 2ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL, **Lei nº10639 de 9 de janeiro de 2003.** Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. MEC/SECAD. 2005.

CURY, C. R. J. . **A Educação Básica no Brasil.** Educação e Sociedade. v. 23, p. 169- 201, 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/Hj6wG6H4g8q4LLXBcnxRcxD/abstract/?lang=pt> Acesso: 13/12/2023.

OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. **Infância, raça e "paparicação".** Educ. rev., Belo Horizonte , v. 26, n. 2, p. 209-226, Aug. 2010 . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/vg5K7QqcXTm9ZRfsW9WVgvj/abstract/?lang=pt> Acesso: 13/12/2023

Bibliografia Complementar:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 52. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GENTILI, Pablo. **O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina.** Educ. Soc., Campinas , v. 30, n. 109, p. 1059-1079, dez. 2009 . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/7CLbgjQSMbW6hX7T9wbQ4mn/abstract/?lang=pt> Acesso: 13/12/2023.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf Acesso: 13/12/2023

CAVALLEIRO, Eliane. **Do Silêncio do lar, ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo: Contexto, 2000.

PARO, Vitor Henrique. **Trabalho docente na escola fundamental: questões candentes.** Cad. Pesqui., São Paulo , v. 42, n. 146, p. 586-611, ago. 2012 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742012000200014&lng=pt&nrm=iso. Acesso: 13/12/2023.

PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. **Cotidiano e escola: a obra em construção.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 206

Nome da Disciplina:

Língua brasileira de sinais – LIBRAS

Carga-Horária: 60h

TE - 45|PR - 15|EX - 15|T - 75h

Ementa: A Libras e sua história. A cultura da Libras e a educação dos surdos. Parâmetros e traços linguísticos da Libras. Os sujeitos surdos, sua história, sua identidade e sua cultura. O Alfabeto datilológico. Expressões não-manuais. Classificadores. Vocabulário da Libras em contextos diversos. O estudo da língua de sinais nos países da integração. Laboratório em língua de sinais.

Bibliografia Básica:

CAPOVILLA, Fernando C.; RAPHAEL, Walkyria D.; MAURÍCIO, Aline Cristina L. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira, baseado em linguística e neurociências cognitivas.* NOVO Deit-Libras: 3. ed., rev. ampl. São Paulo: EDUSP, 2015. v. 1 *(2 ex)

SOUZA, Tanya Amara Felipe de. *Libras em Contexto: curso básico.* Brasília: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: <http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/libras-contexto-estudante.pdf> Acesso: 13/12/2023.

LIRA, Guilherme de Azambuja e SOUZA, Tanya Amara Felipe de. *Dicionário Digital da Língua Brasileira de Sinais Versão 2.0 – 2005.* Disponível em: https://www.ines.gov.br/dicionario-de-libras/main_site/libras.htm Acesso: 13/12/2023.

Bibliografia Complementar:

DALLAN, S. S. *Signwriting: sistema escrito para língua de sinais.* 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2010-pdf/7106-fasciculo-4-pdf> Acesso: 13/12/2023.

DUBOC, Maria José. *Formação do professor, inclusão educativa: uma reflexão centrada no aluno surdo*. Sitientibus, Feira de Santana, n° 31, p119-130, jul/dez, 2004. Disponível em: <https://ojs3.uefs.br/index.php/sitientibus/article/download/7931/6528> Acesso: 13/12/2023.

KLEIMAN, Ângela (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 2012. 294 p. (Coleção Letramento, educação e sociedade).

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir B. *Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

SACKS, Oliver. *Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

Nome da Disciplina:

Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva nos países da integração

Carga-Horária original:

TE - 36|PR - 12|EX - 12|T - 60h

Ementa: Conceitos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Marcos político- legais da educação especial no âmbito nacional e internacional. Fundamentos histórico- filosóficos e social da educação especial. Escola comum inclusiva e a mediação pedagógica: Atendimento Educacional Especializado – AEE. Recursos pedagógicos acessíveis para inclusão escolar: orientação e mobilidade, desenho universal e acessibilidade espacial, comunicação alternativa, tecnologia assistiva, livro e informática acessível.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Marcos Político - Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília. MEC/SEESP, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2010-pdf/6726-marcos-politicos-legais> Acesso: 13/12/2023.

SANTOS, Maria Terezinha da C Teixeira. Edilene Aparecida (et all.). *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 1. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2010-pdf/7103-fasciculo-1-pdf> Acesso: 13/12/2023.

BERSCH, Rita e SCHIRMER, Carolina. *Tecnologia Assistiva no Processo Educacional*. In: Ensaio Pedagógico - Construindo escolas inclusivas. 1ª. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos.pdf> Acesso: 13/12/2023.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília. MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf> Acesso: 13/12/2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Fávero, Eugênia A. G.; Pantoja, Luísa de M. P.; Montoan, Maria T. E. *Atendimento Educacional Especializado. Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas*. Brasília: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select action=&co obra=174307&co midia=2> Acesso: 13/12/2023.

FIGUEIREDO, Rita V. POULIN, Jean-Robert, GOMES, L. Adriana. *Atendimento Educacional Especializado do aluno com deficiência intelectual*. São Paulo: Moderna, 2010. Disponível em: https://gedh-uerj.pro.br/wp-content/uploads/tainacan-items/954/5095/2010_MEC_Seesp_Atendimento_Educacional_Especializado_Aluno_Deficiencia_Intelectual_completo.pdf Acesso: 13/12/2023.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Nome da Disciplina:

Educação, gênero e sexualidade nos países da integração

Carga-Horária: 60h

Ementa: Análise crítica dos estudos clássicos na Antropologia sobre o lugar das relações de gênero em sociedades tribais e complexas na África. Estudo com foco nos países da integração: das relações entre educação, práxis pedagógica, gênero e sexualidades humana. Interseccionalidade: relação gênero, raça e classe social. As questões de gênero e sexualidades em práticas da educação formal, informal e não formal, principalmente aquelas relativas ao sexismo e a homofobia, que transitam com propriedade nas atividades educativas e educam crianças, jovens, adultos e velhos sob o viés do preconceito e da produção da

desigualdade. Promover debates sobre como se produzem as identidades e diferenças sexuais e de gênero dos sujeitos envolvidos nas relações escolares, enfatizando-se igualmente suas intersecções com questões de classe, raciais e geracionais. Feminismo negro e sexualidades. Laboratório de Práticas pedagógicas de educação em gênero e sexualidades.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travesti na escola: assujeitamento e/ou resistência à ordem normativa*. Tese de Doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131976/tese%20Luma%20Andrade.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso: 13/12/2023.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade*. 5ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.

_____. *Corpos que pesam*. In: LOURO, Guacira. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. (Digitalizado). Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30353576.pdf> Acesso: 13/12/2023.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena B. *Juventudes e Sexualidade*. Brasília: UNESCO, 2004. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133977> Acesso: 13/12/2023.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade do saber*. 10ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. v.1, cap. 3, p. 53-78.

Bibliografia Complementar:

LOURO, Guacira. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Organizado por Guacira Lopes Louro, Jane Felipe Neckel, Silvana Vilodre Goellner. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. (Digitalizado).

_____. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004..

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. Coleção Educação para todos. Disponível:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=171385 Acesso: 13/12/2023.

RODRIGUEZ, Manuela. *Travestis buscando axé: Gênero e sexualidade em religiões de matriz africana na Argentina*. Disponível em:

<https://www.antropologiadelcuerpo.com/index.php/publicaciones/publicacionesarticulos/73-cuerpo-y-performan-ce-afroamericanas/550-travestis-buscando-axe-genero-e-sexualidade-em-religioes-de-matriz-africana-na-argentina> Acesso: 13/12/2023.

Estudos Feministas. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. v. 16, n. 3, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Por un feminismo afrolatinoamericano. *Isis: an international review devoted to the history of science and its cultural influences* 9: 133-141, 1988. Disponível em:

<http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/24-textos-das-autoras/1445-lesia-gonzalez-por-um-feminismo-afro-latino-americano> Acesso: 13/12/2023.

KERNER, Ina. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. *Novos Estudos Cebrap* 93: 45-58, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/xpdJwv86XT8KjcpvkQWHKCr/> Acesso: 13/12/2023.

Bibliografia Suplementar:

GRUBITS, S.; ALMEIDA, L.P. *Mulheres Indígenas: guardiãs da tradição*. Disponível em:

http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/517.%20mulheres%20ind%CDgenas.pdf. Acesso: 13/12/2023.

PASSADOR, Luiz Henrique; THOMAZ, Omar Ribeiro. *Raça, sexualidade e doença em Moçambique*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n1/a14v14n1> Acesso: 13/12/2023.

PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFÓBIA. *Programa brasileiro para o combate à violência e à discriminação contra GLBTs e promoção da cidadania de homossexuais*. CNCD-SEDH/ Programa Nacional de Direitos Humanos II. Brasília: PNDHII, 2002. Disponível em:

https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf Acesso: 13/12/2023.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. *Que mulher é essa? Uma encruzilhada identitária entre travestis e transexuais*. Disponível em:

http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/91.%20que%20mulher%20%C9%20essa.pdf Acesso: 13/12/2023.

PRECIADO, Beatriz. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa, 2008. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000100021/18411> Acesso: 13/12/2023.

Nome da Disciplina: Literatura Negra e Educação: poéticas e práticas afro centradas

Carga-Horária: 60h

Ementa: Análise e reflexão epistemológica da produção de intelectual de escritoras (es) negras (os) brasileiras, quilombolas, africanas e norte americanas, valorização e disseminação das narrativas, mitos, fábulas, contos e demais expressões da literatura negra, afro-brasileira e africana nas práticas educativas em sala de aula. Pensar potencialidades pedagógicas das diversas expressões da literatura negra, quilombola, africana e afro-brasileira para as práticas educacionais.

Bibliografia Básica:

EVARISTO, Conceição; et al. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. In: Maria Nazareth Soares Fonseca; Terezinha Taborda Moreira. (Org.). *Literatura Scripta* - Vol. 13 - no. 25. 1ed. Belo Horizonte: Editora Pucminas. 2009, v. 1, p. 17-31. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/issue/view/298> Acesso: 15/12/2023

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7395422/mod_resource/content/1/GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf Acesso: 15/12/2023

OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro. **Narrativas de Thereza Santos – Contribuições para a educação das relações étnico-raciais**. 2009. 145 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2474/2375.pdf?sequence=1&isAllo> Acesso: 15/12/2023

RATTS, Alex (Org.). **Beatriz Nascimento: Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4415162> Acesso: 15/12/2023

Bibliografia Complementar:

BEATA DE YEMONJÁ, Mãe. **Caroço de dendê: A sabedoria dos terreiros: como ialorixás e babalorixás passam seus conhecimentos a seus filhos**. 2ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Editora Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2015. Disponível em:

<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/Grupo%20de%20Estudos/7.%20EVARISTO,%20Conceição%20-%20Olhos%20dagua.pdf> Acesso: 15/12/2023.

HOOKS, Bell. **Intelectuais negras**. *Revista de Estudos Feministas*. n. 2, 1995, p. 1-15. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465> Acesso: 15/12/2023.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo, Ed. Ática- 10ª. Ed., 2014. Disponível em:

<https://dpid.cidadaopg.sp.gov.br/pde/arquivos/1623677495235~Quarto%20de%20Despejo%20-%20Maria%20Carolina%20de%20Jesus.pdf.pdf> Acesso: 15/12/2023

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/tr49xkpJ8pg5XNdwsRbVddf/?format=pdf> Acesso: 15/12/2023

Bibliografia Suplementar:

SOUSA, Noémia de. **Sangue Negro**. Série Vozes da África. São Paulo: Editora Kapulana, 2016. Disponível em: <https://www.elfikurten.com.br/2015/07/noemia-de-sousa.html> Acesso: 15/12/2023

VERGER, Pierre. *Lendas Africanas dos Orixás*. Salvador: Corrupio, 1997.

12.3 5º Semestre

Nome da Disciplina: Didática nos Países da Integração

Carga-Horária: 90h

Ementa: Descolonização do ensino e da aprendizagem. Didática, ciências da educação, instrução e ensino. Identidade docente. Os processos de ensino e de aprendizagem e os desafios do cotidiano escolar e do ritual da aula nos países da integração. A docência e seus saberes especializados. Planejamento, execução e avaliação do processo de ensino e de aprendizagem. Transposição didática. Pesquisas, Práticas e reflexões sobre o ensino e a aprendizagem nos demais países da integração: Diretrizes Curriculares, Programas de ensino. Planejamentos educacionais; valorização da cosmovisão africana nas escolas em África. Colonização/descolonização do processo de ensino e aprendizagem. Avaliação Educacional. Material didático.

Bibliografia Básica:

ABRAMOWICZ, Anete (Org.). **Educação como prática da diferença**. Campinas (SP): Autentica, 2006.
 FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
 ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre. Artes Médicas Sul 1998

Bibliografia Complementar:

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

Nome da Disciplina: Educação Escolar Quilombola	Carga-Horária: 60h
<p>Ementa: Conceitos de Quilombos e de comunidade quilombola: características gerais. O conceito de território aplicado às comunidades quilombolas: exemplos concretos. Contextualização histórica do surgimento da educação escolar quilombola, como reivindicação dos Movimentos Negros e dos Movimentos Quilombolas. Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Quilombola. Desdobramento didático-pedagógico para o trabalho escolar em comunidades quilombolas, na perspectiva do princípio ubuntu (troca efetiva). Laboratório de práticas pedagógicas de criação de dispositivos didáticos para implementação da educação escolar quilombola. Produção didática quilombola.</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>PETIT, Sandra Haydée; SILVA, Geranilde Costa e. (orgs.). <i>Africanidades Caucaenses: Saberes, conceitos e sentimentos</i>. Fortaleza: UFC, 2013. ASSANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Org.). <i>Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora</i>. São Paulo: Selo Negro, 2009.</p>	

Nome da Disciplina: Educação Infantil nos países da integração	Carga-Horária 90h:
<p>Ementa: Infância e educação nos países da integração: concepções, políticas e práticas. A construção social da criança negra e não negra. O processo de alfabetização. Estudos e análise crítica da prática docente e da gestão em creches e escola de educação infantil. Literatura infantil nos países da integração. Observação, participação no planejamento, docência e avaliação do processo ensino aprendizagem na educação infantil. Práticas lúdicas e diversidade cultural nos países da integração. Estudos decoloniais sobre infância.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <p>DALLA ZEN, Maria Isabel H. (org). Alfabetizar: fundamentos e práticas. 2ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. DEVRIES, Rheta. A ética na Educação Infantil. Porto alegre: Artes Médica, 1998. Referencial Curricular de Educação Infantil. FAZZI, Rita de Cássia. O drama racial de crianças brasileiras - Socialização entre pares e preconceito. Rio de Janeiro: Autêntica Editora.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. Educação Infantil: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 2000.</p>	

FARIA, Ana Lucia Goulart de (org.). **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças**. São Paulo: Autores Associados, 2002.
TEBEROSKY, Ana; FERREIRO, Emília. **Psicogênese da Língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Nome da Disciplina: Metodologia de Pesquisa em Educação nos países da integração

Carga-Horária: 60h

Ementa: Didática da pesquisa étnico-racial e das relações África - Diáspora. A renovação das disciplinas a partir da África, da Diáspora e do estudo das relações étnico-raciais e de gênero. Elaboração de conceitos, teorias e dispositivos de pesquisa compatíveis com as especificidades culturais dos países da integração. Importância das implicações do/a educador/a-pesquisador/a na perspectiva da “porteira de dentro”: memorial do/a pesquisador/a e outros dispositivos como ferramentas de análise das implicações. Desdobramento dos princípios africanos de ubuntu e transversalidade: Integração ensino, pesquisa e extensão pela intervenção formadora: Estudo e pesquisa da África e da Diáspora associando os níveis experimentais da prática pedagógica, com o território teórico da pesquisa acadêmica. Exemplos da sociopoética, pesquisa-ação e abordagens da afrodescendência. Preparo à realização da monografia do curso: prática do memorial do e da iniciante.

Bibliografia Básica:

CUNHA Jr, Henrique. **Afrodescendência e espaço urbano**. In: CUNHA Jr e RAMOS, Maria Estela Rocha (orgs.): *Espaço Urbano e Afrodescendência: estudos da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas*. Fortaleza, Ed. UFC, 2007, p. 62-87.
CUNHA Jr, Henrique. **Cultura Afrocearense**. In: CUNHA Junior, Henrique; SILVA, Joselina da; NUNES, Cícera (orgs.). *Artefatos da Cultura Negra no Ceará*. Fortaleza: edições UFC, 2011.

Bibliografia complementar:

SODRÉ, Muniz: *Reinventando a Educação: diversidade, descolonização e redes*. Petrópolis: Vozes, 2012.

Bibliografia suplementar:

ASSANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.
MAIA LIMA, Luis Fernando; MAROLDI, Alexandre Masson; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA. Revista Ibero-americana de estudos em Educação v13.n3.2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10211/7545#citations> Acesso: 17/12/2023.

Nome da Disciplina: Fundamentos da Gestão Educacional nos países da integração

Carga-Horária: 60h

Ementa: Gestão dos sistemas de educação: concepções, bases teóricas e político-ideológicas. Influências das políticas internacionais do grande capital na administração e no financiamento da educação escolar dos países da integração. Aportes legais sobre financiamento da educação (fundos, programas e procedimentos de financiamento da gestão da educação e da escola). Leis de responsabilidade fiscal no Brasil. Estudo na perspectiva dos países da integração: direito à educação; ações afirmativas, autogestão educacional e escolar; administração e gestão educacional/escolar; Gestão Democrática Escolar, Gestão por Resultados e Autogestão nas escolas itinerantes (escolas do Movimento dos Sem-Terra). Educação Escolar formal e comunitária dos países da integração da Unilab; gestão comunitária; organismos colegiados e mecanismos de participação direta na gestão educacional e escolar; dimensões político-pedagógicas da gestão educacional e escolar: administrativa, financeira, patrimonial (material e imaterial), de pessoal e pedagógica. Laboratório de diagnóstico da atual gestão educacional/escolar nos países da integração

Bibliografia Básica:

HELOANI, R. *Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.
FERREIRA, Naura C. (org.) *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia Complementar

CORREA, Bianca Cristina; Teise Oliveira Garcia (orgs.). *Políticas Educacionais e organização do Trabalho na escola*. São Paulo: Xamã, 2008.

ARENDT, H. “A crise na educação”. In: ARENDT, A. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo; Editora Perspectiva, 1992. (Coleção Debates, n.64)

LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão da escola: teorias e práticas*. 5 ed., revisada e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

VEIGA, I.P.A.; FONSECA, M. (orgs.). *As dimensões do projeto político-pedagógico*. 3 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

VIÉGAS, L.S. & ANGELUCCI, C.B. *Políticas públicas em Educação: uma análise crítica a partir da Psicologia Escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

12.4 6º Semestre

Nome da Disciplina: Afro-letramento e Bilinguismo na Educação Básica nos países da integração	Carga-Horária: 90h
<p>Ementa: Afro-Letramento e Bilinguismo na Educação Básica nos Países da Integração: “A Educação para as Relações Étnico-Raciais para o cumprimento das Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08; o Afroletramento como linguagem pedagógica na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; a Literatura Infantil africana e afro-brasileira como ferramenta para o ensino e a prática da alfabetização, letramento, do bilinguismo e do Afroletramento em Línguas Maternas nos países da integração da Unilab, os PALOPs e o Timor Leste; o ensino da língua portuguesa como língua oficial nos PALOPs e Timor Leste, e a problemática nos cenários linguísticos, culturalmente e politicamente diversos; as políticas públicas e o ensino de línguas e o Bilinguismo em escolas públicas presentes em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Laboratório de práticas e aprendizagens de linguagens nos países da integração da Unilab”;</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <p>MARTINS, Aracy Alves; GOMES, Silvestre Filipe; CÁ, Virgínia José Baptista. Letramento (s)/alfabetização em contextos multilíngues de Angola e Guiné-Bissau. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 32,n. 04, p. 391-412. Outubro - Dezembro, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/56ZJzJ9jzcfjrv67pmdQvWL/?lang=pt&format=pdf Acesso: 17/12/2023.</p> <p>MENEZES, Leonarda Jacinto José Maria. O letramento bilíngue em Moçambique: considerações preliminares. Disponível em: http://docplayer.com.br/7317884-Oletramento-bilingue-em-mocambique-consideracoes-preliminares.html Acesso: 17/12/2023.</p> <p>NOBRE, Alena Pimental Mello. A relação Bilinguismo-cognição no processo de alfabetização e letramento. Disponível em: http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/386. Acesso: 17/12/2023.</p> <p>ROJO, Roxane. Alfabetização e letramento. Campinas: Mercado das Letras, 1998.</p> <p>SOARES, Magda Becker. Alfabetização e Letramento. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFGM, 2005. 64 p. - (Coleção Alfabetização e Letramento) ISBN: 85-99372-03-3. Disponível em: https://orientaeducacao.files.wordpress.com/2017/02/col-alf-let-01-alfabetizacao_letramento.pdf Acesso: 17/12/2023.</p> <p>SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento: as muitas facetas. São Paulo: Contexto, 2017b. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRxrZk/?format=pdf&lang=pt Acesso: 17/12/2023.</p> <p>GOMES, Silvestre Filipe. Relações entre língua oficial e línguas locais na escola: como as crianças de aldeias de Cabinda/Angola aprendem o português e em português. 2014. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - FAE - UFGM, Belo Horizonte. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-9N5LDM. Acesso: 17/12/2023.</p> <p>MARTINS, Aracy Alves. Ensinar qual língua, em países de colonização portuguesa? Tensões do ensino de línguas em Cabo Verde. Disponível em: https://www.semanticscholar.org/paper/Ensinar-qual-L%C3%ADngua%2C-em-Pa%C3%ADses-de-Coloniza%C3%A7%C3%A3o-no-de-Martins/95236e8ea14b9882f02d0f8f79847bfd5c352ca8 Acesso: 17/12/2023.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>CÁ, Virgínia José Baptista. Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso de Guiné-Bissau. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - FAE - UFGM, Belo Horizonte. FERREIRO, Emília. Reflexões sobre a alfabetização. São Paulo: Cortez, 1991. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-9XCK5W Acesso: 17/12/2023.</p> <p>KLEIMAN, Angela. (Org.). Os significados do letramento. Campinas - SP: Mercado das Letras, 1995.</p> <p>ROJO, Roxane. Multiletramentos na Escola. São Paulo: Parábola, 2012. Disponível em: https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/download/102/131 Acesso: 17/12/2023</p> <p>SILVA, Geranilde Costa e. Letramento Afro: Quebrando o silencio... tratando de racismo anti-negro e de religiosidade em sala de aula. In: CASTRO, Onireves M. de; SILVA, Jorgevaldo de S.; ARRAIS, Nazareth de L. Perspectivas para o ensino de Língua Portuguesa e Literatura no Ensino Fundamental II. Campina Grande: EDUFCG, 2015. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~profletras/images/pdf/Ebook.pdf Acesso: 17/12/2023.</p>	

- RAMOS, Jéssica Rita Peixoto. **O AFROLETRAMENTO COMO LINGUAGEM ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE BARREIRA, CEARÁ.** Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. 2023.
- ALBUQUERQUE, Eliza Távora de; MENDES, Afonso José; OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro. **EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: PRÁTICAS EDUCATIVAS DOS/AS PROFESSORES/AS DO MACIÇO DE BATURITÉ,** ISSN: 23589825. 2019 Disponível em: <http://semanauniversitaria.unilab.edu.br/submissao/gerarTrabalho.php?idTrabalho=2390> Acesso: 17/12/2023
- NASCIMENTO, Elisabeth. **Afroletramento Docente.** Universidade Candido Mendes Disponível em: http://alb.org.br/arquivo-morto/portal/5seminario/PDFs_autores/Elisabete_Nascimento.pdf Acesso: 17/12/2023.
- CONCEIÇÃO, Camila da; NASCIMENTO, M. Gardiene Silva; SILVA, Rosângela Ribeiro da. **A REINVENÇÃO ESCOLAR E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS NAS REGÊNCIAS PARA O AFROLETRAMENTO NA ESCOLA MUNICIPAL SEBASTIÃO JOSÉ BEZERRA NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19.** In.: Programa Residência Pedagógica na Unilab: formação docente e trabalho educativo em tempos da Pandemia de Covid-19 [recurso eletrônico] / Elisangela André da Silva Costa; Ana Paula Rabelo; Rosângela Ribeiro da Silva; Roberto Kennedy Gomes Franco (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/560unilab> Acesso: 17/12/2023.
- GOMES, Karolyne Oliveira; EVANGELISTA, Ana Cláudia Gonçalves; GOUVEIA, Adeline de Lima; SILVA, Rosângela Ribeiro; OLIVEIRA, Evaldo Ribeiro. **DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO PERÍODO PANDÊMICO: O USO DA GEOGRAFIA COMO DISPOSITIVO POTENCIALIZADOR DO AFROLETRAMENTO.** In.: Programa Residência Pedagógica na Unilab: formação docente e trabalho educativo em tempos da Pandemia de Covid-19 [recurso eletrônico] / Elisangela André da Silva Costa; Ana Paula Rabelo; Rosângela Ribeiro da Silva; Roberto Kennedy Gomes Franco (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/560unilab> Acesso: 17/12/2023
- KLEIMAN, Angela B. (Org.). **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola.** In: Kleiman, Angela. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.** Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 15-61. Disponível em: <https://www.mercado-de-letras.com.br/resumos/pdf-15-08-16-19-55-49.pdf> Acesso: 17/12/2023.
- _____. **LETRAMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA.** Signo. Santa Cruz do Sul, v. 32 n 53, p. 1-25, dez, 2007. Disponível em: http://w3.ufsm.br/desireemroth/images/stories/LETRAMENTO_E_SUAS_IMPLICAES_PARA_O_ENSINO_DE_Lngua_materna.pdf Acesso: 17/12/2023.
- GAYDECZKA, Beatriz, KARWOSKI, Acir Mário. **Pedagogia dos Multiletramentos no ensino de Língua portuguesa.** Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/15301> Acesso: 17/12/0223.
- VIANNA, Carolina Assis Dias; SITO, Luanda; VALSECHI, Marília Curado; PEREIRA, Sílvia Letícia Matievicz. Do Letramento Aos Letramentos: Desafios Na Aproximação Entre Letramento Acadêmico E Letramento Do Professor. In: **Significados e ressignificações do letramento** : desdobramentos de uma perspectiva sociocultural sobre a escrita / Angela B. Kleiman, Juliana Alves Assis, (organizadoras). – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2016. Disponível em: <https://www.mercado-de-letras.com.br/resumos/pdf-15-08-16-19-55-49.pdf> Acesso: 17/12/2023.

Nome da Disciplina: Estágio em Educação Infantil	Carga-Horária: 105h
<p>Ementa: Compreender a realidade escolar na educação infantil. Observação, planejamento, execução, registro e avaliação de atividades pedagógicas em contextos institucionais de cuidado e educação de crianças pequenas. Elaboração de propostas pedagógicas para Educação Infantil. Propostas decoloniais.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <p>FARIA, A. L. G. de e SILVA, L. L. M. da. <i>Culturas infantis em creches e pré-escolas: estágio e pesquisa.</i> Campinas: Autores Associados, 2011.</p> <p>LIMA, M. S. L. <i>A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionando e ação docente.</i> Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001. (pp. 66-80).</p> <p>GOMES, Marineide de Oliveira. <i>Formação de Professores na Educação Infantil.</i> São Paulo: Cortez, 2009. (p.p.67-82).</p> <p>Bibliografia Complementar:</p>	

ROSEMBERG, Fúlvia. **A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais.** In: BENTO, Maria Aparecida Silva. *Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais.* São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012.

FARIA, A.L.G. de; MELLO, S. A. (Org.). *Territórios da infância: linguagens, tempos e relações para uma pedagogia para as crianças pequenas.* (pp. 57- 83).

BARBOSA, M. Carmem Silveira; HORN, M. da Graça Souza. *Projetos pedagógicos na Educação Infantil.* Porto Alegre: Artmed, 2008. (p.p 53 - 84).

SILVA, L. C. e MIRANDA, M. I. *Estágio supervisionado e prática de ensino: desafios e possibilidades.* Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2008. (p.p. 85-113).

CHAVEIRO, Maylla Monnik Rodrigues de Sousa; MINELLA, Luzinete Simões Infâncias Decoloniais, Interseccionalidades e Desobediências Epistêmicas. *Cadernos de Gênero e Diversidade 2021 Vol 7 (1) págs. 99-117* Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/download/43661/24894>

Nome da Disciplina: Políticas educacionais curriculares e descolonização dos currículos nos países da integração

Carga-Horária: 60h

Ementa: Estudos das políticas educacionais e curriculares dos países da integração na perspectiva de descolonização curricular e política: Diretrizes educacionais; projetos de educação e projetos pedagógicos; política, planejamento, financiamento e legislação; Políticas étnico-raciais e educação; Currículos; Teorias curriculares e sociedade; Currículo e relação de poder; políticas curriculares; descolonização do currículo; curriculares decoloniais. Laboratório de práticas curriculares decoloniais e diagnósticos sobre políticas educacionais nos países da integração. (12 h/a) laboratório de prática.

Bibliografia Básica:

- CORAZZA, Sandra Mara. *O que quer um currículo?* Pesquisas pós-críticas em educação. Petrópolis, Vozes, 2001.
- CORREA, Bianca Cristina; Teise Oliveira Garcia (orgs.). *Políticas Educacionais e organização do Trabalho na escola.* São Paulo: Xamã, 2008.
- GOMES, Nilma Lino. *Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.* Currículo sem fronteiras, vol.12, n.1, pp. 98-109, jan/abr 2012. Disponível em <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em 13/04/2014
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo.* Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Introdução. Brasília: MEC, 2018.
- CASTIANO, José P. O Currículo Local como Espaço de Coexistência de Discursos: Estudo de caso nos Distritos de Bárue, de Sussundenga e da Cidade de Chimoio - Moçambique Revista e-Curriculum, vol. 1, núm. 1, dezembro, 2005, p. 0 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo, Brasil
- DA COSTA GOMES, Ana Cristina; RIBEIRO OLIVEIRA, Luciana. Currículo Negro, Asê e Sankofa: Perspectivas, Cotidianos e Valores Afro-civilizatórios. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 12, n. 32, p. 161-187, maio 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/889>>.
- MOREIRA, A. F; CANDAU, V. M. Currículo, Conhecimento e Cultura. In: Indagações Sobre Currículo: Currículo, Conhecimento e Cultura. Brasília: MEC; Secretaria de Educação Básica. (Org.). 2007.
- OLIVEIRA, E. R. DESCOLONIZANDO OS CURRÍCULOS E EDUCANDO AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: PESQUISAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS DE RAÍZES AFRICANAS. Revista ABPN. , v.13, p.18 - , 2021
- SILVA, M. R. da. (2016). TEORIA CURRICULAR E TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE: elementos para (re)pensar a escola. *InterMeio: Revista Do Programa De Pós-Graduação em Educação - UFMS, 14(28)*. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2491>

Bibliografia Complementar:

- COSTA, Marisa Vorraber (org.). *O Currículo nos limiares do contemporâneo.* 3ed. Rio de Janeiro DP&A, 2001.

SILVA, P. B. G. e. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Educação (Porto Alegre), v. 30, p. 489-506, 2007. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2745/2092>. Acessado em 18/07/2016

FERREIRA, Michele Guerreiro. Educação das relações étnico-raciais e prática curricular de enfrentamento do racismo na UNILAB. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2018.

MAZRUI, Ali A.; ADE AJAYI, J. F.; ADU BOAHEN, A.; TSHIBANGU, Tshishiku. Tendências da filosofia e da ciência na África. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Ed.). História geral da África VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

REGIS, Kátia Evangelista. Relações Étnico-Raciais e Currículos Escolares nas Teses e Dissertações em Educação (1987-2006): desafios da inclusão da cultura negra nas práticas escolares. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). v. 2, n. 5, p. 139-154, out. 2011. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/342>> .

SILVA, P. B. G. e. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Educação (Porto Alegre), v. 30, p. 489-506, 2007. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2745/2092>. Acessado em 18/07/2016

Nome da Disciplina: Ensino da Etnomatemática nos países da integração

Carga-Horária: 60h

Ementa: As contribuições africanas à história da Matemática. A geometrização na arte africana e o ensino da matemática. A Matemática em diferentes expressões da cultura africana e afro-brasileira. Laboratório de práticas em etnomatemática. Oficinas de Tendências em Educação Matemática na formação de professores que ensinam Matemática.

Bibliografia Básica:

D'AMBROSIO, Ubiratan. *Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

HALMENSCHLAGER, Vera Lucia da Silva. *Etnomatemática: uma experiência educacional*. São Paulo: Summus, 2001.

VERGANI, Teresa. *Educação Etnomatemática: o que é?* Natal, RN: Flecha do Tempo, 2007

ROQUE, Tatiana; CARVALHO, João Bosco Pitombeira de (Orgs.). *Tópicos de história da matemática*. Rio de Janeiro, RJ: SBM, 2012.

SANTOS, Luane Bento dos. Conhecimentos etnomatemáticos produzidos por mulheres negras trançadeiras. Revista da ABPN, online, v. 9, n. 22, p. 123–148, 2017. Disponível em:

<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/401>. Acesso em: 19 dez. 2023.

Bibliografia complementar:

ATTIÉ, João Paulo. *Jogos matemáticos da África*. São Cristóvão: Editora UFS, 2022. Disponível em: <https://www.livraria.ufs.br/produto/jogos-matematicos-da-africa/>. Acesso em: 6 jun. 2023.

CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. Geometria, geometrização e arte afro-islâmica. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 14, n. 34, p. 102–111, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24350>. Acesso em: 6 jun. 2023.

D'AMBROSIO, Ubiratan. *Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática*. 6. ed. São Paulo: Summus, 1986.

LORENZATO, Sergio. *Educação infantil e percepção matemática*. 2. ed. revista e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2006.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco; DINIZ, Maria Ignez de Souza Vieira; CÂNDIDO, Patrícia. *Brincadeiras infantis nas aulas de matemática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco; CÂNDIDO, Patrícia. *Figuras e formas*. Porto Alegre: Artmed, 2006

Bibliografia Suplementar:

BORBA, Marcelo de Carvalho; PENTEADO, Miriam. *Informática e educação matemática*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015

D'AMBROSIO, Ubiratan. *Transdisciplinaridade*. São Paulo: Palas Athena, 1997.

CUNHA JÚNIOR, Henrique Antunes. Afroetnomatemática, África e afrodescendência. *Revista Temas em Educação*. João Pessoa, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, v. 13, n. 01, p. 83-95, 2004. Disponível em: <https://wiki.mocambos.net/images/9/93/Afromatematica.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2023.

MENDES, Iran Abreu. *Matemática e investigação em sala de aula: tecendo redes cognitivas na aprendizagem*. 2. ed. rev. São Paulo: Livraria da Física, 2009

PONTE, João Pedro da; BROCARD, Joana (Org.). *Investigações matemáticas na sala de aula*. 3. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

ZASLAVSKY, Claudia. *Diversão multicultural a partir dos 9 anos: mais jogos e atividades matemáticas do mundo inteiro*. Porto Alegre: Artmed, 2009

Nome da Disciplina: Educação de Jovens e Adultos nos países da integração

Carga-Horária: 60h

Ementa: Histórico, fundamentos teóricos e políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos nos países da integração. Mundo do trabalho, raça, classe e gênero, desafios contemporâneos para o público da EJA. Laboratório de práticas em educação de jovens e adultos.

Bibliografia Básica:

BRASIL, MEC. PARECER CNE/CEB nº 11/2000 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

BRASIL, MEC. RESOLUÇÃO N o. 01/2021 - Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Disponível em:

https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/DiretrizesEJA.pdf

DOMINGUES, Petrônio. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 13, núm. 39, setembro-diciembre, 2008. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Rio de Janeiro, Brasil.

FREIRE, Paulo & GUIMARÃES, Sérgio. *A África ensinando a Gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. São Paulo. Ed. Paz e Terra; 2003.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: A Educação como prática da liberdade*. 2ª. Ed, Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MOURA, Vera Lucia Pereira da Silva; SERRA, Maria Luiza A. A. *Educação de Jovens e Adultos: As contribuições de Paulo Freire*. Link:

https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_33_1426693042.pdf

Bibliografia Complementar:

BRASIL. *Educação de jovens e adultos nos países de língua portuguesa: novos diálogos para a cooperação Sul-Sul*. – Brasília: UNESCO, MEC, ABC, 2007.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

ROSA, Allan Santos da. *Imaginário, Corpo e Caneta*. Matriz Afro-Brasileira em Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: FEUSP, 2009. Disponível em:

http://www.edicoestoro.net/attachments/059_Imagin%C3%A1rio,%20Corpo%20e%20Caneta.pdf

ROSA, Allan Santos da. *Pedagogia, autonomia e mocambagem*. São Paulo: Aeroplano, 2013.

SILVA, Natalino Neves da Silva. *Juventude Negra na EJA: o direito à diferença*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

PAIVA, Vanilda. *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo: Loyola, 1987.

Bibliografia Suplementar:

PAIVA, Jane. *Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos*. *Revista Brasileira de Educação*. V.11, n.33,set/dez2006, p.519-539.

RUNGO, Rosalina Carlota. *Necessidades básicas de aprendizagem na alfabetização de adultos: Estudo de dois casos no Distrito de Marracuene*. (dissertação) Universidade Eduardo Mondlane.

Moçambique. 2004. Disponível em: <http://www.saber.ac.mz/handle/10857/1736>

12.5 7º Semestre

Nome da Disciplina: Estágio em Gestão Educacional nos países da integração	Carga-Horária: 105h
<p>Ementa: Pesquisa e prática em gestão democrática, por resultado e auto-gestão escolar, educacional e comunitária. Pesquisa e prática dos organismos colegiados, dos mecanismos de participação direta e das dimensões da gestão educacional, escolar e comunitária: administrativa, financeira, patrimonial (material e imaterial), de pessoal e pedagógica nos países da integração. Interculturalidade e gestão.</p> <p>Bibliografia básica: HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 6ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. LIMA, Licínio. A Escola como Organização Educativa. São Paulo: Cortez, 2008. BELOTTO, Aneridis & GONSALVES, Elisa (Org). Interfaces da gestão escolar. Campinas: Editora Alínea, 1999. -----, O Currículo nos limiares do contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. PENIN, Sônia. Cotidiano da Escola: a obra em construção. São Paulo: Cortez, 1989.</p> <p>Bibliografia Complementar: SILVA, Luiz Heron da. (org.) A escola cidadã no contexto da globalização. 2ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 1998. VIEIRA, Sofia. Gestão da Escola: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.</p> <p>Sugestão do acervo: LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Heccus, 2018. 304 p. ISBN 978856728001. SILVA, Naura Syria Ferreira Corrêa da (Org.). Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013. 143 p. ISBN 9788524920202 (broch.). NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. ISBN 9788524916526.</p>	

Nome da Disciplina: Manifestações Culturais e Religiosas Africanas e Afro-Brasileiras	Carga-Horária: 60h
<p>Ementa: Fenômeno religioso: especificidade, complexidade, cientificidade no contexto africano e afro-brasileiro. Dimensão religiosa do ser humano, princípios filosóficos e valores civilizatórios africanos e afro-brasileiros. Compreensão dos territórios étnicos e tradicionais afro-diaspóricos em um contexto de cosmobiointeração. Terreiros e irmandades religiosas negras como espaços de luta, resistência e nascedouro das primeiras manifestações culturais afro-diaspóricas. Pluralismo cultural e religioso no contexto da luta e enfrentamento ao racismo religioso e ao fundamentalismo. Interloquções entre as manifestações culturais africanas e da diáspora, compreendendo esse território a partir de um cenário, político-mítico e religioso, como lugar pertinente da memória cultural. Compreender esses territórios a partir da complexidade dos sistemas culturais e cosmogônicos africanos e diaspóricos. Laboratório de práticas e metodologias pedagógicas.</p> <p>Bibliografia Básica: BENISTE, José. Òrun – Àiyé. O encontro de dois mundos: o sistema de relacionamento nagôyorubá entre o céu e a terra. 7ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. PEREIRA, Linconly Jesus Alencar. Exu nas Escolas: uma proposta educacional antirracista. 1ª ed. Contagem, MG/Brasil/: Editora Escola Cidadã, 2021. 144 p. VERGER, Pierre. Orixás – Deuses iorubas na África e no Novo Mundo. Tradução de Maria Aparecida de Nóbrega. Salvador: Corrupio, 1997.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p>	

ABIB, Pedro Rodolfo Jungers. Capoeira Angola – Cultura Popular e o jogo dos saberes na roda. Tese de Doutorado em Ciências Sociais Aplicada à Educação. Campinas: UNICAMP, 2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645622>. Acesso em: 1 mar. 2024.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. Capoeira identidade e gênero: Ensaio sobre a história social da capoeira no Brasil. Salvador: UFBA, 2009.

TAVARES, Júlio. Educação através do corpo. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 25. Rio de Janeiro, 1977. pp. 216- 221 Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat25_m.pdf

Pereira, L. J. A. (2021). Encruzilhadas epistêmicas: Revista Espaço Acadêmico, 20(227), 12-22. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/54007>

Bibliografia complementar:

SEPÚLVEDA, D., & SEPÚLVEDA, J. A. (2017). A disciplina Ensino Religioso: história, legislação e práticas. Educação, 42(1), 2017 p. 177–190.

BARROS, Marcelo. Educação e espiritualidade nos caminhos do Bem-viver. Revista Senso, 2018

ABIB, P. R. Jungers; NASCIMENTO, Solange A. do. Cosmogonia africana: a resistência das religiões africanas na contemporaneidade. ESCRITAS Vol. 8 n. 1, 2016, p. 88-106

VALLE, Edênio. Psicologia e experiência religiosa. São Paulo: Loyola, 1998

BOFF, Leonardo. Ecologia, Mundialização e espiritualidade. Rio de Janeiro, Record, 2008

TEIXEIRA, Faustino & MENEZES, Renata, (orgs.). "As Religiões no Brasil: continuidades e rupturas". Petrópolis: Vozes, 2006

TERRIN, Aldo Natale. Antropologia e horizontes do sagrado. São Paulo: Paulus. 2004

VALLE, Edênio. Psicologia e experiência religiosa. São Paulo: Loyola, 1998

Sugestões do acervo:

BARROS, José Flávio Pessoa de. Na minha casa: preces aos orixás e ancestrais. Rio de Janeiro, RJ: 8 8 3 Pallas, 2010. 149 p. ISBN 9788534703529 (broch.). 299.67 B278m Ac.4749

CAIO de Omulu. Umbanda omolocô: liturgia, rito e convergência (a visão de um adepto). São Paulo: 2 1 Cone, 2002. 402 p. ISBN 9788527406864 (broch.). 299.67 C136u (CP) Ac.5236

LIMA, Vivaldo da Costa. Cosme e Damião: o culto aos santos gêmeos no Brasil e na África. Salvador: 3 3 2 2005. 62 p. ISBN 8586551252 (broch.). 299.6 L711c Ac.4917

LINS, João. Xangô de Pernambuco: a substância dos orixás segundo os ensinamentos contidos no manual 8 8 do Sítio de pai Adão. Rio de Janeiro, RJ: Pallas, 2004. 115 p. ISBN 8534703701 (broch.). 299.6 L731x Ac.4647

SILVA, Vagner Gonçalves da. Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira. [5. ed.]. São 8 8 78 Paulo: Selo Negro, 2005. 149 p. ISBN 9788587478108 (broch.). 299 S584c [5. ed.] Ac.4655

Nome da Disciplina: Ensino da Arte africana e afro-brasileira	Carga-Horária: 60h
<p>Ementa: A Arte, a tradição e a filosofia Adinkra na educação infantil. O processo de ensino e aprendizagem da arte como quinta dimensão do cotidiano na tradição africana: a arte presente em tudo. Os valores simbólicos, espirituais, os suportes, os mitos, o sagrado e a arte utilitária-comunitária nos corpos, na cerâmica, na cestaria, nas máscaras, na fundição, na griotagem, na dança, na música, na encenação, nos cortejos de rua. Suas chaves interpretativas do cosmo, das divindades e dos homens. A Base Nacional Comum Curricular -Arte e as diretrizes das leis 10639/03 e 1645/08.</p> <p>Bibliografia básica: PEREIRA, José Maria Nunes. A raiz africana e a recriação brasileira. Disponível em: www.raulmendesilva.pro.br/pintura/pag009.shtml. SILVA, Dilma de Melo. Identidade afro-brasileira: abordagem do ensino da arte. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/comeduc/article/view/36321 BRASIL, MEC. BNCC-ARTES disponível em https://www.alex.pro.br/BNCC%20Arte.pdf BRASIL. Leis 10639/03 e 1645/08</p> <p>Bibliografia complementar: ARAÚJO, Emanuel (org.). A Mão Afro-Brasileira: Significado Contribuição Artística e Histórica. São Paulo: Tenenge, 1988.</p>	

CUNHA JR, Henrique. Geometria, Geometrização e Arte Afro-Islâmica. Revista Teias v. 14, n.34, pp. 102-111. Os 10 anos da Lei 10.639/2003 e a Educação, 2013.

LODY, Raul. Cabelos de Axé. Identidade e Resistência. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2004.

SILVA, Nelson Fernando Inocêncio da. Representação Visual do Corpo Afro- descendente. In: PANTOJA, Selma (org.). Entre Áfricas e Brasis. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2001. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/download/2657/2134/9111>

VIANA, Janaína. Uma possível arte afro-brasileira: corporeidade e ancestralidade. Disponível em: www.ia.unesp.br/pos/stricto/artes/...artes/2008/dissertacao_janainaviana.pdf.

NOGUEIRA, Renato. Afrocentricidade e Educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado. Revista África e Africanidades Ano 3 n. 11 Novembro 2010

Sugestões do acervo:

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). A matriz africana no mundo. São Paulo: Selo Negro, 2008. 267 p. 18 2 36

(Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira ; 1). ISBN 9788587478320 (broch.). 960 M383 (CP) (CM) Ac.1333

SABINO, Jorge; LODY, Raul. Danças de matriz africana: antropologia em movimento. Rio de Janeiro, 8 8 10 RJ: Pallas, 2011. 187 p. ISBN 9788534704403 (broch.). 793.3 S121d Ac.4623

Nome da Disciplina: Ensino das Ciências Naturais nos países da integração	Carga-Horária: 60h
<p>Ementa: Os desafios do ensino de ciências nos países da integração. O estudo dos fenômenos naturais na ótica cultural das populações tradicionais africanas e afro-brasileiras. Ecologia e decolonialidade. Medicina tradicional de matriz africana. Relação entre ciências naturais, oralidade e espiritualidade. Laboratório de práticas pedagógicas em ciências naturais com foco nos países da integração UNILAB.</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <p>BÂ, Amadou Hampaté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph; UNESCO. História geral da África I: Metodologia e pré-história da África. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2010.</p> <p>CARVALHO, Anna Maria Pessoa de; GIL-PEREZ, Daniel. Formação de professores de ciências: tendências e inovações. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Experiências etnico-culturais para a formação de professores. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p> <p>NARDI, Roberto. Educação em ciências da pesquisa à prática docente. 4 ed. São Paulo: Escrituras, 2010</p> <p>PEREIRA, Linconly Jesus. Exu nas escolas: uma proposta educacional antirracista. Contagem, MG: Escola cidadã, 2021</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>BARCELLOS, Mario Cesar. Os orixás e o segredo da vida: lógica, mitologia e ecologia. 5. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Pallas, 2012</p> <p>BARROS, José Flávio Pessoa de; NAPOLEÃO, Eduardo. Ewé Òrìsà: uso litúrgico e terapêutico dos vegetais nas casas de candomblé jêje-nagô. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2021.</p> <p>NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente. São Paulo: Selo Negro, 2008. Coleção Sankofa: Matrizes africanas da cultura brasileira.</p> <p>NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). A matriz africana no mundo. São Paulo: Selo Negro, 2008. Coleção Sankofa: Matrizes africanas da cultura brasileira</p> <p>SANTOS, Gevanilda. Relações raciais e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2009</p> <p>SILVA, Auxiliadora Maria Martins da. Etnia negra nos livros didáticos do Ensino Fundamental: transposição didática e suas implicações para o ensino das ciências. Recife: Ed. UFPE, 2013. Disponível em https://editora.ufpe.br/books/catalog/download/308/299/903?inline=1. Acesso em 19 dez. 2023.</p> <p>Bibliografia Suplementar:</p> <p>POZO, Juan Ignacio; GÓMEZ CRESPO, Miguel Ángel. A aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>VERRANGIA, Douglas. Conhecimentos tradicionais de matriz africana e afro- brasileira no ensino de ciências: um grande desafio. Revista África e Africanidades. Ano2, n.8, fev.2010-ISSN 1983235.</p>	

Disponível em:
https://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/conhecimentos_tradicionais_matriz_afro-brasileira_ensino_ciencias.pdf. Acesso em 19 dez. 2023.

Nome da Disciplina: Ensino da História e Geografia nos Países na Integração

Carga-Horária: 60h

Ementa: Historiografia da África e da Diáspora dos países da integração. A história comum e a dialética da unidade na diversidade dos países de língua oficial portuguesa. Abordagem histórica dos povos originários no Brasil e sua relação com a história e cultura afro-brasileira. Perspectivas epistemológicas, transdisciplinares e metodológicas interculturais e decoloniais para o ensino da história e da geografia no Brasil e nos países da integração. Dimensões conceituais geográficas: território, espaço, lugar e cotidiano. Ensino de geografia e as relações étnico-raciais. Epistemologia da Geografia e dos lugares nos países da integração. Letramento cartográfico, espaço geográfico integrado ao tempo histórico e a crítica a globalização. Documentos institucionais: PCNs, Diretrizes e BNCC História e Geografia. Laboratórios de práticas pedagógicas do ensino de história e geografia nos países da integração.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. Rev. Bras. Hist. 37 (75) • May-Aug 2017 Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbh/a/b7Z47VbMMmvPQwWhbHfdkpr/>.

BRASIL, MEC. Base Nacional Comum Curricular BNCC-História. Disponível em: Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base (mec.gov.br).

BRASIL, MEC. Base Nacional Comum Curricular – BNCC Geografia. Disponível em: Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base (mec.gov.br).

CUNHA Jr. Henrique. História e Cultura Africana e Afrodescendente: Pesquisa sobre os Conceitos, Métodos e Conteúdos. Disponível em: <http://www.mulheresnegras.org>.

CURTIN, P. D. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral. In: ZERBO, Joseph Ki (Ed.). História Geral da África. Metodologia e Pré-história da África. 2ed.rev. Brasília: UNESCO, 2010 p.1v.

FERRACINI, Rosemberg; MARCELINO, Jonathan; RODRIGUES, Sávio. Ensino de geografia da África: caminhos e possibilidades para uma educação antirracista. Rio de Janeiro: revista África e Africanidades, 2022.

MONTEIRO, Maria Iolanda. A formação docente e o ensino de História e Geografia no contexto dos anos iniciais do ensino fundamental. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 17, n. 54, p. 1377-1397, jul./set. 2017

RIBEIRO, Matilde. Brasil e África: desafios das políticas de igualdade racial em âmbito nacional e internacional. In: Diálogos Africanos, n.1 jul/set, 2015.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. HUCITEC, EDUSP, SP, 1978.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Rosângela Doin de. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2019. (Caminhos da geografia).

Kabenguele Munanga (Org.) Estratégias Políticas de Combate a Discriminação Racial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LUIGI, André S. Ensino da África no Brasil: fluxos, refluxos e possibilidades. Crítica Educativa (Sorocaba/SP), v. 5, n. 1, p. 92-104, jan./jun.2019.

MARQUES, Janote P. A invisibilidade do negro na história do Ceará e os desafios da Lei 10.639/03. Unisul, Tubarão, v. 7, n. 12, p. 347 – 366, Jun./Dez. 2013.-

MEINERZ, Carla Beatriz. Ensino de história: diálogo intercultural e relações étnico-raciais. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 59-77, jan./mar. 2017.

SOUZA, Larissa. A África nas aulas de geografia: rompendo representações de uma “história única” em uma escola municipal de Duque de Caxias (RJ). Disponível em: A ÁFRICA NAS AULAS DE GEOGRAFIA: ROMPENDO REPRESENTAÇÕES DE UMA “HISTÓRIA ÚNICA” EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (RJ) | Anais do 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia: políticas, linguagens e trajetórias (unicamp.br).

SANTOS, Joaquim M. História do Lugar: um método de ensino e pesquisa para escolas de nível médio e fundamental. História, Ciências, Saúde . Manguinhos, Rio de Janeiro. vol. 9(1):105-24, jan.-abr. 2002

SOUZA, Marina M. Algumas impressões e sugestões sobre o ensino da história da África. Revista História Hoje, v. 1, nº 1, p. 17-28 – 2012

Sugestões do acervo:

VOGT, Carlos; FRY, Peter. Cafundó: a África no Brasil : linguagem e sociedade. Campinas: Ed. 2 2 2

UNICAMP, 2013. 414 p. ISBN 9788526810389. 306.44 V872c (CP) (CM) Ac.5685

CUNHA JUNIOR, Henrique; RAMOS, Maria Estela Rocha (Org.). Espaço urbano e afrodescendência: 8 8 10 estudos da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas. Fortaleza: UFC, 2007. 206 p.

(Diálogos intempestivos ; 44). ISBN 9788572822596 (broch.). 307.76 E73 (CP) Ac.5671

ARTEFATOS da cultura negra no Ceará: formação de professores para a educação, cultura, história 4 4 africana e afrodescendente. Curitiba, PR: Editora CRV, 2015. 200 p. ISBN 9788544404751 (broch.).

305.896081 A825 (CP) Ac.7792

KABENGELE MUNANGA. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e 10 2 92 civilizações. São Paulo: Ed. Global, 2016. 109 p. ISBN 9788526012660 (broch.). 960 M928o (CL) (CP)

(CM) Ac.1095

GEOGRAFIA: conceitos e temas. 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2014. 352 p. ISBN 4 2 9

9788528605457. Ac.4385

8º Semestre

Nome da Disciplina: Autobiografia e Educação	Carga-Horária: 60h
<p>Ementa: Abordagem (auto)biográfica na Educação e em âmbitos de formação socioeducativos. Autobiografia e (auto)formação: reflexão da atividade docente na história de vida, caminho de iniciação. Narrativas autobiográficas do percurso escolar e docente: trajetória interior do/a professor/a, a questão da subjetividade e construção da identidade profissional. Incidências da vida comunitária em perspectiva do Ubuntu: lugar nas relações de comunalidade no caminhar para si/nós. Ingerências de experiências de colonialidade e decolonialidade no processo de formação docente nos países da integração. Fundamentos históricos e epistemológicos do método (auto)biográfico. Laboratório de produção de narrativas autobiográficas e de práticas pedagógicas de envolvimento das histórias de vida dos/as estudantes com sua inserção nas comunidades de pertencimento.</p> <p>Bibliografia básica: NASCIMENTO, Antônio. Dias. e HETKOWSKI, Tânia. Maria (orgs). Memória e formação de professores [Book]. Salvador: EDUFBA, 2007</p>	

SOUZA, Elizeu Clementino de, VICENTINI, Paula Perin, LOPES, Celi Espasandin. Vida, narrativa e resistência: biografização e empoderamento. Curitiba, Editora CRV, 2018

FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Orgs.) O método (auto)biográfico e a formação. Lisboa: Ministério da Saúde. 1988. p. 17-34.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Reflexividade narrativa e poder auto(trans)formador. *Práxis Educacional*, de Vitória da Conquista, v. 17, n. 44, p. 93-113, 2021.

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. Sobre o conceito de formação na abordagem (auto)biográfica. *Revista Educação PUC-RS* v. 34, n. 2, 2011

Bibliografia básica:

FREIRE, Paulo. Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis. São Paulo: Paz e Terra, 1994

NASCIMENTO, Antônio. Dias. e HETKOWSKI, Tânia. Maria (orgs). Memória e formação de professores [Book]. Salvador: EDUFBA, 2007

SOUZA, Elizeu Clementino de. O conhecimento de si: estágios e narrativas de formação de professores. Salvador: 2006. 184 p. ISBN 9788574903958 (broch.).

OLINDA, Ercília Maria Braga de (Org.). Artes do existir: trajetórias de vida e formação. Fortaleza: UFC, 2008. 353 p. (Diálogos intempestivos ; 51). ISBN 9788572822695 (broch.).

SOUZA, Elizeu Clementino de, VICENTINI, Paula Perin, LOPES, Celi Espasandin. Vida, narrativa e resistência: biografização e empoderamento. Curitiba, Editora CRV, 2018

FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Orgs.) O método (auto)biográfico e a formação. Lisboa: Ministério da Saúde. 1988. p. 17-34. Disponível em: <https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/1239/1/13.pdf>

PASSEGGI, Maria da Conceição. Reflexividade narrativa e poder auto(trans)formador. *Práxis Educacional*, de Vitória da Conquista, v. 17, n. 44, p. 93-113, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8018>

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. Sobre o conceito de formação na abordagem (auto)biográfica. *Revista Educação PUC-RS* v. 34, n. 2, 2011 Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/8700>

Bibliografia Complementar

NOGUEIRA, Renato. Ubuntu como modo de existir: elementos gerais para uma ética afroperspectivista. *Revista da ABPN*, v. 3, n. 6, p.146-150, 2012. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/358>

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-28, 2002 Disponível em: <https://www.scielo.br/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDx?lang=pt>

BERTAUX, Daniel. Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos (tradução de Zuleide Alves Cardoso Cavalcante, Denise Maria Gurgel Lavallée; revisão científica Maria da Conceição Passeggi) Natal, RN: EDUFRN, São Paulo: Paulus, 2010.

BUENO, B. O. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. *Revista Educação e Pesquisa*, v. 28, nº1, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11653.pdf>

BEDOYA, Luis Eduardo Torres. Experiência autobiográfica na formação docente. Uma abordagem afrocentrada em: LIMA, Ivan Costa e VILLACORTA, Gisela Macambira. Rede de colaboração educacional. A Unilab em destaque numa dimensão afrocentrada. Impreco, Fortaleza, 2020 p. 243-265

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Histórias de Professores de Línguas e Experiências com Racismo: uma reflexão para a formação de professores. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE (Cascavel, Paraná, Brasil).

Bibliografia Suplementar

RIOS, Fábio. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. *Revista INTRATEXTOS*, Rio de Janeiro, 5(1) p 1-22, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/7102>

SOUZA, Elizeu Clementino de; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). Histórias de vida e formação de professores. Rio de Janeiro: Quartet, FAPERJ, 2008. p. 65-88.

SOARES, Antonina Mendes Feitosa Soares. Autobiografia e formação docente: caminhos e perspectivas para prática reflexiva. Disponível em: http://alfabetizarvirtualtextos.files.wordpress.com/2011/08/autobiografiaeformac3a7c3a3o docente_caminhos-e-perspectivas-para-prc3a1tica-reflexiva.pdf

CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de (org). Leitura e escrita como espaços autobiográficos de formação. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2010

BARROS, José D'Assunção. Tempo e narrativa em Paul Ricoeur: considerações sobre o círculo hermenêutico. Fenix Revista de História e Estudos Culturais v.9, n. 1, 2012

BARBOSA, Ivone Cordeiro. Experiência humana e o ato de narrar: Ricoeur e o lugar da interpretação. Revista Brasileira de história. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3825

MEIJER, Rebeca de Alcântara e Silva. Valorização da cosmovisão africana na escola: narrativa de uma pesquisa-formação com professoras piauienses. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7620/1/2012-TESE-RASMEIJER.pdf>

<p>Nome da Disciplina: Pesquisa e Prática da Atuação do Pedagogo em Ambientes não Escolares nos países da integração</p>	<p>Carga-Horária: 60h TE - 30 PR - 30 EX - 0 T - 60h</p>
<p>Ementa: Mapeamento das experiências educativas não escolares: infanto-juvenil; movimento negro, movimento de mulheres, rurais, religiosos, meio ambiente, dentre outros. A pedagogia nas ONG's e movimentos sociais organizados e terceiro setor; o papel da(o) Pedagoga(o) em espaço não escolares. Processos educativos em espaços não escolares; Pesquisa em educação em espaços não escolares. Planejamento, execução e avaliação da Intervenção Comunitária: experiências de organização nos países da integração.</p> <p>Bibliografia Básica: GHON, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política: impactos para o associativismo no terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2005. NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004. CAVALLEIRO, Eliane. Valores Civilizatórios dimensões históricas para uma educação anti-racista. In: Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico- Raciais. Brasília. MEC, 2006</p> <p>Bibliografia Complementar: LEMOS, Fábio Ricardo Mizuno, LEMOS, Fábio Ricardo Mizuno, OLIVEIRA, E. R., MARTINS, Rosa MariaCastilho Subsídios para pesquisas em educação: sob a égide das Práticas Sociais e Processos Educativos (ISSN1514-3465). Lecturas Educación Física y Deportes (Buenos Aires). , v.18, p.efd187. 2013. Disponível em http://www.efdeportes.com/efd187/subsidios-para-pesquisas-em-educacao.htm Acessado em 21/07/2016 SA, Ricardo Antunes de. Pedagogia: identidade e formação o trabalho pedagógico nos processos educativos não-escolares. Educ. rev., Curitiba, n. 16, p. 181- 191, Dec. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602000000200012&lng=en&nrm=iso. Acessado em 21/07/2016 SILVA, A. M. G. . Educação em outros espaços de aprendizagens: entrelaçando saberes. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre. XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010. Disponível em file:///C:/Users/PC/Downloads/download(157).PDF Acesso em 21/07/2016. VALENTIM, Rute Martins; BACKES, José Linício. A Lei 10.639/03 e a Educação Étnico Cultural/Racial: Reflexões Sobre Novos Sentidos na Escola. Disponível em: http://www.neppi.org/anais/textos/pdf/lei_10639. Acesso em set. 2007</p>	

<p>Nome da Disciplina: Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental nos países da integração</p>	<p>Carga-Horária: 105</p>
<p>Ementa: Apropriação da realidade escolar no âmbito do sistema público de ensino. Observação, apoio pedagógico e regência de ações educativas nos anos iniciais do ensino fundamental. Elaboração, execução e avaliação de processos educativos formais. Criticidade didática. Elaboração de dispositivos metodológicos. Confeção de material didático.Práticas pedagógicas descolonizantes.</p> <p>Bibliografia Básica: BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.</p>	

BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (Orgs.). Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. 2ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf>

LUZ, Narcimária Correia do Patrocínio. Descolonização e educação: diálogos e proposições metodológicas. Curitiba: Editora CRV, 2013.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Referenciais para a formação de professores. Brasília: Secretaria do Ensino Fundamental, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=48631-reformprof1&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394. Brasília, 1996. CORDEIRO, Jaime. Didática. São Paulo: Contexto, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf

CORTELLA, Mario Sérgio. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. 12ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.

VEIGA, Ilma P. A. Docência como atividade profissional. In: VEIGA, Ilma P. A.; SILVA, Edileuza F. da. (Orgs.) A escola mudou: que mude a formação de professores! Campinas, SP: Papyrus, 2010.

FAZZI, R. de Cássia. O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 223 p. (Cultura negra e identidades). ISBN 9788575261385 (broch.). 305.230981 F299d 2. ed. Ac.4502

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. [43. ed.]. São Paulo: Paz e Terra, 143 p. (Coleção Leitura). ISBN 9788577531639 (broch.). 370.115 F934p [43. ed.] (CP)

PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. Cotidiano e escola: a obra em construção : (o poder das práticas 2 1 20 cotidianas na transformação da escola). 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 206 p. ISBN 9788524917189. Ac.4648

Nome da Disciplina: Estágio em Educação de Jovens e Adultos nos países da integração

Carga-Horária: 105h

Ementa: Histórico, fundamentos teóricos e políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos nos países da integração. Perspectivas e desafios atuais. Laboratório de práticas em educação de jovens e adultos.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no. 9.394/96.

BRASIL, MEC. PARECER CNE/CEB nº 11/2000 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

BRASIL, MEC. RESOLUÇÃO N o. 01/2021 - Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/DiretrizesEJA.pdf

BRASIL, MEC. *Livro do MEC Cadernos Negros Poesia e Contos*. Org. Quilombohoje. São Paulo: Edição dos Autores. 36 volumes publicados de 1978 a 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

PASSOS, Joana Célia dos. *Juventude Negra na EJA: os desafios de uma política pública (tese)*. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

Bibliografia Complementar:

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ROSA, Allan Santos da. *Imaginário, Corpo e Caneta*. Matriz Afro-Brasileira em Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: FEUSP, 2009. Disponível em: http://www.edicoestoro.net/attachments/059_Imagin%C3%A1rio.%20Corpo%20e%20Caneta.pdf

SILVA, Natalino Neves da Silva. *Juventude Negra na EJA: o direito à diferença*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

Bibliografia Suplementar:

- PAIVA, Jane. *Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos*. Revista Brasileira de Educação. V.11, n.33,set/dez2006, p.519-539.
- RUNGO, Rosalina Carlota. *Necessidades básicas de aprendizagem na alfabetização de adultos: Estudo de dois casos no Distrito de Marracuene*.(dissertação) Universidade Eduardo Mondlane. Moçambique. 2004. Disponível em: <http://www.saber.ac.mz/handle/10857/1736>
- LUZ, Narcimária Correia do Patrocínio (org.). *Descolonização e educação: diálogos e proposições 17 2 28 metodológicas*. Curitiba: Editora CRV, 2013. 246 p. ISBN 9788580426663. 370.71 D485 (CP) (CM) Ac.5694
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do sul*. 2. ed. Coimbra: 30 4 80 Almedina, 2010. 586 p. (Conhecimento e Instituições). ISBN 9789724043845 (broch.). 121 E54 (CP) (BSCA) Ac.5744
- TINHORÃO, José Ramos. *Cultura popular: temas e questões*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Editora 34, 2001. 257 p. ISBN 9788573262186 (broch.).

Nome da Disciplina: Educação Escolar Indígena**Carga-Horária:** 60h

Ementa: O indígena no Brasil. Crítica à história e antropologia da perda de identidade, esquecimento e apagamento. Unidade na Diversidade da Cultura Indígena. Especificidade dos povos indígenas do Ceará. Contextualização histórica do Movimento Indígena e do surgimento da Educação Escolar Indígena no Brasil. Conquista da Autonomia e da Diferença Indígena na Constituição de 1988. Multiplicação das escolas indígenas diferenciadas no Brasil e no Ceará. Importância, conquistas e desafios do Magistério Indígena em níveis médio e superior. Problemáticas da Educação Escolar Indígena e da Formação de Professores/as Indígenas hoje. Cosmovisão Indígena nos conteúdos curriculares. Importância e realização da produção didática relativa à Educação Indígena nas escolas não indígena. Laboratório de práticas pedagógicas de produção didática voltada para a apreensão da Educação e Cultura Indígena na escola não indígena. reflexão sobre o Marco Temporal para a vida das Comunidades Indígenas.

Bibliografia básica:

- FONTELES FILHO, José Mendes. *Educação e Subjetivação Indígena*. Tese de Doutorado em Educação Brasileira. Fortaleza: UFC, 2003.
- NOBRE, Domingos Barros. *Uma pedagogia Indígena Guarani na escola, pra quê?*. São Paulo: Curt Nimendajú, 2009.
- RATTS, Alecsandro J. P. *Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1996.

Bibliografia Complementar:

BRASIL MEC Resolução CEB Nº 5/2012. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica*. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18692-educacao-indigena>

SILVA, Rosa Helena Dias da. *A autonomia como valor e a articulação de possibilidades: Um estudo do movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima e Acre, a partir dos seus Encontros Anuais*. Tese de doutoramento em Educação. São Paulo: USP, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32621999000200006>

SCANDIUZZI, Pedro Paulo. *Educação Indígena x Educação Escolar Indígena: uma relação etnocida em uma pesquisa etnomatemática*. São Paulo: UNESP, 2009.

AIRES, Max Maranhão. *A escola entre os índios Tapeba: O currículo num contexto de etnogênese*. Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira. Fortaleza: UFC, 2000. REVISTA EM ABERTO, Brasília. Vol 20, No 76 de Fevereiro de 2003. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=15483> Acesso em: 1 de março de 2024

Sugestão do acervo:

OLIVEIRA, Eduardo. *Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Ape'ku, 2021. 345 p. (Trilogia da ancestralidade ; 3). ISBN 9786586657548 (broch.). 370.1

O46f (CP) (CM) Ac.7111

12. AVALIAÇÃO

Avaliamos cotidianamente as diversas ações de pessoas que nos envolvem, o desempenho de instituições e nossas próprias condutas. Nesse sentido, avaliar faz parte da rotina das pessoas. Porém, quando se trata de avaliação educacional algo mais precisa ser esclarecido. A avaliação é basicamente um processo de coleta e análise de dados que visa verificar se os objetivos propostos foram alcançados. No âmbito educacional a avaliação se realiza em vários níveis: da dinâmica do ensino, da aprendizagem dos discentes, do currículo, da instituição, dos docentes. A seguir o detalhamento do aspecto avaliativo do curso de Pedagogia.

12.1 Parâmetros basilares

A avaliação do processo de ensino e de aprendizagem atenderá às orientações definidas no Projeto Pedagógico Institucional da Unilab, propiciando condições concretas para processos de recuperação de aprendizagem que possibilitem o progresso do estudante e evitando, na medida do possível, sua retenção na estrutura curricular. A avaliação do desempenho docente e do projeto pedagógico do curso deverá compor o conjunto de medidas que visam a garantir o alcance dos objetivos do curso.

O sistema de avaliação adotado pelo Curso de Pedagogia consiste em duas modalidades. A primeira refere-se à avaliação do desempenho discente, como sistema de aferição de notas, ao lado do controle de frequência, para a conclusão de componentes curriculares. A segunda incide sobre a avaliação do projeto pedagógico do curso, por meio dos mecanismos de avaliação interna, envolvendo corpo docente, corpo técnico e representação estudantil. A avaliação do rendimento do discente é feita por componente curricular.

As componentes curriculares de estágio têm sistemas de avaliação específicos, de acordo com as suas características e necessidades de acompanhamento da evolução do aprendizado.

As componentes curriculares teóricas-práticas, conjunto da grande maioria do mapa curricular do curso em tela, são avaliadas com base no aproveitamento e na frequência, ficando a critério do professor realizar quantas verificações de eficiência acadêmica julgar convenientes no decorrer do curso sob sua responsabilidade, de acordo com o Regimento Geral da Instituição. Contudo, desde que ao menos uma das avaliações de desempenho tenha a intenção de avaliar a linha de alcance dos laboratórios, ou seja, do teor prático das componentes curriculares, quando necessário.

As notas consistem em verificações realizadas por meio de avaliação individual, e ou coletiva, trabalhos ou outras atividades.

No que diz respeito à frequência às aulas e demais atividades acadêmicas, independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na componente curricular o estudante que apresente frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas.

A verificação e o registro de frequência são da responsabilidade do professor, e seu controle é de responsabilidade da Divisão de Assuntos Acadêmicos.

12.2 Procedimentos de avaliação do processo de ensino e de aprendizagem

A avaliação, entendida como processo, integra todos os momentos da relação do ensino com a aprendizagem (BRASIL/UNILAB/RESOLUÇÃO NO. 27/ 2014), que dispõe normas gerais para regulamentar a avaliação da aprendizagem. A finalidade principal desse processo é permitir aos envolvidos, professor e estudantes, verificar se os objetivos de aprendizagem foram ou não atingidos e permitir a adoção de novas estratégias que permitam uma retomada de conteúdos e de situações ainda não totalmente compreendidas pelo discente. É relevante salientar que

Os objetivos de ensino são geralmente expressos em termos de comportamento esperado dos estudantes. Desta forma, o estabelecimento de objetivos serve para orientar o professor quanto à seleção do conteúdo, a escolha de estratégias de ensino e a elaboração de instrumentos para a avaliação de desempenho do estudante e de seu próprio. E também serve para orientar o estudante acerca do que dele se espera no curso, de sua utilidade e, ainda, do que será objeto de avaliação (GIL, 2013, p.110).

Pode-se concluir a relevância dos objetivos de ensino. Não é exagero afirmar que os objetivos envolvem todo o trabalho do professor, sinalizando suas práticas pedagógicas.

Para o professor, a avaliação será sempre mais que um instrumento para atribuir valores numéricos; será, sobretudo, uma ferramenta essencial para redirecionamento do

curso e para a tomada de decisão no que tange ao processo de ensino e de aprendizagem. A avaliação no ensino superior incide de forma direta na vida dos universitários. Gera consequências diretas, como a composição do índice de desempenho acadêmico que vai permitir o acesso a bolsas de ensino, pesquisa e extensão, passando pela composição do histórico escolar. De forma indireta incide na motivação do estudante e na sua autoestima, entre outras consequências. Principalmente no âmbito universitário avaliação da aprendizagem não é tarefa fácil também porque avaliar o desempenho dos discentes para muitos professores universitários pode implicar desde constrangimento ao entendimento da avaliação do desempenho como prática pedagógica autoritária, e até mesmo excludente e sempre injusta, já que não é capaz de medir a totalidade da aprendizagem de ninguém. Nesse sentido é que a avaliação da aprendizagem é uma prática pedagógica crítica e exige que o docente tenha sido preparado em sua formação profissional para executá-la.

Cada professor é responsável pelo desenvolvimento do conteúdo da sua componente curricular, desde que a mesma não destoe do ementário e respeite a bibliografia básica indicada, e do método de avaliação a ser aplicado. Cabe à coordenação do curso auxiliar o docente na escolha do método de ensino e de avaliação e promover momentos para que os docentes possam trocar saberes aprimorando à dinamização das atividades de avaliação pertinentes aos propósitos das componentes curriculares.

É mister salientar que a avaliação da aprendizagem pode ter caráter diagnóstico, ou seja, se destina a compreender o que os discentes já sabem sobre determinado conteúdo. A avaliação também pode ser formativa, compreendendo práticas pedagógicas com a finalidade de tornar perceptível para o docente e para o discente os processos de apropriação do conhecimento pelo discente, permitindo ao professor/a, se necessário, tomada de decisão para melhor qualificar o processo de ensino e de aprendizagem. A avaliação somativa é aquela a qual é atribuída uma nota. As avaliações diagnóstica e formativa apesar de terem seus objetivos definidos também podem ter caráter somativo.

12.3 Sistema de auto avaliação do curso

Na Unilab, a Comissão Permanente de Avaliação Institucional e NDE ficarão responsável pelo projeto de auto avaliação do Curso de Pedagogia. É também importante mencionar que o curso de Pedagogia está subordinado a Resolução n. 27/ 2014 – BRASIL-UNILAB, que dispõe normas gerais para regulamentar a avaliação da aprendizagem no tocante as suas atividades de avaliação.

Os objetivos da autoavaliação são os seguintes:

- redimensionar metodologias, avaliar propostas e manter os projetos pedagógicos adequados às diretrizes curriculares vigentes, bem como registrar deficiências, procurando aperfeiçoar o processo acadêmico e a qualidade dos serviços prestados aos discentes;
- impulsionar o processo criativo de autocrítica dos cursos, como evidência da vontade política de se autoavaliar para garantir a qualidade da ação acadêmica e para prestar contas à comunidade relativamente ao atendimento das demandas científicas e sociais da sociedade;
- investigar, numa perspectiva diagnóstica, como se realizam e se inter-relacionam, nos cursos de graduação, as tarefas acadêmicas em suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e administração;
- estabelecer compromissos com a comunidade acadêmica, explicitando as diretrizes do projeto pedagógico e os fundamentos do programa sistemático e participativo de avaliação, que permita constante reordenamento, consolidação e/ou reformulação das ações inerentes ao curso, mediante diferentes formas de divulgação dos resultados da avaliação e das ações dela decorrentes;
- repensar objetivos, metas e ações, aplicando os resultados na perspectiva de oferecer cursos mais coerentes com o momento histórico, capazes de responder às modificações estruturais da sociedade;
- estudar, propor e implementar mudanças das atividades acadêmicas do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, contribuindo para a formulação de projetos pedagógicos socialmente legitimados e relevantes.

Dentre os procedimentos de auto avaliação do curso, dispomos de:

- reunião periódica dos professores, agrupados por disciplinas afins, com o objetivo de avaliar a dinâmica de integração curricular;
- avaliação da elaboração e execução dos planos de curso de disciplinas de acordo com o que estabelecem as ementas definidas neste currículo;
- aplicação, ao final de cada período letivo, de um questionário de avaliação do desenvolvimento de cada disciplina ofertada;
- realização de pesquisas periódicas para detectar o grau de satisfação dos egressos com a formação recebida e sua relação com o mercado de trabalho.

13 CORPO DOCENTE

13.1 Atuação e formação do coordenador do Curso

Cabe ao coordenador de curso zelar para que o Projeto Pedagógico seja executado da melhor maneira, buscando o bom andamento do Curso.

Segundo o Estatuto da Unilab (seção IV- art. 50, dos parágrafos 1º ao 3º), as Coordenações de Cursos de Graduação são responsáveis pelas atividades de formação acadêmica e gestão administrativa, em sua esfera de responsabilidade. As coordenações de cursos e programas têm a responsabilidade de gerenciar os cursos e os programas com atribuições de natureza administrativa, acadêmica, institucional e política, em consonância com as definições do Regimento Geral da Unilab e das regulamentações específicas da Unidade Acadêmica (Instituto ou *Campus*).

O Coordenador do Curso deverá ter preferencialmente graduação em Pedagogia e obrigatoriamente pós-graduação em educação e apresentar efetiva dedicação à administração e à condução do Curso. A coordenação do Curso deverá estar à disposição dos docentes e discentes, sempre que necessário, para auxiliá-los nas questões didático-pedagógicas.

13.2 Titulação do corpo docente do Curso

A seguir, são apresentadas informações sobre o corpo docente do Curso de Graduação em Pedagogia da Unilab (considerando-se os professores ativos no período de elaboração deste documento). As informações apresentadas referem-se à titulação, ao regime de trabalho, à experiência de docência na educação básica e à experiência de magistério superior.

PROF. DR. EVALDO RIBEIRO OLIVEIRA

Titulação: Doutorado

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4751017E9>

Professor do Magistério Superior da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira -UNILAB. Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos, na área Processos de Ensino Aprendizagem, com a tese intitulada: Negro Intelectual, Intelectual Negro ou Negro-Intelectual: considerações do processo de constituir-se negro-intelectual. Mestre em Educação na área de Metodologia de Ensino; dissertação defendida: Narrativas de Thereza Santos: Contribuições para a Educação

das Relações Étnico-Raciais. Licenciado em Pedagogia. Possui experiências na área de Educação, formação inicial e continuada de professores. Principais temas de atuação: Educação, Educação das relações étnico-raciais, diversidade e formação de professores; didática e relações étnico- raciais, ações afirmativas, movimento negro e educação, materiais de ensino para o combate ao racismo e as discriminações, intelectualidade negra; currículo, descolonização.

PROF^a. DRA. FABIOLA BARROCAS TAVARES

Titulação: Doutorado

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7722293109612418>

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (1988), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (1995) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2002). Professora adjunto IV, de 2004 a 2019 da Universidade Federal da Paraíba e atualmente professora da UNILAB. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, ministrando aulas principalmente nos seguintes temas: epistemologia, sociologia da educação brasileira, antropologia, história da educação brasileira. Trabalhou com projetos de extensão na área de saúde mental com os CAPS em Quixadá, João Pessoa e Redenção.

PROF^a. DRA. FÁTIMA MARIA ARAÚJO BERTINI

Titulação: Doutorado

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6735722451695963>

Doutora em Psicologia Social pela (PUC/SP). Psicóloga e Mestre em Psicologia pela UFC. Fez estágio doutoral pela CAPES em Portugal, na Universidade de Lisboa, no Departamento de Filosofia, entre setembro de 2012 a fevereiro de 2013. Doutora em Filosofia, na especialidade de Filosofia Moderna, pela Universidade de Lisboa, em cotutela com a PUC/SP. Entre 2015 a 2017 foi professora substituta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. É, desde 2018, Professora Adjunta do Instituto de Humanidades/Curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. Entre julho de 2021 a Março de 2022 assumiu o cargo de Pró-Reitora de Extensão, Arte e Cultura da UNILAB. Em pesquisas na área da Psicologia Social, analisa a dinâmica do psiquismo no contexto sociocultural e investiga os afetos e a memória como processo sócio-histórico-cultural, tendo como estudo principal os processos

psicossociais relacionados à saúde. Associa seus estudos às obras de Vygotsky e da Filosofia de Espinosa, com foco na análise ético-política dos afetos. Investiga o desenvolvimento humano e a aprendizagem, relacionando os aspectos psicossociais das fases da vida humana, infância, adolescência, idade adulta e velhice, ao contexto sociocultural e histórico. Ao dar continuidade à investigação do Doutorado - no qual investigou os afetos e as mudanças urbanas - estuda a área de Psicologia Ambiental, analisando os impactos subjetivos e afetivos relacionados às transformações urbanas e aos processos de transferências de coletivos ou populações para outros ambientes. Como desdobramentos destes estudos, analisa aspectos pertinentes às relações pessoa-natureza, ao comportamento ambiental e à produção de subjetividades nas cidades. Coordena o Laboratório de Pesquisas e Estudos Psicossociais sobre Desenvolvimento, Aprendizagem, Afetos e Relações Humano-Ambientais (LAPDEA). Também, na UNILAB, desde 2019, coordena o Projeto de Extensão Clínica da Saúde. É membro pesquisadora do LOCUS/UFC (Laboratório de Estudos e Pesquisas em Psicologia Ambiental), do NEXIN (Núcleo de Estudos em Exclusão/Inclusão Social da PUC/SP) e do Grupo de pesquisa África-Brasil: Produção de Conhecimento, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global - UNILAB.

Prof^a. Dra. GERANILDE COSTA E SILVA

Titulação: Doutorado

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2447899367873195>

Pedagoga, Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Professora na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Atualmente estou professora colaboradora junto ao PROFLETRAS da Universidade Federal de Campina Grande. No momento estou coordenando um pesquisa intitulada: Histórias de vida de brasileiros/as, africanos/as e timorenses da UNILAB: motivações pela docência. Ainda desenvolvo estudos na área da Literatura africana e Afro-brasileira, Cosmovisão africana, Escola e Educação das relações étnicorraciais, tendo como Referencial teórico-metodológico a Pretagogia

Prof. Dr. IVAN COSTA LIMA

Titulação: Doutorado

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8062245626803864>

Professor Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB, do curso de Bacharelado em Humanidades e Pedagogia do Instituto de Ciências Humanas e Letras (IHL), da cidade de Redenção, Ceará. Fez parte do NDE. Foi Conselheiro do Conselho Estadual de Igualdade Racial do Estado do Ceará - Ceppir (2016-2018). Exerceu o ensino na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, Campus Universitário de Marabá, Faculdade de Educação. Atuou como professor e orientador do Programa de pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia - PDTSA/CAMAR, de caráter interdisciplinar. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (1987), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2009). Especialista em Culturas Africanas e relações interétnicas na educação pela Faculdade Espirita de Curitiba/PR. Atualmente é coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais. Movimentos Sociais e Educação - N'UMBUNTU/UNIFESSPA/ICH/FACED, credenciado pelo CNPq. Coordena a N'umbuntu em Revista, periódico certificado pela Capes, interdisciplinar. Integra o Grupo de pesquisa África-Brasil: produção de conhecimento, sociedade civil, desenvolvimento e Cidadania Global - Unilab, certificado pelo CNPq. Foi fundador do Núcleo de Estudos Negros (NEN) entidade do movimento negro de Santa Catarina. Atuou no ensino e pesquisa e pós-graduação nas Faculdades Kurios e Faculdade Ateneu, ambas em Fortaleza/CE. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Currículos Específicos para Níveis e Tipos de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, discriminação na educação, educação antirracista, negro e educação, sociologia da educação, história e cultura africana e afro-brasileira.

PROF^a. DRA. JACQUELINE DA SILVA COSTA

Titulação: Doutorado

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3988962683769172>

Sou Mulher, Preta, Feminista, Neta Cassiana de Souza e filha de Maria Constatina da Silva e Costa, Professora Adjunta da Universidade da Integração Internacional da

Lusofonia Afro-Brasileira, ligada ao do Instituto de Humanidades (UNILAB- IH- Ceará). Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) com bolsa do International Fellowships Program/Brasil (IFP) (2010). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Licenciada em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Membro fundadora e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Africanos, Afrobrasileiros e Indígenas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Neaabi/Unilab). Coordeno o Projeto de Extensão Lélia Gonzalez, Presente! Projeto de Formação intelectual e Política sobre Feminismos Negros, conhecimento e empoderamento de Mulheres Negras (Unilab-Ce). Integro o Grupo de Pesquisa: Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (reaPODERE) que desenvolve atividades de ensino crítico, pesquisa e extensão colaborativa, da da Unilab-Ceará. Integrante do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o fenômeno religioso, Tierno Bokar, da Unilab-Ceará. Em 2008 atuei como consultora da Sempre Viva Organização Feminista (SOF) prestadora de serviço do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) do Governo Federal para formação em Gênero, Raça e etnia e assessoramento no acesso de políticas públicas para Trabalhadoras Rurais assistidas pelo Programa Nacional da Reforma Agrária. Coordenei o Núcleo de Estudos sobre Educação Gênero, Raça e Alteridade (NEGRA/UNEMAT) e hoje atuo como pesquisadora colaboradora. Sou pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFSCar. Atuei como coordenadora pedagógica do curso de Especialização em Relações Raciais Étnico Raciais, NEAB/Sead/UFSCar e tutora virtual do curso de aperfeiçoamento Gênero e Diversidade na Escola (GDE/UFSCar/Sead). Coordenei o Curso de Bacharelado em Humanidades (BHU/Unilab-Ceará). Tenho experiência em análise de trajetórias de vida e processos de racialização e experiência de estudantes negros em Educação e em Sociologia. Realiza pesquisas nos seguintes temas: Estudos pós-coloniais, Educação das Relações Étnico-raciais, Sociologia das Relações Étnico Raciais, Políticas Afirmativas no ensino superior, Literatura Negra, Estudos que articulam raça, etnia, classe, gênero e sexualidade e Feminismos Negros e a produção das Intelectuais negras no campo da Literatura, Educação e da Sociologia.

Prof. Dr. JOSERLENE LIMA PINHEIRO (LENO PINHEIRO)

Titulação: Doutorado

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0550110355199189>

Professor da carreira do Magistério Superior lotado no Instituto de Humanidades (IH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. Pedagogo, mestre e doutor em Educação formado pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Atuou como Técnico em Assuntos Educacionais na Unilab no período entre 2014/2020; Ingressou no Magistério Superior em 2020 (Setor de estudo: Ensino de Ciências e Matemática para a Educação Infantil e Ensino Fundamental I). Ocupou a Chefia do Serviço acadêmico do IH (2021/2022); Desde 2022 ocupa a Coordenação de Pesquisa (CPQ) da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG); Integrante dos Grupos de Pesquisa: Matemática e Ensino - MAES/UECE; e Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em EtnoMatemática - GIEPEM/UNILAB; Áreas de interesse: Formação de professores; Políticas Públicas; Educação Matemática; Ensino de Ciências; Tecnologias na educação; Etnomatemática; Ética; Educação e espiritualidade; Cultura Hacker; Afrofuturismo; Educação Especial .

Prof. Dr. LINCONLY JESUS ALENCAR PEREIRA

Titulação: Doutorado

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6328310864628728>

Professor e Babalorixá. Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA e em Licenciatura em Física pela UFC. Desenvolve sua atuação profissional na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB/CE, no Instituto de Humanidades, curso de Pedagogia. Tem experiências na área de Manifestações Culturais Africanas e Afro-brasileiras, Religiões de Matrizes Africanas e Afro-brasileiras, Formação de Professores/as, Educação do Campo, Educação Contextualizada, Práticas Educativas de Convivência com o Semiárido, Educação Escolar Quilombola e Indígena, Movimentos Sociais Camponeses e Relações Étnico-raciais, Diversidade, Cultura.

PROF. DR. LUÍS CARLOS FERREIRA

Titulação: Doutorado

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4442920811345896>

Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ/PPFH-2017), com estágio Pós-Doutoral pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas (UFRJ-2021). Mestre em Educação (UERJ/PROPED-2004) e Graduado em Pedagogia (UERJ/FEBF-1998). Bolsista de Produtividade em Pesquisa pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). É professor no Curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), onde também é docente Permanente no Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH). É coordenador de Projetos e Acompanhamento Curricular da Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad-UNILAB). Coordenador do Grupo de Pesquisa "Observatório Vozes da EJA Brasil-África?", reunindo Brasil e os países que integram a CPLP, especialmente, Moçambique, Guiné-Bissau e Angola. Tem interesse nos temas Educação de Jovens e Adultos (EJA), políticas públicas em educação, desigualdade/pobreza, exclusão, manifestações culturais africanas e afro-brasileiras, formação de professores da EJA e escrita e letramentos no âmbito da EJA.

Prof. Dr. LUIS EDUARDO TORRES BEDOYA

Titulação: Doutorado

<http://lattes.cnpq.br/6106127394220373>

Professor Adjunto (DE) do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, no Instituto de Humanidades (IH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC, na linha de pesquisa Movimentos sociais, Educação Popular e Escola. Mestre em Ciências da Religião pela UMESP (SP), Bacharel em Teologia no ISI/FAJE (MG), Licenciatura Plena em Filosofia na FAI (SP). Docente no magistério superior na Faculdade Católica de Fortaleza, Instituto de Ciências Religiosas (ICRE, Fortaleza), Instituto de Teologia Aplicada (INTA, Sobral), Faculdade Kurios (FAK, Maranguape). Foi vice-coordenador e coordenador e membro do NDE do curso de Pedagogia da Unilab. Coordenador do curso de Especialização em Metodologias Interdisciplinares e Interculturais para o Ensino Fundamental e Médio da Unilab. Tem experiência docente, de pesquisa e coordenação em Educação, Ciências da

Religião e Teologia. Desenvolve estudos nas áreas de: pesquisa (auto)biográfica, fenômeno e ensino religioso, antropologia e sociologia da educação, afro centrismo, educação antirracista e decolonial. Membro do Grupo de Pesquisa Tierno Bokar: Núcleo de pesquisa e estudos sobre o Fenômeno Religioso. (UNILAB).

Prof^a. Dra. LUMA NOGUEIRA DE ANDRADE

Titulação: Doutorado

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4732246H1>

Professora Adjunta DE da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira - UNILAB atua no Mestrado (MASTS) e graduação (IHL). Possui Graduação em Licenciatura em Ciências pela Universidade Estadual do Ceará - UECE; pós-graduação em gestão e avaliação da educação (UFJF); Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) em Meio Ambiente e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Experiência em gestão na 10^a CREDE/SEDUC-CE (26 escola distribuídas em 13 municípios) e UNILAB (coordenação do PACC 2014 e atualmente na Coordenação de Gestão do PIBID); Membro da comissão que elaborou do PPC de Pedagogia da UNILAB; Orientadora de estudantes da iniciação científica (Bolsistas do PIBIC); Indicada pela SEDUC-CE a Medalha do Mérito Funcional (2010); Vencedora do II Prêmio Ciências (MEC, CNPQ, ONU), vencedora do Prêmio Educando Pela Diversidade Sexual (Senado Federal), vencedora do prêmio Artur Guedes. Tem experiência na área de gestão, Ciências Humanas, atuando principalmente nos seguintes temas: Direitos Humanos, Diversidade cultural, Etnicorracialidade, gênero e sexualidade, Educação, Políticas públicas e Movimentos Sociais. Autora do livro Travestis nas Escolas: Assujeitamento e Resistência a Ordem Normativa.

PROF^a. DRA. MATILDE RIBEIRO

Titulação: Doutorado

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1384417185342430>

Matilde Ribeiro é graduada em Serviço Social (1983), mestre em Psicologia Social (1999) e Doutora em Serviço Social (2013) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Desde 2014 é professora adjunta da UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Brasileira (Instituto de Humanidades/Curso de

Pedagogia), coordena o Grupo AMANDLA - estudo, pesquisa e extensão em Política Pública de Raça/Etnia; Gênero, Desenvolvimento e Territorialidade. Publicou o livro ? Política de Promoção da Igualdade Racial no Brasil (1986 ? 2010) pela Editora Garamond Universitária/Rio de Janeiro (2014). Em 2021 recebeu o título de Doutora Honoris Causa pela UFABC - Fundação Universidade Federal do ABC. No período de 2003 a 2008 exerceu o cargo de Ministra da SEPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Governo Federal). Integra o Conselho da Revista Estudos Feministas e o Conselho AFRICA/Instituto Lula. Coautora do livro ? O Serviço Social e o Combate ao Racismo ? Diálogos pela Editora Nova Práxis/Curitiba (2019) e organizadora do livro - As políticas de Igualdade racial: reflexões e perspectivas pela Editora Fundação Perseu Abramo (2012). Na Revista Estudos Feministas - Universidade Federal de Santa Catarina/Centro de Comunicação e Expressão é co-organizadora do Dossiê: 120 anos da Abolição - um processo ainda inacabado (1999) e do Dossiê: Mulheres Negras (1995). A experiência profissional concentra-se na área de gestão pública (políticas de gênero e raça); docência em nível superior em instituições públicas e privadas; e, assessoria a Movimentos Sociais. A militância política desenvolve-se junto ao movimento negro, de mulheres negras, e, feminista.

Prof^a. Dra. REBECA DE ALCÂNTARA E SILVA MEIJER

Titulação: Doutorado

Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4704039T6>

Possui graduação em Pedagogia (2003), mestrado em Educação (2007) e doutorado em Educação(2012) pela Universidade Federal do Ceará. Foi professora do Ensino Fundamental pelo Governo do Estado do Ceará (1997-1999) e pela Prefeitura de Fortaleza (2000 - 2010), professora substituta na UFC (2007 - 2009), professora efetiva na UFPI (2010 - 2014)e atualmente é professora efetiva DE na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) (2014 - atual). Tem experiência no ensino, na extensão e na pesquisa na área de Educação, com ênfase em Educação para as relações étnico-raciais, trato pedagógico e epistemológico para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africano, políticas curriculares descolonizantes, didática geral, didática do ensino superior, didática afrocentrada e saberes docentes de humanização e ancestral, desde vários referenciais teórico-metodológicos, mas notadamente com a pedagogia e a sociopoética. Esteve na comissão que criou no curso de pedagogia afrocentrado em tela. Na gestão foi coordenadora de curso de graduação, diretora da DRIIA - Diretoria de Regulação, Indicadores

Institucionais e Avaliação da Unilab, coordenadora da COEGS - Coordenação de Ensino de Graduação e Seleção na PROGRAD.

PROF^a. DRA. ROSANGELA RIBEIRO DA SILVA

Titulação: Doutorado

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7260145792225336>

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (2004), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2010) e doutorado em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (2015). Atuou nos anos de 1993-1995 como Coordenadora Diocesana da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP); foi professora, gestora e técnica da Educação Básica na Prefeitura Municipal de Fortaleza (2001-2017). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira desde 09/2017. Atuou na Coordenação de Área e na Coordenação Voluntária do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - Pibid, no subprojeto de Pedagogia/Unilab/Ceará (Agosto/2018 - Junho/2019-Janeiro/2020); Atua na Coordenação de Área do subprojeto Pedagogia no Programa Residência Pedagógica/Unilab/Ceará (Novembro/2020 - aos dias atuais). Assumiu a Sub-chefia do Setor de Promoção da Igualdade Racial na Unilab (2019-2020). Coordena o Grupo de Estudos Gênero e Raça na perspectiva da Luta de Classes. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: política educacional, políticas educacionais de assistência aos pobres, crise estrutural do capital, alfabetização, letramento, políticas de formação de professores, Lei 10639/03 e lei 11.645/08.

13.3 Funcionamento do colegiado do Curso

O Colegiado funcionará de acordo com o que rege os artigos 47 a 49 do Estatuto da Unilab (Título III, Capítulo VI, Sessão III). Segundo Resolução, para cada Curso de Graduação da UNILAB haverá um Colegiado. Os colegiados de Curso de Graduação e de Programa de Pós-graduação são órgãos de consulta de deliberação coletiva em assuntos acadêmicos, administrativos e disciplinares da administração básica setorial, em matéria de ensino, pesquisa e extensão.

O Colegiado de Curso de Graduação é composto por: a) Coordenador; b) todos os docentes, em efetivo exercício, que ministrem disciplinas ofertadas pelo Curso de Graduação;

c) servidores técnico-administrativos em educação da Coordenação do Curso, eleitos por seus pares, com os respectivos suplentes, na proporção de até 15% (quinze por cento) do Colegiado;
d) discentes do curso, eleitos por seus pares, com os respectivos suplentes, na proporção de até 15% (quinze por cento) do Colegiado.

O colegiado do Curso de Pedagogia é composto por todos os docentes que estejam em efetivo exercício no Curso de Pedagogia, bem como conta com representação discente. Quanto à representação de técnicos, o mesmo desde o início do funcionamento não conta com suporte e representação administrativa, o que tem prejudicado seu funcionamento efetivo.

A dinâmica de funcionamento do colegiado conta com reuniões ordinárias mensais e reuniões extraordinárias de acordo com a demanda. A gestão participativa tem dialogado com os pares as questões coletivas e buscado compartilhar as responsabilidades e decisões.

O Colegiado é também regido pela Carta de Princípios aprovada em reunião ordinária no mês de Julho de 2015. Conforme texto da próxima seção.

13.4 Carta de princípios apresentação do Curso de Pedagogia da Unilab/CE

Esta carta tem por finalidade sistematizar princípios para representantes do Colegiado Curso de Pedagogia e do Curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab – Campus da Liberdade – Redenção.

Objetiva tal documento, principalmente, estabelecer os princípios a partir dos quais e pelos quais o Curso de Pedagogia está organizado, bem como servir de orientação para todos e todas representantes da Pedagogia em instâncias da Unilab, Coordenação de Curso, IHL, Consuni, Reitoria, Colegiados, reuniões, assembleias, órgãos deliberativos e consultivos, entre outros, e também em instâncias fora da Unilab, como escolas, municípios, eventos públicos e acadêmicos, órgãos públicos, etc.

Por PRINCÍPIOS compreendemos ideias, formulações, conceitos, valores, éticas que devem orientar o trabalho e as ações do(a) representante da Pedagogia Unilab. Neste sentido, tal documento é uma diretriz do curso de Pedagogia Unilab, sendo o mesmo formulado em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia.

Os(as) Representante do Curso de Pedagogia Unilab – Redenção fundamenta-se nos seguintes princípios:

1. O princípio da Ética, no qual respeita e representa as decisões do Colegiado de Pedagogia e dos(as) membros do Curso de Pedagogia.

2. O princípio de Defesa, Valorização e Fortalecimento da Proposta Curricular de Curso da Pedagogia (PPC) e das decisões do Colegiado da Pedagogia.
3. O princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e do respeito ao outro ser humano, as compreensões políticas e teóricas divergentes; aos valores, cosmologia, epistemologias oriundas do mundo africano e suas diásporas.
4. O princípio de Combate ao racismo, machismo, sexismo, homofobia e as formas correlatas de intolerância.
5. O princípio da Representatividade: fazer-se representante das decisões do Colegiado da Pedagogia e dos(as) membros do Curso de Pedagogia, mesmo nas diversidades de pensamento, não pensar, agir, decidir pelo individual e sim para a coletividade; representar somente no que e para que foi designado(a).
6. O princípio da pessoalidade: Os representantes são responsáveis por suas práticas como atores sociais, pesquisadores e professores, desta forma, devem, enquanto representante, diferenciar posicionamento pessoal da representação do colegiado da Pedagogia.
7. O Princípio das Soluções Pacíficas: Todos(as) deverão resolver suas controvérsias pessoais, políticas, teóricas, educacionais, acadêmicas, por meios pacíficos, se possível, nas reuniões do Colegiado, de modo que não haja ameaças pessoais, ameaças e difamação ao Curso de Pedagogia da Unilab.
8. Princípio da Obrigatoriedade: Todos(as) os(as) representantes se obrigam a cumprir os compromissos da Carta, caso não cumpra-os, o Colegiado pode pedir justificativas, retratações, a entrega da representatividade, porém possibilitando a ampla total defesa do representante.

Situações não previstas nesta carta devem ser decididas pelo Colegiado da

Pedagogia.

13.5 Atuação do Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante atuará segundo o regimento abaixo, aprovado em reunião do NDE e do Colegiado da Pedagogia

Regimento do Núcleo Docente Estruturante do curso de Pedagogia da Unilab

CAPÍTULO I

NATUREZA, SEDE E FINALIDADE

Art. 1º – O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Pedagogia/CE da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Art. 2º – O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo e deliberativo responsável pela concepção e desenvolvimento do Projeto Pedagógico Curso de Pedagogia/CE da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e tem, por finalidade, a implantação, avaliação, atualização e consolidação do mesmo.

Art. 3º - O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é disciplinado pelo Estatuto e Regimento Geral da UNILAB, pelo Projeto Pedagógico Curso de Pedagogia/CE, pelo presente Regimento Interno e pela PORTARIA REITORIA/UNILAB Nº 682, 19 DE DEZEMBRO DE 2023, que versa sobre a Aprovação do Manual para Elaboração de Regimentos Internos no âmbito da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab.

Art. 4º - Para a realização de seus objetivos, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) deverá cumprir as normas previstas no Estatuto e no Regimento Geral da UNILAB, em consonância com as diretrizes do Projeto Pedagógico Curso de Pedagogia/CE, nele abrigado, sob a orientação do Colegiado do Curso de Pedagogia.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Seção I – Da Estrutura

Art. 5º - O Núcleo Docente Estruturante será composto por no mínimo cinco (5) docentes do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia/CE sendo assim constituído:

- I. Pelo/a Coordenador/a do Curso, como seu/sua presidente/a;
- II. 5 (cinco) docentes efetivos/as do Curso de Pedagogia, integrantes do Colegiado do Curso e por ele indicados/as e que possuam formação em nível de doutorado.

Art. 6º – Os/as representantes serão eleitos/as e/ou indicados/as pelo Colegiado do curso para um mandato de 2 (dois) anos, com possibilidade de recondução.

Parágrafo único. O Núcleo Docente Estruturante deve ser constituído por membros do corpo docente do Curso que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na

produção de conhecimento na área, no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, e que tenham atuação destacada no desenvolvimento do Curso.

SEÇÃO II – DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º – Quanto ao funcionamento das reuniões, o Núcleo Docente Estruturante reunir-se-á, ordinariamente 1 (uma) vez por período letivo regular, preferencialmente no início do semestre letivo e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu/sua Presidente/a ou pela maioria simples dos seus membros.

§ 1º. As reuniões observarão o *quórum* mínimo correspondente à maioria simples do totalde membros do NDE.

§ 2º. As decisões serão tomadas de forma coletiva, quando necessário por maioria simplesde votos, com base no número de presentes à reunião.

CAPÍTULO III – COMPETÊNCIAS

Art. 8º - São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular e atualização periódica do Projeto Pedagógico do Curso;
- II. Conceber, consolidar e avaliar o Projeto Pedagógico do Curso, definindo sua concepção e fundamentos, quando necessários, em atendimento às normas superiores.
- III. Supervisionar e apoiar as formas de avaliação e acompanhamento do projeto pedagógico do curso definidas pelo Colegiado do Curso;
- IV. Zelar pela integração curricular interdisciplinar e transdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão constante no currículo;Indicar formas de incentivo
- V. o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriunda de necessidades da graduação, em atendimento a normas superiores e afinadas com o PPC do Curso de Pedagogia e as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- VI. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação; das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia; Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica; Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena entre outras diretrizes que pautam a educação para a cidadania
- VII. Atuar em prol de uma formação que fomente a integração acadêmica e sociocultural entre o Brasil, a África e a Ásia, envolvendo particularmente os países da Integração.
- VIII. Exercer demais atribuições que lhes são explícitas ou implícitas conferidas pelo Regimento Geral da Universidade da Integração Internacional da LusofoniaAfro-Brasileira (UNILAB), bem como legislação e regulamentos a que se subordine.
- IX. Emitir relatório, ao final do biênio do mandato da coordenação do curso, sobre os

resultados das suas atribuições, apresentando a situação atual do curso, quanto a problemas ou deficiências, realizações e potencialidades, proposições para melhoria do curso.

Parágrafo único. As proposições do Núcleo Docente Estruturante serão submetidas à apreciação e deliberação do Colegiado do Curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

CAPÍTULO IV - ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 9º – Compete ao Presidente do Núcleo Docente Estruturante:

- I. Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto;
- II. Representar o NDE junto aos órgãos da universidade ou indicar um(a) representante, devidamente eleito pelo NDE junto aos órgãos da universidade;
- III. Encaminhar as deliberações do NDE;
- IV. Designar relator ou comissão para estudo de matéria, sendo estas aprovadas pela maioria simples do NDE;
- V. Promover e coordenar a integração com a direção do IH e com as Coordenações e NDEs dos demais cursos do Instituto.
- VI. Promover a integração com os demais colegiados e setores da instituição.
(é uma inclusão nova e não em no regimento que tem no regimento que está no PPC antigo.)

§ 1º. Na ausência ou impedimento do(a) Coordenador(a) do Curso, a Presidência do NDE será exercida pelo decano(a).

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10º – Este regimento poderá ser revisto a qualquer tempo desde que solicitado por pelo menos 2/3 (dois terços) do total de membros do NDE ou do colegiado.

§ 1º. A elaboração do regimento é atribuição do NDE.

Art. 11º – Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo Docente Estruturante ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 12º – O presente Regimento entra em vigor após aprovação pelo Colegiado do Curso de Pedagogia.

14 CONDIÇÕES DE OFERTA DO CURSO

Destaca-se a importância de se considerarem as condições de oferta do Curso, para que sua implantação ocorra o mais próximo possível daquilo que se planejou. Assim, torna-se necessário:

- fortalecer as características acadêmicas e profissionais do corpo docente formador;
- estabelecer um programa institucional de desenvolvimento profissional contínuo para os docentes;
- fortalecer os vínculos entre as instituições formadoras e o sistema de educação básica da região do Maciço de Baturité, suas escolas e seus professores;
- oferecer infraestrutura institucional adequada, sobretudo no que concerne a recursos bibliográficos e tecnológicos;
- formular, discutir e implementar um sistema de avaliação periódica e sistemática do Projeto Pedagógico do Curso;
- comprometer-se com a qualidade do curso oferecido: instalações físicas adequadas, aquisição sistemática de material, contratação e formação contínua de pessoal técnico-administrativo e docente;
- assegurar o desenvolvimento das atividades acadêmicas científico-culturais.

14.1 Apoio ao discente

Em cumprimento ao que estabelece a Portaria do Ministério da Educação nº 794, de 23 de agosto de 2013 e consonância com o princípio da integração, que se constitui em fundamento basilar da Unilab e, portanto, deve pautar todas as suas ações, o Curso de Pedagogia conta com instrumentos de apoio ao discente.

Há três instrumentos criados e administrados pela Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis – Propae, que estão disponíveis para os estudantes da Unilab, que possuam perfil para acessá-lo. São eles:

- a) Programa de Assistência Estudantil – PAES, que disponibiliza, por meio de recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, auxílios pecuniários para que estudantes em situação de vulnerabilidade

socioeconômica custeiem despesas com alimentação, moradia e transporte.

- b) Núcleo Interdisciplinar de Atenção às Subjetividades – NIAS, que disponibiliza para todos os estudantes da Unilab apoio psicossocial.
- c) Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros (PAIE) que é destinado a auxiliar estudantes estrangeiros ingressantes na Unilab e tem como objetivo acompanhar e orientar esses estudantes na sua chegada à universidade. Desta forma, auxilia-o no processo de inserção e regularização na vida acadêmica, contribuindo para a integração com os outros estudantes e o contexto universitário.
- d) Coletivo da Infância do Maciço de Baturité – CIM/ Centro Integrado de Atenção ao Desenvolvimento Infantil – CIADI, que atende crianças filhas e filhas de discentes, docentes, técnicos e servidores da UNILAB e do Maciço numa parceria com o Centro de Educação Infantil Francisca Arruda de Pontes - creche situada ao lado do *Campus* da Liberdade - UNILAB. Nesta atividade sistemática conta com três bolsistas remunerados e três bolsistas voluntários que atuam a partir dos eixos temáticos: Importância da ludicidade e da cultura na infância, Saúde e Desenvolvimento da criança, Culturas de matrizes africanas, Educação Ambiental e cultivo da terra e Engenharia social para crianças. O CIM/CIADI atuou nas reorientações das Ações das políticas Estudantis propondo o auxílio creche e no Censo de crianças da UNILAB, na formação de jovens professores com a realização de formações de arte educadores interculturais e dois estágios extra-curriculares - Centro Educação Infantil Maria José Alves da Silva no Quilombo de Horizonte e na Educação infantil da Escola Waldorf Micael em Fortaleza - projeto pedagógico de arte da educação e da Educação para a liberdade. No mês de Outubro, o CIM-CIADI participa também da organização da Ciranda Infantil Paulo Freire, que na primeira edição em 2015 abordou a arte do brincar e em 2016 as artes do fazer na escola, em parceria com o Afrodita, Life e Prodocência, entre outros programas. As atividades são realizadas na UNILAB e no Maciço de Baturité para crianças pequenas e grandes e conta ainda com oficinas de formação de jovens docentes, integrando arte, ciência e diversidade numa perspectiva de descolonização dos saberes, fazeres e das relações.

No tocante aos programas da Prograd, dispomos de ações que contribuem para a permanência qualificada dos discentes e com a formação de jovens professores críticos, criativos, numa perspectiva intercultural e interdisciplinar.

- a) Programa Pulsar objetiva contribuir para o acompanhamento e orientação acadêmica dos estudantes dos cursos de graduação, na forma de ações de tutoria, ao promover a adaptação do estudante, contribuir para permanência qualificada do mesmo e orientá-lo. O acompanhamento/avaliação do desenvolvimento das atividades realizadas pelos Tutores Juniores será feito pelos Tutores Seniores por meio de encontros organizados a critério destes. O curso de Pedagogia conta com dois bolsistas remunerados no Projeto Pulsando Pedagogia.

15. REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Este documento fundamenta-se em orientações gerais abaixo relacionadas, em consonância com a Resolução CONSUNI/UNILAB No. 11/2017 que estabelece as normas gerais para a elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso para graduação.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste em componente curricular obrigatória, para a obtenção do grau e diploma no curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, cujo objetivo é consolidar os estudos investigativos, bem como estimular o graduando a prosseguir estudos de pós-graduação.

15.1 Integralização curricular do TCC

Exige-se a apresentação, com sucesso, perante banca de três professores, sendo um deles, o orientador, de um Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido sob a orientação de um professor/a orientador/a, de preferência do curso de Pedagogia, em procedimento regulamentado pelo **Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** estabelecido neste documento. Este regulamento obedece à Resolução CONSUNI nº 11/2017, que estabelece as normas gerais para a elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso para graduação na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab.

O TCC caracteriza-se pela elaboração do TCC I e TCC II, sendo feito individualmente sobre problemas de natureza social, filosófica e políticos campos da

Pedagogia, com ênfase na perspectiva epistêmica africana, considerando as experiências de ensino e pesquisa vinculados às componentes curriculares do curso de Licenciatura em Pedagogia, tendo por princípio a sua relevância social e científica. Essas componentes curriculares TCC I e TCC II, perfazem a carga horária de 105 horas cada uma, respectivamente, totalizando 210 horas, sendo feitas nos semestres 7º e 8º.

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DOS CURSOS (TCC) DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TÍTULO I

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regulamento tem por finalidade estabelecer normas para o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Parágrafo único. O TCC é requisito indispensável à integralização curricular.

Art. 2º A elaboração do TCC faz parte das atividades integrantes dos currículos do Curso de Licenciatura em Pedagogia, sendo este obrigatório e um dos critérios para a colação de grau e consequente obtenção do título.

§ 1º A elaboração do TCC I e TCC II será individualmente sobre problemas de natureza social, filosófica e políticos campos da Pedagogia, com ênfase na perspectiva epistêmica africana, considerando as experiências de ensino e pesquisa vinculados às componentes curriculares do curso de Licenciatura em Pedagogia, tendo por princípio a sua relevância social e científica;

§ 2º As componentes curriculares TCC I e TCC II, perfazem a carga horária de 105 horas cada uma, respectivamente, totalizando 210 horas;

Art. 3º Serão aceitas como modalidades de TCC: Monografia, Artigo Científico, criação de Obra Literária (livros didáticos, paradidáticos) e Produção Audiovisual.

§ 1º A escolha da modalidade deverá estar em concordância com o Orientador do trabalho que, junto ao estudante, definirá o andamento do trabalho.

§ 2º Define-se como Monografia o trabalho realizado com rigor metodológico de pesquisa científica, voltado à investigação de algum tema de relevância para a produção de conhecimentos científicos, devendo expressar a capacidade do(a) discente de abordar e

sistematizar conteúdos produzidos ou adquiridos ao longo do curso, devendo ainda atender a critérios específicos de normalização, redação científica e apresentação da área específica de conhecimento ou formação interdisciplinar.

§ 3º Define-se como Artigo Científico o trabalho submetido conforme normas da ABNT e APA ou Vancouver.

§ 4º Define-se como Livro Didático um material de cunho pedagógico que tem por finalidade auxiliar e orientar no aprendizado dos alunos, sendo por vezes o principal ou único recurso pedagógico em sala de aula, podendo este tratar sobre diversos conteúdos de uma determinada área de conhecimento;

§ 5º Define-se como Livro Paradidático são livros de literaturas diversas que são utilizados em sala de aula como recurso lúdico ou mesmo de aprofundamento de um determinado conhecimento.

§ 6º Define-se como Produção Audiovisual a área de produção artística, cultural e multimídia, que une elementos sonoros com elementos visuais, podendo estes serem produções cinematográficas ou projetos educacionais, entre eles: documental, ficcional e animação.

§ 7º As obras literárias (livros didáticos, paradidáticos) e produção audiovisual deverão vir acompanhadas de produção textual fundamentadas teórico-metodologicamente apresentadas via relatório específico final.

Art. 4º A modalidade Artigo Científico pressupõe rigor científico na revisão de literatura e na fundamentação metodológica, bem como obediência às regras éticas da pesquisa e o esmero com as normas da língua portuguesa. Este deve dispor de no mínimo 25 páginas e ter sido submetido para publicação em Revista Científica com Qualis B, referenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), devendo o comprovante de submissão ser anexado ao mesmo.

Art. 5º A obra audiovisual deverá relacionar o caráter teórico e prático estudado durante o curso, evidenciando os elementos curriculares e questões levantadas pela pesquisa da/do discente.

§ 1º O formato do filme poderá ser documentário, ficcional, drama, doc-fic, experimental. O trabalho em audiovisual deverá ter no mínimo 15 (quinze) minutos e no máximo 20 (vinte) minutos, considerando, créditos, ficha técnica ou qualquer outra informação extra-filme.

§ 2º A ficha técnica é um elemento obrigatório do trabalho, devendo constar o nome da equipe de produção, se for o caso, com a função de cada membro. Se o filme for produzido por apenas uma pessoa, deverá constar as atribuições técnicas de seu trabalho também através da ficha técnica anexada no próprio audiovisual.

§ 3º O Trabalho de Conclusão de Curso em audiovisual é para avaliação individual do/a discente proponente do trabalho e que a equipe técnica poderá contribuir na produção do filme, tendo como contrapartida certificado de horas complementares ofertadas pela Coordenação do Curso de Pedagogia.

Art. 6º As produções textuais deverão seguir as normas de escrita acadêmicas estabelecidas pela Manual de Normatização dos Trabalhos Acadêmicos da UNILAB e da ABNT.

Art. 7º O TCC deverá obedecer às normas éticas da pesquisa científica, sendo o estudante e o orientador o responsável pelo cumprimento desta norma. Quando necessário, após validação do projeto de pesquisa pelo orientador, o estudante deverá buscar as condições para sua execução, seja pela autorização do Comitê de Ética em Pesquisa, ou por Termo de Consentimento Livre das instituições, ou sujeitos envolvidos na pesquisa.

Art. 8º Cada orientador deverá ter, em cada período letivo, até 6 (seis) orientandos por semestre. Somente em casos especiais, e conforme Projeto Político Pedagógico do curso, poderá exceder este número, caso seja imprescindível e não comprometa a qualidade do trabalho, sob aprovação do colegiado de curso.

Art. 9º Em nenhuma hipótese será autorizado o Aproveitamento de Créditos ou dispensa do componente TCC.

Art. 10 O estudante com necessidades educacionais especiais realizará o seu TCC de acordo com a sua necessidade. A proposta de TCC deverá ser apresentada pelo/a orientador/a e aprovada em reunião de colegiado.

TÍTULO II

SEÇÃO I DAS ETAPAS

Art. 10º As disciplinas TCC I e TCC II compreenderão atividades de Orientação, Acompanhamento e Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 1º Condições para a escolha do TCC como sendo Monografia:

- a. Para que o TCC seja em forma de monografia é obrigatório que a escolha desse caminho seja realizada no TCC I em comum acordo com o orientador/a, não podendo essa escolha ser realizada em nenhuma outra etapa;
- b. O tema da monografia deverá ser vinculado aos assuntos de Pedagogia ou Educação;
- c. Ao final do TCC I deverá ser apresentado o desenvolvimento teórico da Pesquisa e a construção da metodologia. A etapa do TCC II deverá conter a aplicação da metodologia ao estudo, a discussão dos dados e a construção teórica da sua análise, sendo esta finalizada no TCC II e apresentada para apreciação da banca.

§ 2º Condições para a escolha do TCC como sendo Artigo Científico:

- a. Para que o TCC seja em forma de artigo científico é obrigatório que a escolha desse caminho seja realizada no TCC I em comum acordo com o orientador/a, não podendo essa escolha ser realizada em nenhuma outra etapa;
- b. O tema do artigo científico deverá ser vinculado aos assuntos de pedagogia ou educação;

- c. Ao final do TCC I deverá ser apresentado o desenvolvimento teórico da Pesquisa e a construção da metodologia. A etapa do TCC II deverá conter a aplicação da metodologia ao estudo, a discussão dos dados e a construção teórica da sua análise, sendo esta finalizada no TCC II e apresentada para apreciação da banca.

§ 3º Condições para a escolha do TCC como sendo um produto literário da forma de livro didático ou paradidático:

- a. Para que o TCC seja em forma de livro didático ou paradidático é obrigatório a escolha desse caminho a ser realizada no TCC I em comum acordo com o orientador, não podendo essa escolha ser realizada em nenhuma outra etapa, devendo, no final desta etapa, sendo apresentado o Projeto de Pesquisa, que fundamentará o livro didático ou paradidático.
- b. O tema do livro didático ou paradidático deverá ser vinculado aos assuntos de Pedagogia, ou Educação;
- c. No TCC II deverá ser entregue junto com o relatório técnico final e apresentado para apreciação da banca.

§ 4º Condições para a escolha do TCC como sendo um produto audiovisual:

- a. Para que o TCC seja em forma de produto audiovisual é obrigatório a escolha desse caminho a ser realizada no TCC I em comum acordo com o orientador, não podendo essa escolha ser realizada em nenhuma outra etapa, sendo apresentado o Projeto de Pesquisa, que fundamentará o produto audiovisual
- b. O tema do produto em audiovisual deverá ser vinculado aos assuntos de pedagogia ou educação;
- c. Ao final do TCC II deverá ser apresentado o relatório técnico final do produto audiovisual, contendo acervo de vídeos, imagens e sons em anexo, sendo este entregue no TCC II, junto com o relatório final e apresentado para apreciação da banca.

TÍTULO III

SEÇÃO I

DA ESTRUTURA FUNCIONAL DO TCC

Art. 11º A estrutura funcional do TCC compreende:

- I Colegiado de curso;
- II Coordenador/a de curso;
- III Professor/a coordenador/ do TCC;
- IV Professor/a orientador/a.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO DE CURSO

Art. 12º Ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia compete ser agente interlocutor e de apoio o coordenador de TCC, colaborar, sempre que necessário, com o Professor Orientador, no que diz respeito aos contatos com instituições públicas, privadas e

de terceiro setor a fim de viabilizar o acesso ao material de referência para a pesquisa, durante a elaboração do TCC pelo aluno.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR COORDENADOR DE TCC

Art. 13º São atribuições do Professor – Coordenador do TCC:

I Ser apoio à Coordenação e do Colegiado do curso de Pedagogia no que tange ao processo de elaboração, supervisão e apresentação do TCC.

II Cadastrar as bancas do TCC no SIGAA da Coordenação.

III Orientar os estudantes sobre a sistemática normativa do TCC;

IV Executar e/ou supervisionar as decisões administrativas e medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento e das deliberações do Colegiado de Curso;

V Sugerir à Coordenação do Curso e do Colegiado medidas que visem ao aprimoramento no Regimento das atividades do TCC;

VI Cabe ao coordenador de TCC criar instrumentais que facilitem o acompanhamento e a apresentação do TCC nas bancas de defesa.

VII Manter banco de dados atualizado dos Trabalhos de Conclusão de Curso aprovados, bem como *linhas de pesquisa* dos professores orientadores;

SEÇÃO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR ORIENTADOR DO TCC

Art. 14º Ao Professor Orientador compete:

I Orientar a elaboração do TCC em encontros periódicos, previamente agendados com o orientando;

II Ler e acompanhar as versões preliminares e sugerir ao aluno refazer ou completar os itens que se fizerem necessários;

III Participar de bancas de apresentação de TCC para as quais estiver designado(a);

IV Coordenar o processo da composição das bancas examinadoras e definir o cronograma de apresentação do TCC;

V Incluir no SEI a Ata da Defesa de TCC.

VI Emitir a Declaração do(a) s docentes examinadores(a)s da Banca do TCC a partir das Declarações de Banca do seu SIGAA.

VII Cumprir e fazer cumprir as normas vigentes ao TCC.

VIII Fazer a entrega do TCC à banca examinadora num prazo mínimo de 15 dias.

SEÇÃO V DAS ATRIBUIÇÕES DO (A) ESTUDANTE DE TCC

Art. 15º São atribuições do (a) estudante em fase de conclusão de TCC:

I Frequentar as reuniões convocadas pela coordenação de TCC do curso de Pedagogia ou pelo seu orientador e/ou co-orientador (se houver) nos horários pré-estabelecidos;

II Manter contatos, no mínimo mensais, com Professor Orientador para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas;

III Cumprir os prazos estabelecidos pela coordenação de TCC, para entrega de projetos, relatórios parciais e a versão final do TCC;

IV Elaborar projeto para que seja objeto de produção do TCC e a versão final do mesmo, de acordo com orientações do Orientador e as normas do regulamento previsto no Projeto Pedagógico do curso;

V Submeter o TCC à avaliação prévia do Professor Orientador antes do final do período letivo visando obter deste as devidas correções e/ou sugestões;

TÍTULO IV

SEÇÃO VIII DA ORIENTAÇÃO DO TCC

Art. 16º Condução da Orientação do TCC

§1º É facultada a colaboração de professor co-orientador do TCC, interno ou externo ao curso de Pedagogia desde que indicado pelo orientador, membro do corpo docente do Curso;

§2º Cabe ao Professor Orientador de TCC acompanhar os procedimentos da pesquisa até a redação final e garantir o caráter público da defesa do trabalho, sempre averiguando a obediência às regras éticas da pesquisa e o esmero com as normas da língua portuguesa e da ABNT.

Art. 17º O estudante da Licenciatura em Pedagogia terá um orientador entre os docentes do Curso de Pedagogia;

§ 1º O/A aluno/a poderá ter como orientador/a um/a professor/a que não seja vinculado ao curso de Pedagogia, o qual deverá ser anunciado para o referendo do Colegiado.

§ 2º O/A estudante poderá ter coorientação e este pode ser realizado por docente do Instituto de Humanidades.

§3º O orientador ou o coorientador indicado deverá manifestar prévia e formalmente a sua concordância.

§4º De acordo com a natureza do trabalho, poderá ser designado um co-orientador para o mesmo aluno. O prazo máximo para designação e registro de co-orientação será de 3 (três) meses contados a partir do ingresso do estudante na disciplina TCC II.

§5º O co-orientador é definido como sendo aquele docente ou pesquisador, com título de mestre ou doutor ou equivalente, chamado a contribuir com competência complementar àquela do orientador, considerada necessária à realização do projeto acadêmico do aluno.

§6º O professor orientador ou co-orientador poderá declinar da orientação de um estudante, o que deverá ser feito através de justificativa escrita para o Coordenador de TCC do curso.

§7º Ao estudante é concedido o direito de pleitear mudança de orientador, mediante requerimento justificado, dirigido ao Coordenador, cabendo ao Colegiado do curso de Pedagogia o julgamento do pedido.

TÍTULO III

SEÇÃO I DA DEFESA

Art. 18º - Da defesa do TCC

§1º A defesa do TCC, que será pública, deverá ocorrer até o último dia do período letivo em que se matriculou o aluno, conforme calendário da UNILAB;

§2º Caberá ao docente orientador, via SISGEF, providenciar o local para a defesa, em conformidade com a data e o horário estipulados;

Art. 19º Da banca examinadora do TCC

§1º A banca será composta dos seguintes membros:

I professor-orientador (presidente); dois professores examinadores, um deles, obrigatoriamente, membro do corpo docente do curso de Pedagogia, podendo o segundo examinador ser um membro de outro curso da Unilab, membro externo ou co-orientador, quando houver;

II a composição da banca examinadora indicará um professor suplente, pertencente ao corpo docente do Instituto de Humanidades;

§2º Caberá ao orientador formalizar o convite aos membros da banca examinadora;

§3º É da responsabilidade da Comissão Examinadora averiguar a obediência às

regras éticas da pesquisa, cabendo comunicar por escrito à Coordenação de TCC qualquer erro verificado;

SEÇÃO II DA AVALIAÇÃO

Art. 20º Membros da banca examinadora devem atribuir nota de avaliação, de zero a dez, ao Trabalho de Conclusão de Curso.

§1º Se no dia da apresentação do TCC, a Banca Examinadora considerar que o trabalho necessita de melhorias, poderá sugerir que o estudante o reapresente no prazo de 15 dias.

Art. 21º Após a apresentação, o estudante deverá realizar as correções sugeridas pela Banca examinadora e entregar um exemplar do TCC à Biblioteca, por meio de uma cópia em formato digital.

Art. 22º O estudante que não entregar o TCC ao Professor-orientador, no prazo por ele estabelecido, ou não comparecer para sua defesa oral na data marcada, estará reprovado na disciplina relativa à orientação de TCC.

Art. 23º Da avaliação e atribuição de notas

§1º. Para efeitos de avaliação e atribuição de nota, a banca examinadora deverá levar em consideração, quando da apreciação do trabalho, a qualidade acadêmica, o domínio apropriado da língua portuguesa, a inserção do trabalho em tema ou linha de pesquisa das Humanidades e a correta adequação entre referencial teórico-metodológico e a pesquisa empreendida pelo aluno;

§2º. Cada membro da banca deverá atribuir nota individual e nominal, que constará na ata da defesa e na folha de rosto de monografia;

§3º. A nota do TCC será resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca, variando de 0 (zero) a 10,0 (dez), sendo o 10,0 (dez) reservado aos trabalhos de excelência;

§4º. Será considerado aprovado e apto à colação de grau o estudante que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete);

§5º. Será considerado reprovado na disciplina de TCC o estudante que obtiver média inferior a 7,0 (sete) na defesa do Trabalho;

§6º. Toda e qualquer verificação comprovada de plágio implica em reprovação automática do estudante, cabendo ao presidente da comissão examinadora do trabalho, quando verificado o delito, apresentar relatório circunstanciado, assinado por todos os membros da banca, à Coordenação do TCC, e este encaminhará à Coordenação do Curso de Pedagogia que tomará as providências cabíveis, conforme legislação vigente;

§7º. É responsabilidade do professor orientador (presidente da comissão

examinadora) preencher a ata da defesa e entregá-la à Coordenação de TCC, indicando a nota atribuída individualmente pelos membros da Banca, a média final do estudante e fazendo constar a assinatura dos professores membros da comissão e do estudante autor da monografia.

TÍTULO IV

SEÇÃO I DO DEPÓSITO DO TCC

Art. 24º São normas para o depósito do TCC:

§1º. Defendido, aprovado e feito às devidas correções ao TCC, o depósito será feito sob responsabilidade do/a estudante, que deverá depositar uma cópia em formato eletrônico do TCC.

I - A cópia em formato eletrônico deve vir adequadamente assinada via SEI pela Banca Examinadora;

§2º. Não se aceitará, em nenhuma hipótese, o depósito do TCC sem a documentação referida, incluída a Ata da Defesa.

TÍTULO V

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26º Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Graduação em Pedagogia.

Art. 27º Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. Diretrizes Gerais da UNILAB, 2010.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasília, MEC, 2004.

BRANDÃO, Maria de Azevedo (organizadora) Milton Santos e o Brasil: territórios e lugares, São Paulo. Editora Perseu Abramo, 2004.

CAVALLEIRO, Eliane. Do Silêncio do lar, ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane. Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. Editora HUCITEC, São Paulo, 1996.

CAVALLEIRO, Eliane. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção- São Paulo. :Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

CIAD – Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora. (II CIAD) Salvador – Bahia, 2006.

CUNHA Júnior, Henrique. Geometria, Geometrização e Arte Afro – Islâmica. Revista Teias v. 14 • n. 34 • 102-111 • (2013): Os 10 anos da Lei 10.639/2003 e a Educação.

DIOP, Cheik Anta. The Cultural Unity of Black Africa: The Domains of Patriarchy and of Matriarchy in Classical Antiquity. Paris: Presence Africaine, 1964.

DOMINGOS, Luís Tomás. Artigo: Desafios da Educação na África: Moçambique e sua busca por alteridade. Livro Cá e Acolá: experiências e debates multiculturais (org) Gledson Ribeiro de Oliveira, Jeannette Filomeno Pouchain Ramos e Bruno Okoudowa .et al... –Fortaleza: Edição UFC, 2013. pp. 58 – 86.

GADOTTI, Moacir. Convite à Leitura de Paulo Freire. Editora Scipione, SP. 2010.

GIL, Antônio Carlos. Didática do ensino superior. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2013. SANTOS, Milton Território e sociedade: entrevista com Milton Santos. 2º Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

MUNANGA, Kabengele. NEGRITUDE. Usos e Sentidos. - São Paulo. Editora ÁTICA, na África. -Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.

LIBÂNEO. José Carlos. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 10ª Ed. São Paulo, Cortez, 2007.

Revista Vozes dos Vales da UFVJM: Publicações Acadêmicas – MG – Brasil – Nº 01 – Ano I – 05/2012 Reg.: 120.2.095–2011 – PROEXC/UFVJM – www.ufvjm.edu.br/vozes) 1988. (Série Princípios).

RESOLUÇÃO Nº 14/2016/CONSUNI, DE 22 DE JULHO DE 2016.

SILVA. T.T., Identidades Terminais, Vozes, Petrópolis, 1996, p.173.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalhos:** teses, dissertações e trabalhos acadêmicos. 5.ed. Curitiba : Ed. UFPR, 1996.